



Diálogos

ACADÊMICOS

v. 13, n. 02. | abr./jun. 2024



Unifametro
Formar para Transformar



R454 Revista Diálogos Acadêmicos [recurso eletrônico]/ Centro Universitário Fametro – Unifametro. n. 1 (jan./jun. 2012 -) – Fortaleza, CE: Centro Universitário Fametro – Unifametro.

Trimestral.

Editor Geral: Antônio Adriano da Rocha Nogueira

Descrição baseada em: v. 13 n.2 (abr./jun. 2024).

ISSN: 2448-1270.

1.Educação. 2. Instituição de Ensino Superior. 3. Pesquisa e extensão. I. Centro Universitário Fametro

CDD 070.4

Sumário

ANÁLISE DA LEI N. 12.846/2013 E A IMPLANTAÇÃO DO COMPLIANCE EMPRESARIAL COMO FERRAMENTA DE APOIO NO COMBATE À CORRUPÇÃO NO ÂMBITO DAS NEGOCIAÇÕES COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	6
DETECÇÃO DE FRAUDE EM LEITE CRU DE LATICÍNIO DO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL	21
EDUCADOR HUMANIZADOR NO NOVO ENSINO MÉDIO: ENTRE HEGEMONIA E RESISTÊNCIA	35
USO DE PLANTAS MEDICINAIS NA GESTAÇÃO POR MULHERES ATENDIDAS EM UM HOSPITAL FILANTRÓPICO DE CASCAVEL/CE	47
DIREITOS E DEVERES DOS USUÁRIOS NO ÂMBITO DO SUS: ELABORAÇÃO DE CARTILHA EDUCATIVA	59
EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DESAFIOS A SEREM SUPERADOS PELOS GESTORES	73
CONSTRUÇÃO E UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS ONLINE PARA AUXÍLIO DE MONITORIA REMOTA	86

**GRUPO REFLEXIVO COM UM CENTRO ACADÊMICO DE
UM CURSO DA SAÚDE NO CONTEXTO UNIVERSITÁRIO**

91

**MARCADORES COTIDIANOS PARA IDENTIFICAÇÃO DE
DECLÍNIO COGNITIVO EM IDOSOS: ALTERAÇÕES DE
LINGUAGEM**

98

**SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO: VISITANDO ASPECTOS
DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DESSA SIMBIOSE**

107

A **REVISTA DIÁLOGOS ACADÊMICOS** é um periódico produzido pelo Centro Universitário Fametro – UNIFAMETRO, estabelecido em 2012. Sua finalidade é fomentar e incentivar a produção científica no corpo acadêmico da instituição. Além disso, busca continuamente ampliar o diálogo com a comunidade acadêmica e com a sociedade em geral, fortalecendo a geração de conhecimento. Isso é realizado por meio da publicação de artigos científicos e relatos de experiências didático-pedagógicas. A revista também recebe publicações externas, promovendo assim o desenvolvimento e a disseminação de saberes de maneira inclusiva e abrangente.

CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMETRO

Chanceler

Prof. Antonio Colaço Martins Filho

Reitora

Prof^ª. Denise Ferreira Maciel

Diretor Administrativo Financeiro

Edson Ronald de Assis Filho

Diretora Executiva

Ana Cristina de Holanda Martins

Coordenadoria de Pesquisa e Monitoria – COOPEM

Prof. Antônio Adriano da Rocha Nogueira

REVISTA DIÁLOGOS ACADÊMICOS

Conselho Editorial

Denise Ferreira Maciel (Presidente)

Antônio Adriano da Rocha Nogueira

Danielle Kelly Saraiva

Eriene Jerônimo da Nascimento

Editor-Chefe

Antônio Adriano da Rocha Nogueira

Assistentes Editoriais

Eriene Jeronimo do Nascimento

Giovanna Rocha Fernandes

Mara Roxanne de Souza Santos

Assistente de Layout e Diagramação

Jéssica Loureiro dos Santos

Wanglêdson dos Santos Costa



R. Carneiro da Cunha, 180 - Jacarecanga,
Fortaleza - CE, 60010-470
(85) 3206-6400 | unifametro.edu.br

ANÁLISE DA LEI N. 12.846/2013 E A IMPLANTAÇÃO DO COMPLIANCE EMPRESARIAL COMO FERRAMENTA DE APOIO NO COMBATE À CORRUPÇÃO NO ÂMBITO DAS NEGOCIAÇÕES COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA¹

ANALYSIS OF LAW N. 12.846/2013 AND THE IMPLEMENTATION OF BUSINESS COMPLIANCE AS A SUPPORT TOOL IN THE FIGHT AGAINST CORRUPTION IN THE CONTEXT OF NEGOTIATIONS WITH THE PUBLIC ADMINISTRATION

Daniela Lima¹, Jonas Rodrigo Gonçalves², Danilo da Costa³

¹ Graduada em Direito pelo Centro Universitário Processus, DF, Brasil.

² Doutorando em Psicologia; Mestre em Direitos Humanos (Ciência Política, Políticas Públicas e Cidadania; Licenciado em Filosofia, Sociologia e Letras (Português e Inglês); Especialista em Direito Constitucional e Processo Constitucional, em Direito Administrativo, em Direito do Trabalho e Processo Trabalhista, entre outras especializações em Educação e Letras.

³ Doutorando em Educação pela Universidade Católica de Brasília (2022-2025), Mestre em Educação pela Universidade Católica de Brasília (2021). Especialista em Direito Constitucional e Processo Constitucional; em Direito Administrativo; em Direito do Trabalho e Processo Trabalhista. Licenciado em Geografia. Pesquisador. Editor. Professor universitário. Consultor do FNDE. Consultor da Unesco.

¹ Este artigo contou com a revisão linguística de Roberta dos Anjos Matos Resende, Mestranda em Educação; Especialista em Letras (Linguística: Revisão de Texto); Especialista em Docência Universitária. Licenciada em Letras, modalidade Português-Espanhol.

RESUMO

Este artigo traz uma análise da Lei n.º 12.846/2013 (BRASIL, 2013) e seus desdobramentos. Investigou a problemática: o *compliance* tem o condão de mitigar as práticas corruptivas? Considerou a seguinte hipótese: o *compliance* é uma valiosa ferramenta anticorrupção. O objetivo geral é analisar como o programa de integridade atua. Os objetivos específicos são: tecer os pontos históricos e gerais de corrupção; pautar a Lei n.º 12.846/2013 (BRASIL, 2013); E apresentar o *compliance*. Este trabalho é importante em uma óptica individual devido ao caráter educacional e preventivo dado ao *compliance* pela Lei n.º 12.846/2013 (BRASIL, 2013). Para a ciência, a relevância está no caráter evolutivo

ABSTRACT

This article presents an analysis of Law No. 12.846/2013 (BRASIL, 2013) and its consequences. The issue was investigated: does compliance have the power to mitigate corruptive practices? The following hypothesis was considered: compliance is a valuable anti-corruption tool. The overall objective is to analyze how the integrity program works. The specific objectives are: to weave the historical and general points of corruption; guide Law No. 12.846/2013 (BRASIL, 2013); present the compliance. This work is important from an individual perspective due to the educational and preventive nature given to compliance by Law No. 12.846/2013 (BRASIL, 2013); for science,

social basilar ao Direito. É relevante para a sociedade pelo poder de conscientização social atinente aos atos ímprobos. Trata-se de uma pesquisa qualitativa teórica com duração de seis meses.

Palavras Chaves: Compliance. Lei Anticorrupção. Integridade. Corrupção.

it is in the social evolutionary character that is fundamental to law; to society for the power of social awareness related to unproblematic acts. This is a qualitative theoretical research lasting six months.

Keywords: Compliance. Anticorruption Law. Integrity. Corruption.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho traz algumas considerações sobre a Lei Anticorrupção n.º 12.846/2013 (BRASIL, 2013). Será estudada a previsão dada pela norma da instituição de programas de integridade, seu viés educacional, aplicabilidade e eficácia no combate aos atos de corrupção nas contratações do setor privado com a Administração Pública.

Tendência em organizações empresariais contemporâneas, especialmente as que mantêm contratos com o setor público, o *compliance* compreende um conjunto de ações direcionadas ao cumprimento de regulamentos empresariais internos de ética e da legislação anticorrupção instituída no país (Magalhães, 2014, p. 30).

Este artigo visa uma análise sucinta da Lei n.º 12.846/2013 (BRASIL, 2013) e a instituição do programa *compliance* como ferramenta de colaboração entre o Poder Público e o setor privado na prevenção e no combate da corrupção. Deste modo, pretende responder a seguinte questão: a instituição do programa *compliance* tem o condão de mitigar as práticas corruptivas nas relações do setor privado com a Administração Pública?

Os propósitos na implantação do *compliance* são diversos, entre eles podem ser elencados a o cumprimento da legislação nacional e estrangeira; a lisura nas negociações; prevenir a abertura de processos administrativos e judiciais; evitar interesses conflituosos; evitar as condutas ilícitas, tais como atos de corrupção e lavagem de dinheiro; e difundir condutas de integridade (Ribeiro; Diniz, 2015, p. 89).

A hipótese levantada diante do problema apresentado é: a instituição de um programa de *compliance* é um importante instrumento de apoio para combater a corrupção. Como ferramenta de colaboração entre o setor privado e público, delega ao setor privado o encargo de fiscalização focado na mitigação de práticas ilícitas nos relacionamentos com a Administração Pública.

Como citar este artigo original:

LIMA, D.; GONÇALVES, J.R.; COSTA, D. Análise da lei n. 12.846/2013 e a implantação do compliance empresarial como ferramenta de apoio no combate à corrupção no âmbito das negociações com a administração pública. Revista Diálogos Acadêmicos. Fortaleza, v. 13, n. 02, p. 06-20, abr./jun. 2024.

A instituição de um programa integridade em uma organização dificulta as condutas corruptivas. Os programas de integridade são planejados e formalizados para diminuir os riscos e aperfeiçoar os controles, se inserem na estrutura da organização, possibilitando a identificação de agentes envolvidos em atos em desconformidade (Chaves; Mello, 2020, p. 42).

O objetivo geral do presente estudo é analisar a atuação do programa *compliance* como instrumento de apoio para combater a corrupção. Nesse sentido, é um programa de integridade constituído de códigos de valores éticos e de conduta, voltado para práticas anticorrupção, para a obediência da legislação e para a difusão da cultura de integridade.

Os programas de integridade ou *compliance* são implantados por todo o Brasil, tanto em esfera privada quanto pública. Existe a propagação de uma cultura de intolerância diante da corrupção e dos desvios. As determinações sobre o comportamento esperado pelos cidadãos se reproduzem em códigos, condutas e ética espalhados por todo o país (Moro; Martins; Leoni, 2019, p. 246).

Os objetivos específicos do presente artigo são: primeiramente tecer os pontos históricos e as concepções gerais de corrupção, e num segundo momento, elencar alguns aspectos da Lei Anticorrupção n.º 12.846/2013 (BRASIL, 2013), como a responsabilização objetiva de pessoas jurídicas, a desconsideração de personalidade da pessoa jurídica, o acordo de leniência e a instituição de programas de integridade (*Compliance*). Por fim, apresentar o *compliance* e alguns aspectos necessários para a estruturação e a colaboração ao combate e prevenção de atos de corrupção.

Mundialmente e no Brasil, as experiências vividas com a corrupção são direcionadas, acentuadamente nos últimos anos, para a incorporação de medidas públicas e privadas, dedicadas ao estabelecimento de formas de gerenciar os pontos com maior vulnerabilidade em governos e empresas, controlando os riscos para que a integridade seja mantida (Oliveira, 2020, p. 369).

Em uma visão individualizada, a relevância do presente artigo está no caráter educacional e preventivo que a Lei n.º 12.846/2013 (BRASIL, 2013) outorgou aos programas de integridade. Há na norma a previsão de penas severas para as empresas envolvidas em corrupção, em contrapartida, há o incentivo da implantação do *compliance*, pautado em códigos de condutas éticas voltados para a disseminação de uma cultura de probidade e a imposição da observância da legislação nacional e estrangeira para mitigar as práticas corruptivas. Caso a empresa incorra em atos de corrupção, apesar de todos os esforços empregados para evitá-los por meio de um programa de *compliance* ativo, lhe é atribuído o benefício de atenuação que será usado pelo magistrado no momento da dosimetria para a imposição das sanções.

Em um panorama científico, partindo do pressuposto de que o Direito se estrutura nos costumes, na cultura e em momentos históricos de cada sociedade, a importância deste estudo se apresenta no latente viés socioeducativo dos programas de integridade e sua eficácia na mitigação de atos corruptivos nos relacionamentos do setor público com o privado. Por meio do acultramento de valores éticos e da obediência da legislação, o *compliance* se posiciona criando um ambiente de intolerância a tais práticas por meio da conscientização do indivíduo, atuando como um importante aliado na prevenção e na fiscalização de condutas corruptivas, tornando a identificação e a punição dos atos corruptivos mais efetivos.

Em âmbito social, a presente pesquisa é relevante, pois traz a premissa do poder da conscientização do indivíduo no combate à corrupção. Objetivando criar uma mudança progressiva cultural da sociedade para que não tolere a corrupção, gerando uma

fiscalização mútua, facilitando a prevenção e a identificação os atos e agentes envolvidos para que as ilicitudes não fiquem impunes. Criando um ambiente de segurança jurídica que será refletido na confiança e na credibilidade das empresas com a sociedade e o mercado.

2. METODOLOGIA

A formulação do presente artigo está estruturada em uma pesquisa teórica e bibliográfica embasada em artigos científicos e na legislação. Tem por escopo analisar brevemente a Lei Anticorrupção (BRASIL, 2013), bem como o estabelecimento dos programas de integridade/*compliance*, sua atuação e eficácia no combate à corrupção.

Para tanto, foi utilizado como ferramenta de pesquisa o indexador científico Google Acadêmico, com base nas palavras-chaves: 1 Compliance; 2 Lei Anticorrupção; 3 integridade; e 4 corrupção. Foram selecionados 5 artigos científicos atinentes ao presente estudo, bem como, a Lei n.º 12.846/2013 (BRASIL, 2013). Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.

A pesquisa foi realizada durante 6 meses, nos quais houve o levantamento bibliográfico, a seleção dos elementos pré e pós-textuais que estruturaram e fundamentam todo o artigo de revisão de literatura. Para isso, foram selecionados artigos científicos que obedeciam aos seguintes requisitos: artigos publicados por até 3 autores, um dos autores deveria ter o título de mestrado ou doutorado; os artigos deveriam estar publicados em revistas acadêmicas com ISSN e caso fossem utilizados livros, deveriam conter ISBN.

Este estudo foi estruturado em um método de pesquisa qualitativa, com levantamento de literatura, coleta e tratamento dados. Assim, foram selecionados os aspectos com maior notoriedade na Lei n.º 12.846/2013 (BRASIL, 2013), a Lei Anticorrupção, sobre a instituição dos programas de integridade, sua atuação e efetividade no combate da corrupção.

O artigo de revisão é uma pesquisa bibliográfica que realiza um trabalho de revisão de literatura, publicável em revistas acadêmicas. Por esse motivo, comumente é de pequena extensão, engloba entre 10 e 30 páginas. Pode ser usado como quesito obrigatório no UniProcessus para a conclusão de um curso de graduação. O Manual de Artigo de Revisão de Literatura é disponibilizado gratuitamente no NTC do Centro Universitário Processus (Gonçalves, 2021, p. 7).

Este manuscrito utilizou reflexões teóricas advindas de especialistas no assunto, sintetizando-os enquanto método para análise das abordagens utilizadas na análise da Lei n. 12.846/2013, bem como na avaliação da implementação do *compliance* empresarial nas negociações com a administração pública.

3. ANÁLISE DA LEI N.º 12.846/2013 E A IMPLANTAÇÃO DO COMPLIANCE EMPRESARIAL COMO FERRAMENTA DE APOIO NO COMBATE À CORRUPÇÃO NO ÂMBITO DAS NEGOCIAÇÕES COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A corrupção no Brasil é observada antes mesmo de seu batismo. Existe em registros nas missivas de Pero Vaz de Caminha um indício de explícito nepotismo em uma

solicitação ao rei acerca de um trabalho para seu filho. Em outro momento histórico, a Quinta da Boa Vista considerada a melhor casa no Rio de Janeiro, que foi doada para a família real em sua chegada ao Brasil, o que nos dias atuais incorreria no mínimo em crime de corrupção passiva. O doador passou de traficante de escravos para Barão e posteriormente para Visconde, dentre outros benefícios. Na época surgiu um verso que dizia: “Quem furta pouco é ladrão, quem furta muito é barão e quem furta mais e esconde passa de barão a visconde”. Era grande a burocracia, mas não tanto quanto a corrupção para se eximir dela (Thó, 2016).

Segundo Maria Cristina Pinotti a corrupção é um “abuso do poder público em benefício do privado” (Pinotti, 2019, p. 31). A permanência no poder de agentes corruptos é financiada com desvios de bens públicos nos mais variados setores, como as fraudes em licitações, obras superfaturadas e outros mecanismos criminosos (Moro; Martins; Leoni, 2019, p. 247).

Os danos causados pela corrupção desdobram-se em efeito cascata, há escolas sem infraestrutura; aumento nos índices de analfabetismo; ínfimo investimento em segurança e aumento da criminalidade. Nos hospitais públicos, pessoas morrem por falta de leitos; há desemprego, estradas sem manutenção, entre outros que impulsionam os custos do transporte e o aumento dos preços dos produtos. O País enredado em devastação e instabilidade empobrece, afasta o interesse de investidores externos e tem seus graus de desenvolvimento reduzidos (Moro; Martins; Leoni, 2019, p. 251).

As práticas corruptivas não são um tema contemporâneo, se instalaram no país nos primórdios do Brasil colônia. Perpetuaram no tempo e chegaram ao ponto de serem vistas como uma prática natural em que corruptos se aproveitam do poder para usar recursos públicos em benefício próprio, destruindo os recursos do Estado para amparar suas ambições particulares.

Embora as condutas corruptivas sejam bem conhecidas no Brasil, atingem também países com maior desenvolvimento. Na década de 1970, no caso *Watergate*, esquema de corrupção ocorrido nos Estados Unidos, descobriram que funcionários públicos foram subornados por quatrocentas empresas americanas com o valor de trezentos milhões de dólares. Esse acontecimento deu origem a *Foreign Corrupt Practices Act*, aprovada em 1977, pelo Congresso Americano, cuja finalidade era banir os subornos de empresas aos servidores dos governos e partidos políticos estrangeiros, bem como aos candidatos aos cargos políticos visando obter vantagens econômicas ou comerciais indevidas, a manutenção ou a concretização de negócios (Campos, 2015, p. 162).

Nos últimos anos, em decorrência das experiências do Brasil e do mundo com as práticas corruptivas, são adotadas medidas públicas e privadas para estabelecer formas de gerenciamento dos pontos de vulnerabilidade de empresas e governos, controlar os riscos e manter a integridade (Oliveira, 2020, p. 369).

O Brasil, seguindo o modelo de outros países para combater a corrupção, ratificou a Convenção do Combate à Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a Convenção Interamericana de Combate à Corrupção (OEA) e a Convenção da Organização das Nações Unidas contra corrupção (ONU) (Campos, 2015, p. 162).

Diante desse cenário político e cultural globalizado, bem como da crise econômica e os reflexos na qualidade de vida e subsistência dos cidadãos advindos de anos de práticas corruptivas no território brasileiro, a sociedade tem necessidade de legitimar a integridade, a ética e a moral de atos públicos, por isso se movimenta em prol de mudanças.

Em junho de 2013, a sociedade espargiu pelas cidades do Brasil exigindo ética na gestão da coisa pública. Como resposta ao clamor social, em face da imensa corrupção alastrada no país e para satisfazer os compromissos adquiridos pelo Brasil diante da comunidade internacional combatendo a corrupção, foi sancionada a Lei n.º 12.846/2013 (BRASIL, 2013), batizada de Lei Anticorrupção (Campos, 2015, p. 162-163).

A Controladoria Geral da União, no dia 18 de fevereiro de 2010, para assegurar as garantias de probidade nos eventos internacionais que seriam realizados no Brasil, apresentou o Projeto de Lei n.º 6.826/2010 (BRASIL, 2010), sancionado pela Câmara dos Deputados em maio de 2011. Entretanto, o projeto estava inerte no Senado desde 2013. Após incontáveis e intensivos protestos em junho conseguiu o processo de tramitação com prioridade. Foi aprovado no dia 05 de julho de 2013, convertendo-se na Lei Ordinária n.º 12.846/2013 (BRASIL, 2013) no dia 02 de agosto de 2013 (Campos, 2015, p. 161).

O Projeto de Lei n.º 6.826 de 2010 (BRASIL, 2010) que se converteu na Lei n.º 12.846/2013 (BRASIL, 2013) para satisfazer a omissão existente no ordenamento jurídico nacional, que concerne na responsabilização da pessoa jurídica por ilícitos praticados contrários a Administração Pública, principalmente os de fraude em contratos administrativos e licitações, bem como os atos de corrupção (Chaves; Mello, 2020, p. 35).

Assim, foi estruturado em 7 capítulos: 1 - trata das Disposições Gerais; 2 - versa sobre os atos que lesam a Administração Pública nacional e estrangeira; 3 - dispõe sobre a responsabilização administrativa; 4- institui o processo administrativo de responsabilização; 5- dispõe sobre o acordo de leniência e seus requisitos; 6 - traz a responsabilização judicial e 7- instrui as Disposições Finais (Campos, 2015, p. 163).

É importante salientar que responsabilizar as pessoas jurídicas por atos que lesam a Administração Pública não é uma inovação trazida unicamente pela Lei Anticorrupção (BRASIL, 2013). Há um parecer harmônico e consolidado no Superior Tribunal de Justiça, em face do julgamento do Recurso Especial 970.393/CE (BRASIL, Superior Tribunal de Justiça, 2012), orientando que em caso de ação de improbidade, a pessoa jurídica poderá integrar o polo passivo, mesmo que os sócios não a acompanhem, responsabilizando-se com o patrimônio por atuar de forma ímproba (Campos, 2015, p. 163).

No art. 3º da Lei n.º 12.846/2013 (BRASIL, 2013), fica evidente que a responsabilidade da pessoa jurídica não exige que se responsabilize individualmente a pessoa física, sendo ela administrador, diretor ou qualquer outra pessoa que tiver participação no ato ilícito, a pessoa jurídica será responsabilizada independentemente da responsabilização da pessoa física, porém a pessoa física responderá com o grau de culpabilidade ou contribuição para a ocorrência do ato ilícito (Chaves; Mello, 2020, p. 38).

Acerca do mesmo tema, Fernanda Santos Schramm leciona que a lei autoriza responsabilizar a pessoa jurídica pelos atos cometidos por pessoa interposta, por um terceiro que represente a empresa ou aja em seu nome. As empresas seriam responsabilizadas pelas práticas corruptivas cometidas em benefício próprio, pelo empregado ou ainda pelo terceirizado, mesmo que os diretores não tenham tomado conhecimento do ato improprio (Schram, 2018, p. 115).

Cavaliere Filho (2008, p. 137) ao lecionar a respeito da responsabilidade objetiva, aduz que “todo prejuízo deve ser atribuído ao seu autor e reparado por quem o causou independente de ter ou não agido com culpa.” Assim, soluciona a demanda na relação de nexo causal, sendo desnecessário o juízo de valor de culpa.

Já o administrativista Justen Filho (2013) possui uma concepção distinta, para ele o ato de corrupção é efetivado apenas por meio da ação humana, por pessoas físicas. As

penalidades dispostas na Lei Anticorrupção (BRASIL, 2013) se consumiriam caso fosse constatado que na ação da pessoa física houve o elemento dolo.

No artigo 5º nas alíneas de “a” à “f”, o legislador utilizando a expressão subjetiva, “de modo fraudulento”, elenca as práticas que lesam as Administrações Públicas de licitações e contratos, apontando nesses casos que é imprescritível a comprovação de dolo exclusivo do agente, o que contraria a concepção de Justen Filho, que buscou a norma ao afastar a análise de culpabilidade na prática da infração para evitar que a pessoa jurídica não fosse responsabilizada caso restasse comprovada a falta do elemento subjetivo, como a intenção de dar causa ao dano (Campos, 2015, p. 164).

Diante do exposto, é notório que a lei responsabiliza objetivamente a pessoa jurídica. A empresa responderá pelos atos ilícitos a ela imputados, ou seja, os praticados por um funcionário, representante, ou agente com a qual se relacione, sem a necessidade de comprovar a presença de dolo ou de culpa da pessoa física que tenha atuado em nome dela, exigindo apenas a comprovação do nexo causal entre o fim e a conduta.

Em seu artigo 5º, a Lei n.º 12.846/2013 (BRASIL, 2013) define os atos lesivos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, como os cometidos por pessoas jurídicas que violem os princípios da Administração Pública, atentem contra o patrimônio público ou os compromissos firmados pelo Brasil internacionalmente (Chaves; Mello, 2020, p. 38).

São considerados atos que lesam a Administração Pública, em face aos contratos e licitações: a) fraudar ou frustrar o procedimento licitatório por meio de combinação ou ajuste; b) perturbar, fraudar ou impedir o procedimento licitatório; c) o ato de afastar ou a tentativa de afastamento do licitante por meio de fraude ou oferta vantajosa; d) a fraude em licitação ou no contrato que dela decorre; e) constituir por meio fraudulento, pessoa jurídica com o objetivo de participar de procedimento licitatório ou estabelecer contrato; f) auferir benefícios ou vantagens indevidas, de forma fraudulenta, por meio de prorrogações ou alterações em contratos administrativos, sem a devida autorização legal; e g) manipulação ou fraude do equilíbrio econômico e financeiro nos contratos (Chaves; Mello, 2020, p. 38-39).

O artigo 6º estabelece as sanções em âmbito administrativo que serão suportadas pela pessoa jurídicas caso incorram em atos lesivos: I - 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) de multa sobre o valor bruto do faturamento do último exercício que antecede a abertura do processo administrativo, exceto os tributos, os quais jamais poderão ser inferiores que as vantagens auferidas, caso haja possibilidade de estimação; e II – a publicação extraordinária de sentença condenatória (Oliveira, 2020, p. 378).

Na esfera administrativa as sanções que serão suportadas pelas pessoas jurídicas responsabilizadas pelas condutas lesivas serão de multa e da publicidade da decisão condenatória extraordinária. Em sede judicial, as penas consistem na perda de bens, de direitos ou valores que caracterizem vantagens ou interesses obtidos na infração de forma direta ou indireta, a interdição ou suspensão parcial das atividades, a dissolução obrigatória da pessoa jurídica e o impedimento de receber incentivos, subsídios, doações, subvenções, bem como empréstimos de entidades, órgãos públicos e Instituições financeiras públicas, ou que sejam, pelo Poder Público controladas (Campos, 2015, p. 167).

O desígnio da Lei n.º 12.846/2013 (BRASIL, 2013) é coibir a corrupção empresarial, a pessoa jurídica responderá sempre que incidir em ato lesivo nas relações que envolvam a Administração Pública (auferida ou não a vantagem indevida). Para as pessoas naturais, a punibilidade obedecerá uma regra menos gravosa, o que não impede a responsabilização das pessoas jurídicas, independentemente de culpa em suas condutas, tendo ou não responsabilidade, as condutas de dirigentes ou particulares que lesem o patrimônio público

impõem sanções para as personalidades jurídicas que beneficiam ou representam (Magalhães, 2014, p. 27).

Sendo assim, deve estar claro que os particulares, independente da relação que mantém com a pessoa jurídica, responderão subjetivamente. Independentemente de punição aos particulares, as pessoas jurídicas estabelecidas no artigo 1º, Parágrafo Único da Lei n.12.846/2013 (BRASIL, 2013) responderão objetivamente sem que seja necessário averiguar a culpa, pois a finalidade da lei é coibir a conduta ilícita (Magalhães, 2014, p. 27).

O artigo 7º em seu inciso VIII, da Lei n. 12.846/2013 (BRASIL, 2013) estabelece as condições que serão analisadas como requisitos de atenuantes ou agravantes para a imposição das sanções: “a existência de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito da pessoa jurídica” (Magalhães, 2014, p. 30-31).

A lei objetiva não apenas desestimular as condutas corruptivas, mas estimular a adesão dos programas de *compliance* por meio da redução das sanções aplicadas, (Xavier et al., 2017, p. 4). Por isso, há o artigo 7º, inciso VIII da Lei n.º 12.846/2013 (BRASIL, 2013) mencionado acima. Na redação do artigo 7º, Parágrafo Único da Lei n.º 12.846/2013 (BRASIL, 2013), as orientações para avaliar os programas devem estar em decreto, nesse caso, o Decreto n.º 8.420/2015 (BRASIL, 2015) que a regulamentou (Oliveira, 2020, p. 379).

Kempfer e Batisti (2017, p. 293) afirmam que a lei estabelece duas direções para combater a corrupção, uma preventiva e outra repressiva. A preventiva estaria instituída nos programas de integridade e em acordos de leniência. A repressiva está no fato de a pessoa jurídica ser responsabilizada objetivamente.

O artigo 14, da Lei n.º 12.846/2013 (BRASIL, 2013) traz a previsão da possibilidade de desconsiderar a personalidade da pessoa jurídica, se utilizada por meio de abuso de direito que vise encobrir, facilitar ou dissimular os atos ilícitos praticados e previstos nessa lei ou para provocar confusão patrimonial. Assim, estendem-se os efeitos das sanções impostas para a pessoa jurídica aos seus sócios com poderes de administração e administradores, obrigatoriamente respeitando a ampla defesa e o contraditório (Magalhães, 2014, p. 33).

É importante citar que aqui a desconsideração de personalidade jurídica instituída adota a “Teoria Maior” de desconsideração, estabelecida no artigo 50 do Código Civil de 2002 (BRASIL, 2002) fixando que se verifique o abuso da personalidade nas hipóteses em que seja desviada a finalidade ou haja confusão no patrimônio, diferente da “Teoria Menor”, que exige apenas o estado de insolvência, e está instituída no Código de Defesa do Consumidor (BRASIL, 1990) artigo 28, § 5º (Magalhães, 2014, p. 33).

O artigo 16, da Lei n.º 12.846/2013 (BRASIL, 2013) traz a previsão do acordo de leniência. As pessoas jurídicas poderão realizar o acordo para identificar os demais envolvidos, e obter documentos e informações que durante a investigação comprovem a prática do ato ilícito. No parágrafo 1º aludido artigo há três requisitos para consumir o acordo: o interesse em cooperar deve ser manifesto primeiramente pela pessoa jurídica, a participação nos atos ilícitos deve ser completamente interrompida e deve ser admitida a participação nas ilicitudes, bem como a colaboração absoluta e permanente nas investigações e no processo administrativo (Magalhães, 2014, p. 34).

De acordo com Kempfer e Batisti (2017, p. 297), para celebrar o acordo de leniência é necessário que as tratativas sejam vantajosas para as partes envolvidas. Ao Estado é imprescindível que alguns resultados sejam alcançados, como chegar aos envolvidos no ilícito obtendo documentos e informações probatórias da ilicitude com agilidade para as investigações. Para a pessoa jurídica, as vantagens estão basicamente na diminuição das sanções.

Ademais, é necessário que os requisitos sejam cumulativamente preenchidos: 1 - O interesse em cooperar na apuração do ilícito seja primeiramente manifestado pela pessoa jurídica; 2 - a pessoa jurídica cessar por completo seu envolvimento no ato ilícito em apuração a contar da data que foi proposto o acordo; 3 - a pessoa jurídica deve confessar a participação na ilicitude e colaborar de maneira absoluta e permanente nas investigações e no processo administrativo, sempre que solicitada, deverá comparecer, sob suas custas, em todos os atos do processo, até que seja encerrado (Oliveira, 2020, p. 380).

Caso seja aceito, os efeitos incluirão a dispensa em publicar a sentença condenatória e a proibição no recebimento de incentivos, doações, subvenções, subsídios, empréstimos em órgãos ou em entidades públicas, como também em instituições financeiras públicas ou que sejam controladas pelo Poder Público no prazo de no mínimo de um 1 e no máximo de 5 anos, e a multa aplicável, com diminuição de até 2/3 (Oliveira, 2020, p. 381).

Assim, estabelecendo um acordo de leniência, as sanções serão amenizadas apenas quando determinadas para a pessoa jurídica, não interferindo no dever de reparar integralmente os danos causados. Não havendo a possibilidade de reparar o dano integralmente, a autoridade competente deverá instituir condições que contribuam com o ressarcimento do dano pela pessoa jurídica infratora, mesmo parcialmente e em longo prazo. Assim, se a pessoa jurídica responsável pelo ato ilícito preencher cumulativamente os requisitos para celebrar o acordo de leniência, estará apta para a isenção das penalidades e/ou que as multas sejam reduzidas, mesmo que a reparação do dano tenha sido feita apenas substancialmente (Campos, 2015, p. 180).

Pelo exposto observa-se que a Lei Anticorrupção (BRASIL, 2013) ao trazer responsabilização objetiva da pessoa jurídica transfere ao setor privado a responsabilidade de fiscalização das condutas dos agentes que se relacionam com a Administração Pública. E vai além de uma postura exclusivamente punitiva (multas, perda de bens, publicação extraordinária de sentença) ao prever a adesão dos programas de integridade como um benefício a ser considerado na instituição das sanções.

Após a abordagem do tema corrupção, e enfrentadas as maneiras para combater tais condutas, é chegada a hora de apresentar o *compliance*, termo usado para intitular os programas de integridade, estabelecidos na Lei Anticorrupção (BRASIL, 2013) no artigo 7º, inciso VIII (Chaves; Mello, 2020, p. 40).

Depois dos notáveis escândalos envolvendo atos de corrupção que ocorreram nos Estados Unidos, as leis americanas passaram a inspirar as esferas internacionais. As condutas de *compliance* difundiram-se por meio das multinacionais como ferramenta para monitorar e prevenir os deslizamentos de conduta cometidos por seus empregados, fornecedores, bem como pelos prestadores de serviços (Moro; Martins; Leoni, 2019, p. 246).

Mendes e Carvalho (2017, p.29) explicam que o *compliance* tem origem no termo *to comply*, ou seja, cumprir, e o objetivo do programa *compliance* é estabelecer procedimentos e mecanismos que implantem a observância da legislação como parte da cultura corporativa. Melhor dizendo, objetiva estabelecer o programa de integridade.

A direção dada pela Lei n.º 12.846/2013 (BRASIL, 2013), de implantação do *compliance*, constitui um avanço para a transparência e a ética nas relações em que o setor privado negocie com a Administração Pública. É também um indicativo de que a empresa precisa adotar um padrão comportamental compatível com a boa-fé objetiva (Campos, 2015, p. 174).

Bertocelli (2019, p. 37) refere-se ao *compliance* como uma ferramenta de controle. Sua atuação nas empresas integra um complexo sistema de procedimentos organizados no controle de riscos e na preservação dos intangíveis valores que precisam estar em

consonância com a base societária. O comprometimento real dos líderes e os planos da empresa, como um componente, do qual resulta a criação de uma atmosfera de segurança jurídica e a confiança essencial para a tomada de boas decisões.

Vale a pena destacar que ao adotar essa cultura que visa a observância aos códigos de conduta, regulamentos, e legislações da lisura no relacionamento com o Poder Público, se perfaz uma publicidade positiva das pessoas jurídicas, visivelmente de responsabilidade social, facilitando incentivos fiscais, creditícios ou de concessão de benefícios por agências de fomento oficiais (Magalhães, 2014, p. 32).

Ao optar pelo programa *compliance*, a primeira ação para o desenvolvimento é instituir um time multidisciplinar, com profissionais preparados que possuam independência de funções para expor os desvios da avaliação de uma competência executiva, como o conselho de administração, o presidente (CEO) ou cargo o compatível (Weber, 2018, p. 59).

É recomendado que as empresas adotem uma sistemática de controle para garantir uma atuação ética e a criação de uma estrutura com notável conhecimento da matéria para examinar as atuações anticorrupção e orientá-las com condutas não relacionadas com as ilicitudes dispostas na Lei Anticorrupção (BRASIL, 2013) para garantir a probidade da instituição (Campos, 2015, p. 175).

Ao instituir códigos de ética e conduta, imprescindíveis para a elaboração em programas de conformidade, o *compliance officer* com as demais áreas da corporação, como o Jurídico, os recursos humanos e a alta administração precisa consolidar e reconhecer em documentação formal os valores éticos da organização, bem como as diretrizes sobre as condutas pessoais e profissionais de seus empregados (Moro; Martins; Leoni, 2019, p. 252).

As normas precisam ser estabelecidas e estar disponíveis, como um tipo de guia de boas condutas, nítidas e objetivando os valores e os princípios da organização. Deverão constar no documento as sanções que serão aplicadas nos casos em que as regras sejam descumpridas, bem como os procedimentos descritos deverão ser revistos e atualizados. É imprescindível mencionar que todos os integrantes da organização, estendendo-se aos terceirizados, como os prestadores serviços e os fornecedores, estarão sujeitos ao código de ética, disposição expressamente elencada no Decreto n.º 8.420/2015 (BRASIL, 2015) em seu artigo 42, inciso III (Chaves; Mello, 2020, p. 45).

A Lei Federal n.º 12.846/2013 (BRASIL, 2013) e o Decreto n.º 8.420/2015 (BRASIL, 2015), que a regulamenta, trazem como pedra basilar nos programas de integridade as políticas e os procedimentos internos que objetivam a prevenção da corrupção pública. Os recursos públicos trazem princípios e normas que não tem aplicabilidade nas relações privadas, bem como mais rigor na fiscalização e sanções mais severas, caracterizando um fator de risco considerável para as organizações. No cenário atual de vigilância toda e qualquer relação com agentes públicos, nacionais ou estrangeiros, representa um elevado grau de vulnerabilidade, o que expõe a importância de adotar o programa de *compliance* de condutas anticorrupção, até para empresas que não participem de processos de licitação (Schramm, 2018, p. 197).

Dentre as diversas funções direcionadas ao *compliance*, uma importantíssima atribuição é a salvaguarda da imagem da empresa e a prevenção de práticas impróprias e/ou atos ilícitos como corrupção, lavagem de dinheiro e suborno. Atuando principalmente com base no acultramento de pessoas, realizando treinamentos periódicos, difundindo de forma permanente a temática, efetuando o monitoramento de processos mais arriscados, como o controle de funcionários, clientes e fornecedores (gestão de terceiros) e o acompanhamento das relações de indivíduos expostos politicamente (Moro; Martins; Leoni, 2019, p. 252).

Assim, dada a complexidade do relacionamento entre a Administração Pública e o setor privado, as empresas sofrem mais práticas corruptivas. O programa de *compliance* deve observar cuidadosamente a legislação nacional e internacional, as normas internas, a fiscalização de condutas e a transparência nas negociações para prevenir atos de corrupção.

A supervisão nas relações com pessoas expostas politicamente é uma função direcionada ao *compliance*, pois objetiva mitigar a ameaça de atos de corrupção e a ocorrência de práticas de suborno na organização. A detecção e a manutenção nos registros de pessoas expostas politicamente precisam ser feitas permanentemente e com cautela. Embora essas relações não sejam proibidas, a robusta *due diligence* é necessária para o começo e a continuidade de relacionamentos dessa natureza (Moro; Martins; Leoni, 2019, p. 253).

O *compliance* também está na educação comportamental por meio da divulgação e dos treinamentos sobre ética e probidade que objetivam uma conscientização tanto da corporação quanto das pessoas que com ela se relacionam. Assim, o programa tem de estar em constante movimento, difundindo os conceitos de ética e legislação, realizando treinamentos e fiscalizando as relações interpessoais internas e externas, tornando seus valores intrínsecos ao colaborador e criando um sentimento de intolerância aos atos ilícitos.

As condutas em desconformidade dificilmente são percebidas tempestivamente pelos executivos. Entretanto, alguém de dentro ou de fora da organização pode ter ciência para que a denúncia dos atos ilícitos seja viável. A legislação e a academia indicam como ferramenta uma linha ética ou um canal de denúncia. Há a disponibilidade de diversas formas no mercado (*internet*, carta, ligação telefônica, e outras) e o delator pode utilizar tais instrumentos para expor fatos de maneira anônima e segura (Moro; Martins; Leoni, 2019, p. 252-253).

Assim, é necessário disponibilizar um canal no qual os funcionários e as pessoas externas se sintam seguras para denunciar os atos em desconformidade com a certeza de que terão anonimato. Criando um sistema de fiscalização mútua, onde todos estejam envolvidos com as boas práticas, observando a legislação, e criando um ambiente intolerante ao que tiver traços de corrupção.

Recebidas as denúncias, devem ser apuradas com imparcialidade, destacando que para a credibilidade e a transparência no processo o denunciante deve acompanhar a evolução da investigação para que no decorrer das apurações preste maiores informações (Chaves; Mello, 2020, p. 47).

Para um efetivo programa de *compliance* é necessária a vinculação do grau de governança até o controle da organização. Dessa forma, sua atuação deve ser alinhada com as áreas de controle interno, gestão de riscos e auditoria, o que é substancial para obter os resultados esperados. Além do mais, um relatório periódico para alta administração referente aos resultados das atuações, desvios, riscos em ascensão e registros de fraudes fomenta a fortificação da cultura e os investimentos (Moro; Martins; Leoni, 2019, p. 254).

Contextualizando, o programa de integridade deve ter normas com os valores éticos adotados pela organização, repudiando a corrupção, explicitando as formas de administração, as condutas esperadas dos funcionários, colaboradores e terceiros que se relacionem com a empresa, bem como as penalidades em casos que desrespeitem as normas internas e a legislação nacional. Para a efetiva implementação é necessária uma ampla e contínua divulgação dos valores éticos e das leis de práticas anticorrupção com treinamentos e o monitoramento de condutas para internalizar tais preceitos em todos os setores.

A presença e a execução de códigos de ética e de condutas incorporadas nas organizações fomenta a postura esperada no comportamento daquele que mantém negócios

na Administração Pública. Pois, o setor privado é parte desse relacionamento, se combater a corrupção for parte da sua cultura e de seus funcionários, as chances de haver um agente com má intenção diminuem consideravelmente (Chaves; Mello, 2020, p. 51).

Neste sentido, ao aderir a um programa de integridade eficaz, a organização toma a probidade, a ética e o cumprimento de leis como base essencial de sua atividade, fomentando sua credibilidade no mercado, diminuindo a atuação e as investidas de agentes corruptores, bem como difundindo uma cultura baseada na ética e na legislação.

Não abrange o *compliance* a observância de determinadas características formais das leis, mas é um sistema amplificado de padrões, comportamentos éticos, acultramento e empoderamento de funcionários que estão diante das principais medidas. Além de medidas simplistas, o contexto abarca uma ampla abordagem, direcionando completamente a condução da empresa. É como se por meio de tais vertentes a empresa galgasse a qualificação de conformidade (Oliveira, 2020, p. 369).

Essencialmente, o *compliance* é uma reunião de atitudes humanas no decorrer da vida, desde a obediência aos pais, aos princípios religiosos, aos professores e normas legais. Em suma, é uma estruturação mental, ética e moral adquirida no decorrer da vida. Assim, o *compliance* transcende o setor de uma repartição pública ou de uma empresa, inviabilizando que a responsabilidade de resolver todos os desvios de comportamento do ser humano se resuma a ele. (Moro; Martins; Leoni, 2019, p. 246).

Portanto, na impossibilidade de evitar os desvios comportamentais e as práticas corruptivas, apesar de toda diligência do programa, a Lei Anticorrupção n.º 12.846/2013 (BRASIL, 2013) traz o *compliance* como um ato de boa-fé na tentativa de mitigar tais práticas. Institui a existência do programa de integridade como requisito atenuante das sanções estabelecidas na norma.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A corrupção está no Brasil desde seu nascimento. Objetivando reprimir as práticas corruptivas nas relações das organizações públicas com as privadas, foi promulgada a Lei n.º 12.846/2013 (BRASIL, 2013). A lei não só trouxe maior rigor quanto a responsabilização da pessoa jurídica, mas também um caráter preventivo ao estimular a adoção dos programas de integridade pautados em códigos empresariais internos de ética e cumprimento da legislação nacional e internacional.

A questão é se a instituição de um programa de integridade/*compliance* teria o condão de mitigar as práticas corruptivas nas relações do setor privado com a Administração Pública. O *compliance* atua como um valioso instrumento de apoio para combater a corrupção, como ferramenta de colaboração entre o setor privado e o público. Delegou ao setor privado o encargo de fiscalizar e mitigar as práticas corruptivas nas relações com a Administração Pública.

O presente estudo avaliou atuação de um programa de integridade como ferramenta de apoio para combater a corrupção. Foram tecidos pontos históricos e concepções gerais de corrupção, alguns aspectos da Lei n.º 12.846/2013 (BRASIL, 2013), a estruturação de um programa *compliance* e a sua colaboração no combate e na prevenção de atos corruptivos.

A relevância do presente artigo está na natureza preventiva e educacional que a Lei n.º 12.846/2013 (BRASIL, 2013) outorgou aos programas de *compliance*, pois há penas severas na norma para quem incorrer em ilícitos e o benefício de atenuantes caso a pessoa

jurídica infratora tenha adotado um programa de integridade. Para a ciência, a importância está no latente viés socioeducativo *compliance*, tendo em vista que o Direito se estrutura nos costumes, na cultura e em momentos históricos de cada sociedade. Em âmbito social, o valor está no poder da conscientização do indivíduo sobre os atos ilícitos e uma possível mudança cultural progressiva.

O objetivo da Lei n.º 12.846/2013 (BRASIL, 2013) é combater incisivamente a corrupção, desestimulando as práticas ilícitas do setor privado nas relações com a Administração Pública por meio de rigorosas sanções administrativas e cíveis. Todavia, é notório que a corrupção é parte de um complexo organismo de atitudes humanas e a lei estimula a implementação de programas de *compliance*, pautados em códigos de ética e na difusão de uma cultura de integridade, de intolerância com práticas de corrupção e cumprimento da legislação, impondo sanções para as desconformidade e fiscalização as atividades para gerar um sistema de aculturamento de pessoas sem práticas ilícitas.

O *compliance* atua de maneira preventiva, educacional e fiscalizadora para combater a corrupção nas relações do setor privado com a Administração Pública. A existência de códigos de condutas éticas e sua aplicação dentro das instituições propaga o que se espera da conduta daquele que se relaciona com a Administração Pública, proporcionando mais segurança ao mercado econômico e difundindo uma cultura de integridade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei n. 6.826/10, de 18 de fevereiro de 2010**. Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira e dá outras providências. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/sileg/integras/1084183.pdf>. Acesso em: 10 set. 2020.

BRASIL. **Decreto n. 8.420, de 18 de março de 2015**. Regulamenta a Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/decreto/D8420.htm. Acesso em: 10 set. 2020.

BRASIL. **Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013**. Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12846.htm. Acesso em: 10 set. 2020

BRASIL. **Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm. Acesso em: 13 set. 2020.

BRASIL. **Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990.** Código de Defesa do Consumidor. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8078.htm. Acesso em 13 set. 2020.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial n. 970.393/CE.** Relator: Ministro Benedito Gonçalves - Primeira Turma. Diário da Justiça Eletrônico, Brasília, 29 jun. 2012. Disponível em: <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/22258122/recurso-especial-resp-970393-ce-2007-0158591-4-stj>. Acesso em: 13 set. 2020.

CAMPOS, Patrícia Toledo de. Comentários à Lei nº. 12.846/2013 – Lei Anticorrupção. **Revista Digital de Direito Administrativo**, v. 2, n. 1, p. 160-185, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdda/article/view/80943/92155>. Acesso em 26 de abr. de 2022.

CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de responsabilidade civil.** 9. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2008.

CHAVES, Sediane Moreira; MELLO, Fabiana Passos de. Compliance como meio de combate a corrupção no âmbito da Lei 12.846/2013. **Revista Tuiuti: Ciência e Cultura**, Curitiba, v. 6, n. 60, p.26-54, 2020. Disponível em: <https://revistas.utp.br/index.php/h/article/view/2313>. Acesso em 26 de abr. de 2022.

GIOVANINI, Wagner. **Compliance: a excelência na prática.** São Paulo: 2014.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. **Manual de Projeto de Pesquisa.** Brasília: Processus, 2019.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como fazer um projeto de pesquisa de um artigo de revisão de literatura. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, ano 2, v. 2, n. 5, 2019. Disponível em: <https://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/121>. Acesso em 26 de abr. de 2022.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. **Manual de artigo de revisão de literatura.** Brasília: Instituto Processus, 2021.

JUSTEN FILHO, Marçal. **A “Nova” Lei Anticorrupção Brasileira (Lei Federal 12.846).** Informativo Justen, Pereira, Oliveira e Talamini. Curitiba, n. 82, dezembro de 2013. Disponível em: <http://www.justen.com.br/informativo.php?&informativo=82&artigo=1110&l=pt> >. Acesso em: 27 mar. 2014.

KEMPFER, Marlene; BATISTI, Beatriz Miranda. Estudos sobre o compliance para prevenção da corrupção nos negócios públicos: ética, ciência da administração e direito. **Revista do Direito Público**, v.12, n. 2, ago. 2017, p. 273-307. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/direitopub/article/view/28297>. Acesso em 26 de abr. de 2022.

MAGALHÃES, J. M. R. Aspectos relevantes da lei anticorrupção empresarial brasileira (Lei nº 12.846/2013). **Revista Controle - Doutrina e Artigos**, v. 11, n. 2, p. 24-46, 31 dez. 2013. Disponível em: <https://revistacontrole.tce.ce.gov.br/index.php/RCDA/article/view/227>. Acesso em 26 de abr. de 2022.

MENDES, Francisco Schertel; CARVALHO, Vinicius Marques de. **Compliance: concorrência e combate à corrupção**. São Paulo: Trevisan, 2017.

MORO, Sérgio Fernando; MARTINS, José Alberto Monteiro; LEONI, Jaqueline Vasconcelos. A eficácia do compliance público/privado no combate à corrupção. **Economic Analysis of Law Review**, v. 10, n. 2, p. 245-260, 2019. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/EALR/article/view/11909>. Acesso em 26 de abr. de 2022.

OLIVEIRA, Emerson Ademir Borges de. Compliance e lei anticorrupção. **Revista da Faculdade Mineira de Direito**, v.23, n.45, p. 367 - 384, Belo Horizonte, PUC-Minas, jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/Direito/article/view/20303>. Acesso em 26 de abr. de 2022.

PINOTTI, Maria Cristina (Org.). **Corrupção: Lava Jato e Mãos Limpas**. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2019.

RIBEIRO, Marcia Carla Pereira; DINIZ, Patrícia Dittrich Ferreira. Compliance e Lei Anticorrupção nas empresas. **Revista de Informação Legislativa**, ano 52, n. 205, jan./mar. 2015, p. 87-105. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/52/205/ril_v52_n205_p87. Acesso em 26 de abr. de 2022.

SCHRAMM, Fernanda Santos. **O compliance como instrumento de combate à corrupção no âmbito das contratações públicas**. Florianópolis, 2018. 432 p. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-graduação em Direito - Universidade Federal de Santa Catarina, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/19009>. Acesso em 26 de abr. de 2022.

THÓ, Hanna. Compliance nas empresas estatais brasileiras. Evolução e perspectivas trazidas pela Lei n 13.303/2016. 2016. Acesso em: 13 nov.2019. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/54136/compliance-nas-empresas-estatais-brasileiras>. Acesso em 26 de abr. de 2022.

WEBER, Mark. **Compliance e responsabilidade empresarial: Medidas anticorrupção à luz dos sistemas jurídicos do Brasil e dos Estados Unidos**. Curitiba: Juruá, 2018. 156 p.

XAVIER, Deiverson Felipe Souza et al. Compliance: uma ferramenta estratégica para a segurança das informações nas organizações. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GESTÃO DE PROJETOS, INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE, 6., 2017, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: SINGEP, 2017. P. 1-18. Disponível em: <https://www.singep.org.br/6singep/resultado/429.pdf>. Acesso em 26 de abr. de 2022.

DETECÇÃO DE FRAUDE EM LEITE CRU DE LATICÍNIO DO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL

DETECTION OF FRAUD IN RAW DAIRY MILK FROM NORTH RIO GRANDE DO SUL

Débora Cristina Lauxen¹, Lina Raquel Santos Araújo²

¹ Médica Veterinária, especialista em Gestão da Qualidade, Higiene e Tecnologia de Produtos de Origem Animal pela Ifope Educacional.

² Professora assistente da Universidade Estadual do Ceará, CECITEC, Tauá-CE, Médica Veterinária, Mestre em Ciências Veterinárias e Doutora em Zootecnia.

RESUMO

Objetivou-se detectar fraudes na etapa de recebimento de leite cru de um laticínio localizado no norte do Rio Grande do Sul. Foram analisadas 25.818 amostras de leite cru refrigerado, em 8606 veículos de acordo com os parâmetros de identidade e qualidade do produto preconizado pela legislação vigente. Foram verificados 0,79% amostras não conformes, sendo que 0,67% apresentaram desvios para temperatura, 0,07% para crioscopia, 0,034% para resíduos de antibiótico, 0,008% para acidez e 0,008% para pH. Podemos concluir que 99,20% das amostras de leite avaliadas provenientes da região norte do RS estavam em acordo com a legislação brasileira e padrões de identidade e qualidade vigentes, sendo a temperatura, o índice crioscópico, a presença de resíduos de antibióticos, a acidez e o pH, os principais desvios identificados. Apesar das irregularidades encontradas os resultados refletem a crescente melhoria na qualidade e na segurança do produto obtido na bacia leiteira da região.

Palavras-chave: Acidez; adulteração; análise físico-químico; crioscopia; produto de origem animal.

ABSTRACT

The objective was to detect fraud in the stage of receiving raw milk from a dairy located in the north of Rio Grande do Sul. 25,818 samples of refrigerated raw milk were analyzed, in 8606 vehicles, in accordance with the product identity and quality parameters recommended by legislation. current. 0.79% non-conforming samples were verified, with 0.67% showing deviations for temperature, 0.07% for cryoscopy, 0.034% for antibiotic residues, 0.008% for acidity and 0.008% for pH. We can conclude that 99.20% of the milk samples evaluated "from the northern region of RS" were in accordance with Brazilian legislation and current identity and quality standards, including temperature, cryoscopic index, presence of antibiotic residues, acidity and pH, the main deviations identified. Despite the irregularities found, the results reflect the growing improvement in the quality and safety of the product obtained in the region's dairy basin.

Keywords: Acidity; adulteration; physicochemical analysis; cryoscopy; product of animal origin.

1. INTRODUÇÃO

O Brasil ocupa o quarto lugar como maior produtor leiteiro no mundo, dessa forma, há uma busca constante por ganhos efetivos na quantidade e qualidade do leite produzido (Ferrarini *et al.*, 2019). Devido a sua origem biológica, o leite pode apresentar variações nos seus componentes dependendo da origem do animal, raça, alimentação, idade, número de parições, tempo de lactação e do clima. Consequente, são estabelecidos padrões para as características do leite, que consideram essas variações o que torna possível detectar problemas em todas as fases de produção e possíveis adulterações no produto (Amorim, 2017).

De acordo com a Instrução Normativa nº 76, de 26 de novembro de 2018 do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (Brasil, 2018a), o leite é produzido em propriedades rurais, refrigerado e destinado aos estabelecimentos de leite e derivados sob serviço de inspeção oficial, que devem contemplar em seu programa de autocontrole, os padrões de qualidade, dentre os quais são mencionados: as características sensoriais, parâmetros físico-químicos e microbiológicos, a ausência de substâncias estranhas em sua composição, e a ausência de aditivos ou coadjuvantes de tecnologia.

A qualidade do leite é definida por seus parâmetros físico-químicos e microbiológicos, em que a presença de teores de proteínas, gordura, lactose, sais minerais e vitaminas determinam a manutenção das características do leite, que é influenciada pela saúde do úbere da fêmea, alimentação, manejo, genética, estágio de lactação e por situações de estresse do animal (Araújo *et al.*, 2013), podendo ainda ter sua composição alterada através da adição de substâncias fraudulentas, com o objetivo de mascarar efeitos relacionados a más condições de higiene em sua obtenção, conservação ou processamento, ou para obter vantagens financeiras (Panciere; Ribeiro, 2021).

Neste sentido, o monitoramento da qualidade do leite, visa prevenir fraudes do produto *in natura* que chega à indústria, através de avaliações de seus parâmetros físico-químicos, garantindo o bom rendimento e as boas condições de seus derivados (Silva *et al.*, 2017).

Diversas pesquisas têm demonstrado que a fraude do leite, ainda é prática comum no Brasil, o que torna relevante os estudos direcionados a estas situações, a fim de gerar dados que possam contribuir para a melhoria da segurança e qualidade do leite produzido (Abrantes;

Como citar este artigo original:

LAUXEN, D.C.; ARAÚJO, L.R.S. Detecção de fraude em leite cru de laticínio do norte do Rio Grande do Sul. Revista Diálogos Acadêmicos. Fortaleza, v. 13, n. 02, p. 21-34, abr./jun. 2024.

Campêlo; Silva, 2014; Panciere; Ribeiro, 2021; Marenze *et al.*, 2015; Mendes *et al.*, 2010; Robim *et al.*, 2012). O leite e derivados são os principais alvos das adulterações. Muitas fraudes têm a finalidade de aumentar o volume, controlar as alterações provocadas pelos microrganismos e alterar as características e os componentes. Tipicamente, o leite é adulterado para ganho financeiro ou devido às más condições de higiene de processamento, armazenamento, transporte e comercialização (Panciere; Ribeiro, 2021).

Segundo Robim *et al.* (2012), as fraudes podem causar problemas alimentares e de saúde coletiva. Combatê-las é responsabilidade dos órgãos oficiais de fiscalização e das indústrias, a fim de evitar danos a cadeia produtiva do leite e aos consumidores.

O Rio Grande do Sul está entre os três maiores produtores de leite do país, com uma produção de 3,255 bilhões de litros, ficando atrás apenas de Minas Gerais, com 6,285 bilhões de litros, e do Paraná, com 3,308 bilhões de litros de leite inspecionados (Rocha; Carvalho; Resende, 2020).

Episódios acompanhados em 2013, relacionados à operação “Leite Compensado”, colocaram em xeque a qualidade e a segurança dos produtos produzidos no estado (Ministério Público do Rio Grande Do Sul, 2019). A região norte do estado foi uma das regiões alvo em que empresas foram multadas por conta dessa operação. Desde então, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) vem estabelecendo novas regras para a produção de leite no país, especificando os padrões de identidade e qualidade do leite cru refrigerado, do pasteurizado e do tipo A, cujas mudanças constam nas Instruções Normativas 76 e 77 (Brasil, 2018b).

O estudo sobre detecção de fraude no leite no norte do Rio Grande do Sul é vital para proteger a saúde do consumidor, garantir a integridade do mercado, preservar a confiança na produção local e promover a transparência na cadeia produtiva. Diante disso, o objetivo deste trabalho foi detectar fraudes na etapa de recebimento de leite em um laticínio na região norte do Rio Grande do Sul.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Este estudo foi desenvolvido com base na análise de dados de uma usina de beneficiamento de leite, sob inspeção federal, localizada na região norte do Rio Grande do Sul. Entre janeiro e junho de 2020, a indústria recebeu um total de 8.606 veículos, cada um equipado com três compartimentos isotérmicos. Foram coletadas amostras de 100 % dos veículos, uma de cada um dos três compartimentos do tanque isotérmico, totalizando 25.818 amostras de leite cru refrigerado.

A coleta de leite bovino no Brasil é regulamentada por diversas instruções normativas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), como a Instrução Normativa nº 76 e a Instrução Normativa nº 77 (Brasil, 2018b). O procedimento de coleta e amostragem foi conduzido em conformidade com os programas de autocontrole da indústria, regulamentados pelo Decreto nº 9.013, de 29 de março de 2017 (Brasil, 2017a) e pela Norma Interna DIPOA/SDA nº 01 (Brasil, 2017b), que orientam às boas práticas de fabricação, bem como de acordo com as instruções normativas vigentes.

O processo de coleta e amostragem iniciou-se com a pesagem dos veículos, seguida pelo direcionamento dos caminhões à plataforma de coleta de matéria-prima (leite cru). Utilizando um homogeneizador pneumático com copo acoplado, a operação garantiu a uniformidade do leite ao homogeneizar o conteúdo dos tanques isotérmicos. Em

seguida, foram coletadas e devidamente identificadas as alíquotas de 500 ml, volume de amostra por tanque estipulado pela indústria, para a execução de todas as análises necessárias para triagem do leite cru refrigerado no laboratório de controle de qualidade interno (Brasil, 2017b).

2.1 Análises físico-químicas do leite

As amostras de leite foram submetidas às análises físico-químicas, para avaliar as suas características e composição química, com o objetivo de detectar possíveis fraudes e resíduos antibióticos. As análises físico-químicas incluíram a avaliação das seguintes variáveis: características sensoriais, temperatura, densidade a 15°C, crioscopia, pH, teste de alizarol, acidez titulável, teor de gordura, proteína, extrato seco total e extrato seco desengordurado. Além disso, foram realizados testes para a detecção de resíduos de antibióticos, cloretos, álcool etílico, amido, sacarose, peróxido, formol, cloro, substâncias alcalinas e neutralizantes.

A aferição da temperatura foi realizada através de imersão direta de um termômetro no interior do frasco coletor logo após a coleta, objetivando encontrar uma temperatura igual ou inferior a 7°C. Para avaliação sensorial foi realizada a análise de coloração, aspecto e odor da amostra, devendo esta, apresentar-se como líquido branco opalescente homogêneo e com odor característico (Brasil, 2018a).

A densidade foi determinada à 15°C, utilizando 250mL da amostra, adicionada cuidadosamente a uma proveta, evitando a formação de bolhas de ar. Em seguida, introduziu-se nesta mesma proveta o termolactodensímetro, girando-o para romper a tensão superficial (Brasil, 2013). Após a estabilização do densímetro, foi realizada a leitura da densidade observando o menisco na escala e relacionando-o com a temperatura da amostra. A densidade deve estar entre 1028 e 1034g/cm³ no leite a 15°C.

O ponto de congelamento do leite (crioscopia), em graus Horvet, foi avaliado por meio do crioscópio eletrônico digital (CAP-LAB, São Paulo, Brasil); com a adição de 2,5mL de amostra ao mini tubo de ensaio do aparelho. Os valores devem apresentar-se entre -0,530°H e -0,555°H (Brasil, 2018a).

A análise de pH, foi realizada por meio da imersão direta do eletrodo em 50mL da amostra, com a leitura obtida através de um aparelho digital. O teste de acidez titulável foi realizado com a utilização de uma bureta digital. Assim, em um Becker com 10mL de amostra adicionou-se de 4 gotas de fenolftaleína 1%. Em seguida, a mistura foi titulada com solução Dornic até o aparecimento da coloração rósea persistente por aproximadamente 30 segundos. O volume de solução Dornic utilizado foi registrado para realizar a correlação com a acidez da amostra: 0,1mL de solução Dornic gasta na titulação corresponde a 1°D. Os valores normais para leite cru são um pH entre 6,6 e 6,8 e uma acidez titulável entre 14°D e 18°D (Brasil, 2018a).

Para prova do alizarol utilizou-se um acidímetro de salut, misturando 5 mL da solução de alizarol 78°GL com 5mL da amostra de leite. O resultado esperado é uma coloração vermelho-tijolo sem grumos. A coagulação da amostra e a observação de coloração amarela podem indicar um teor de acidez aumentado ou até mesmo a presença de colostro, enquanto a coloração lilás a violeta a presença de mamites, neutralizantes ou água (CAP-LAB, 2015).

Os teores de gordura e proteína do leite, foram avaliados utilizando um analisador de leite ultrassônico portátil (Ekomilk M®, CAP-LAB, São Paulo, Brasil). Os valores mínimos

esperados são 3% para gordura e 2,9% para proteína (Brasil, 2018a). O extrato seco total (EST) foi obtido de acordo com Mendes, *et al.* (2010). De modo que:

$$EST = (Dc / 4) + (G \times 0,2) + 0,26 \quad (1)$$

em que G é a gordura e Dc a densidade corrigida a 15°C, cujos valores normais para o leite cru deve ser de $\geq 11,4\%$. Com o valor do EST e da gordura calculou-se o extrato seco desengordurado (ESD) devendo apresentara valores $\geq 8,4\%$, para tanto utilizou-se a fórmula:

$$ESD = EST - G \quad (2)$$

A detecção de resíduos de medicamentos veterinários foi realizada com a utilização do kit *Devoltest Fast Q®* (Globalfood, São Paulo, Brasil), capaz de detectar a presença de princípios ativos beta-lactâmicos, quinolonas, tetraciclina e sulfonamidas. O teste foi realizado com compostos de amostras, ou seja, foram misturados 10ml do leite de cada um dos três tanques do veículo em um béquer. Com uma pipeta plástica foram adicionados 150µl do composto ao cassete do teste, que foi incubado a 50°C por 7 minutos e logo após direcionado a leitora que apresentou os resultados de forma rápida e digital.

As análises para a detecção de fraudes por reconstituintes de densidade, contou com a determinação qualitativa de cloretos, que foi realizada através de 10mL de amostra de leite, 0,5mL de cromato de potássio 3% e 4,5mL de nitrato de prata a 0,1N adicionados a um tubo de ensaio e agitados. Nesta prova, a coloração amarela é visualizada em amostras positivas e a coloração laranja em amostras negativas (CAP-LAB, 2015).

Para realização da análise de álcool etílico foram adicionados 100mL de amostra leite ao *kitasato*, juntamente com 10mL de antiespumante e 2mL de solução sulfocrômica em um tubo de ensaio para que a extremidade da pipeta de *pasteur* acoplada ao *kitasato* através de um tubo de silicone fosse mergulhada, formando um sistema fechado. A amostra do *kitasato* foi direcionada a uma chapa aquecedora para fervura durante 5 minutos. Na presença de álcool a solução sulfocrômica apresentará a cor verde, caso contrário, a mesma se manterá inalterada (Assis, 2017).

A fim de detectar a presença de amido foram adicionados 10mL de amostra de leite a um tubo de ensaio, e este direcionado a um banho maria até a fervura. Após a fervura, a amostra foi resfriada em água corrente, e teve a adição de 2 gotas de lugol. Na presença de amido, a amostra apresentará coloração azul (CAP-LAB, 2015).

Para a análise de sacarose adicionou-se 10mL de leite, 1mL de ácido clorídrico e 0,5mL de resorcina a 20% em um tubo de ensaio, realizando a homogeneização e direcionando a amostra ao banho-maria fervente, onde permaneceu por 10 minutos. Na presença de sacarose, a amostra apresentará uma coloração rósea (CAP-LAB, 2015).

O teste de peróxido de hidrogênio foi realizado com a aplicação de teste rápido de peróxido 0,5mg/L – 25mg/L – Merck Refrigerado (CAP – LAB, São Paulo, Brasil), em que a fita foi mergulhada diretamente na amostra de leite por 30 segundos. Ao apresentar coloração azul o resultado é considerado positivo.

A prova de formol rápido para a detecção de fraude por conservantes, foi realizada através da adição de 5mL de amostra de leite, 2mL de ácido sulfúrico 50% e 1mL de perclorato de ferro a 2% em um tubo de ensaio, o qual permaneceu em banho-maria a 90°C por 10 minutos. A coloração rósea é indicativo de resultado negativo enquanto a coloração violeta indica resultado positivo (Mensen, 2015).

A análise de cloro consistiu em adicionar 5mL de leite e 0,5mL de solução de iodeto de potássio 7,5% em um tubo de ensaio, e sua posterior agitação. Em caso de resultado positivo, a amostra apresenta uma coloração amarela, demonstrando a presença de substâncias redutoras de acidez, e caso negativo, a amostra não apresenta alteração de cor (CAP-LAB, 2015).

Para a prova de alcalinos, adicionou-se 3mL da amostra e 3mL de alizarol em um tubo de ensaio com o auxílio de uma pipeta graduada, seguido de uma leve agitação. Sendo considerado negativo quando aparecerem grumos na parede do tubo e positivo no caso de não ocorrer formação dos grumos (CAP-LAB, 2015).

As fraudes relacionadas a adição de neutralizantes de acidez foram avaliadas através da análise de neutralizante B, a qual consistiu em transferir 11mL de amostra e 4 gotas de fenolftaleína a 1% em um béquer e, realizar a titulação com solução de hidróxido de sódio 0,1N até coloração rósea persistente. A amostra foi reacidificada com 1mL de solução de ácido sulfúrico 0,025N, posteriormente aquecida até ebulição, resfriada rapidamente em banho de gelo e adicionada de 2mL de fenolftaleína a 1%. O resultado é negativo em caso de coloração branca; a presença de coloração rósea, indica neutralização com carbonato de sódio ou com bicarbonato de sódio (Assis, 2017).

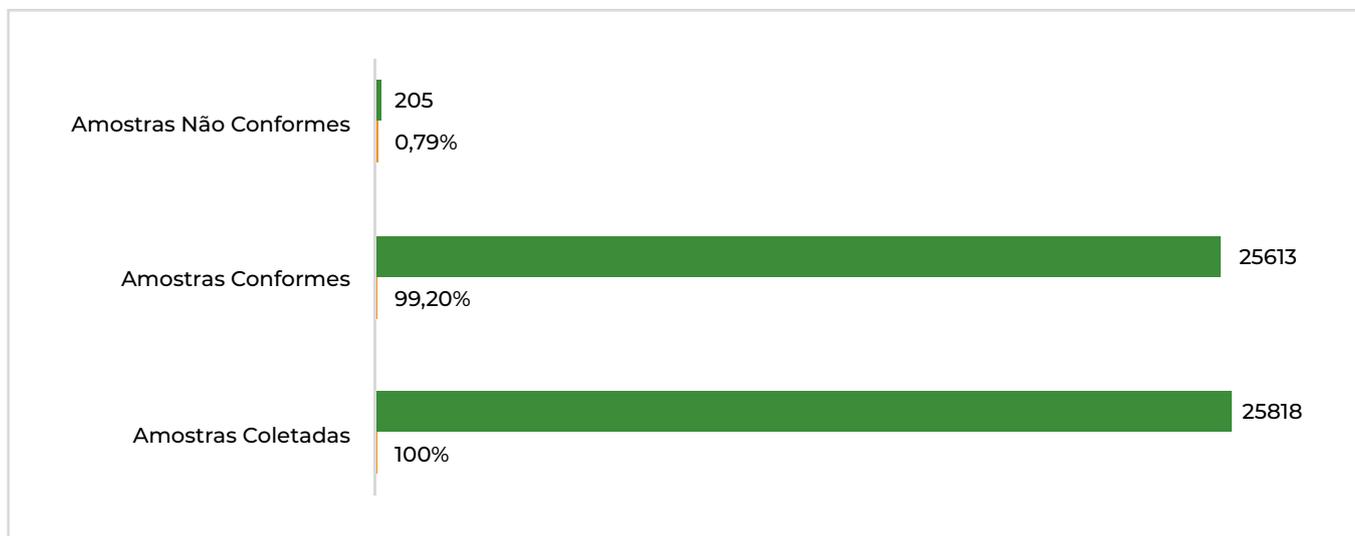
A análise de neutralizante A, foi realizada transferindo 5mL de amostra e 10mL de álcool etílico neutralizado para um tubo de ensaio, realizando a homogeneização e adicionando 2 a 3 gotas de solução de ácido fosfórico a 2%. A coloração vermelha indica resultado positivo, e a coloração alaranjada resultado negativo (Assis, 2017).

Os resultados das análises das amostras foram compilados em um banco de dados e submetidos à avaliação descritiva quanti-qualitativa quanto ao atendimento ou não aos parâmetros do leite cru refrigerado definidos em legislação, obtendo-se então a frequência de amostras aprovadas, que atenderam a estes padrões.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados do estudo realizado, estão apresentados nos Gráficos de 1 e 2. O Gráfico 1 mostra o quantitativo e percentual de amostras coletadas dos 8606 veículos recebidos no período, e de amostras cujas análises físico-químicas estavam ou não em conformidade com parâmetros de qualidade do leite cru previstos na legislação.

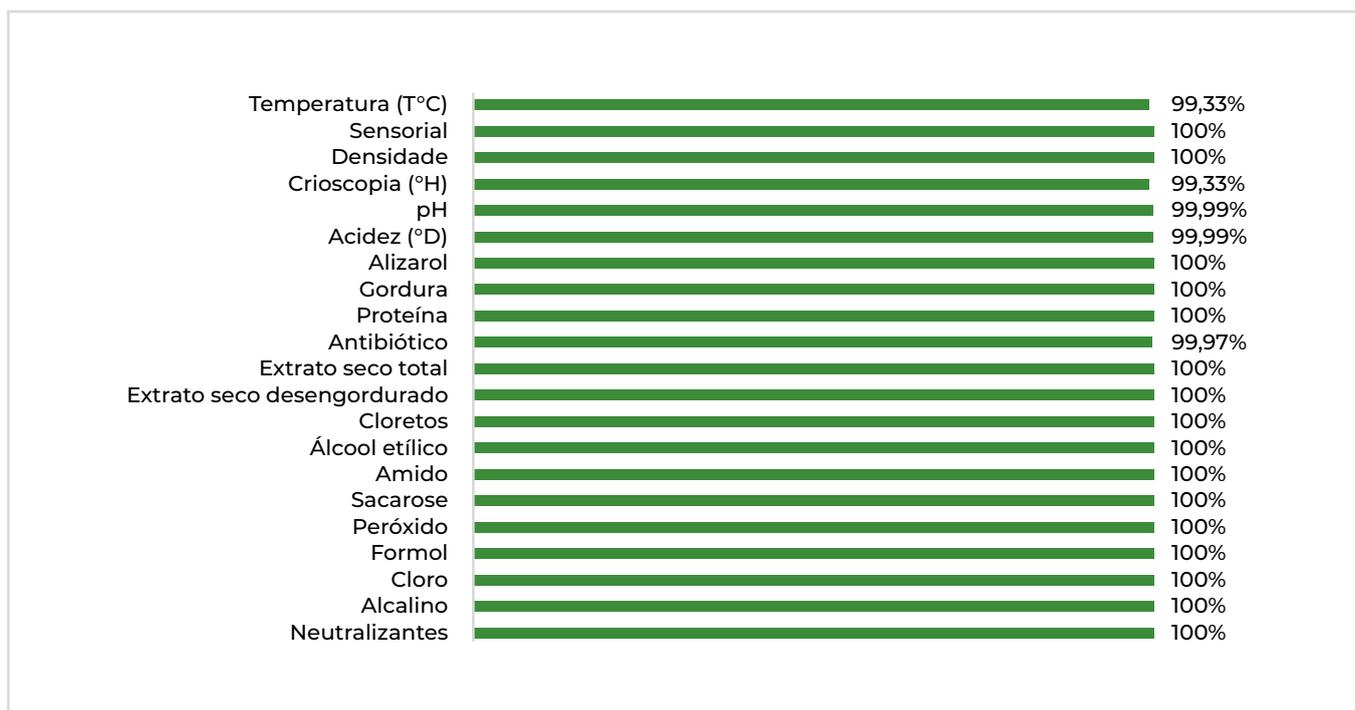
Gráfico 1 – Quantidade e percentual de amostras de leite cru refrigerado, oriundas de laticínio da região norte do Rio Grande do Sul, coletadas, conformes e não conformes quanto aos parâmetros físico-químicos previstos em legislação.



Fonte: Autoria própria (2020)

De acordo com o gráfico, 99,20% (25.613) das amostras analisadas estavam dentro dos padrões de qualidade estabelecidos pela legislação vigente, enquanto 0,79% (205) apresentaram algum tipo de desvio (IN76/2018). No Gráfico 2 é possível evidenciar o apanhado das análises físico-químicas realizadas nas amostras e seus percentuais de aprovações.

Gráfico 2 – Percentual de amostras de leite cru refrigerado, oriundas de laticínio da região norte do Rio Grande do Sul, em conformidade em cada um dos parâmetros físico-químicos estudados.



Fonte: Autoria própria (2020)

Das 205 amostras que apresentaram algum tipo de desvio, 18 (0,07%) foram reprovadas por detecção de substâncias fraudulentas e 187 (0,72%) por alguma irregularidade nos padrões físico-químicos relacionados a temperatura, pH, acidez e resíduos de antibióticos estabelecidos pela Instrução Normativa nº 76.

Os demais parâmetros analisados, como características sensoriais, gordura, proteína, densidade, ESD, EST, cloretos, álcool etílico, amido, sacarose, peróxido, formol, cloro, alcalinos e neutralizantes, não demonstraram qualquer desvio que pudesse caracterizar não conformidade na matéria prima e, conseqüentemente, a sua recusa.

Neste estudo observou-se um percentual de reprovação muito baixo, por se tratar de estabelecimento sob regime de inspeção federal (SIF). Isso contrasta com estudos que analisaram leite oriundo do comércio informal do interior do Ceará, Norte do Paraná e Sudoeste da Bahia em que 95% (19/20), 34,7% e 94,4% das amostras, respectivamente, apresentaram algum tipo de irregularidade quanto aos limites previstos pela legislação (Marques *et al.*, 2019; Baggio; Montanhini, 2020; Alves *et al.*, 2023).

Os desvios de temperatura foram encontrados em 174 (0,67%) amostras, que apresentaram resultados acima dos 7 °C preconizados pela legislação para que o leite possa ser descarregado na indústria. Estudos recentes apontam a temperatura inadequada como uma problemática para a indústria de laticínios, atingindo de 20% (Ströher *et al.*, 2023) a totalidade das amostras estudadas (Sivestrin *et al.*, 2022; Alves *et al.*, 2023). A temperatura tem influência direta e indireta na qualidade e rendimento de derivados lácteos, sendo que o resfriamento é o fator que mantém a qualidade do leite cru, pois minimiza a deterioração causada pelos microrganismos psicotróficos que conseguem sobreviver a temperaturas baixas (Oliveira *et al.*, 2016). O leite refrigerado em temperaturas corretas, implica na manutenção da qualidade do produto, desde que obtido sob condições higiênico-sanitárias satisfatórias e transportado de forma adequada até a indústria, atendendo satisfatoriamente ao processamento e conferindo melhor qualidade e maior vida de prateleira aos produtos (Condé *et al.*, 2018). Por outro lado, um controle inadequado da temperatura do leite durante a estocagem pode contribuir para o desenvolvimento de microrganismos mesófilos, resultando assim em um menor tempo de prateleira (Sequetto *et al.*, 2017).

Os resultados obtidos para crioscopia indicaram desvios em 18 (0,07%) amostras, valor abaixo dos encontrados na literatura, cuja incidência variou de 11% a 66,7% (Jimenez *et al.*, 2021; Silvestrin *et al.*, 2022; Alves *et al.*, 2023; Ströher *et al.*, 2023). O aumento do índice crioscópico, em que a temperatura de congelamento do leite apresenta valores mais próximos de zero (ponto de congelamento da água), acompanhado de densidades inferiores a 1.028 g/L são indicativos de adulteração por adição de água (Abrantes; Campêlo; Silva, 2014; Panciere; Ribeiro, 2021). A fraude por adição de água no leite pode estar relacionada à falta de conscientização do produtor quanto aos riscos para a saúde pública, bem como a intenção de obter maiores lucros, aumentando o volume de leite produzido (Panciere; Ribeiro, 2021), mascarando deficiências, ou, ainda com o objetivo de prolongar a vida útil ou diminuir a microbiota presente no produto (Silva *et al.*, 2016).

Para aumentar a densidade do leite e mascarar a adição de água, geralmente se observa a adição criminosa de amido, açúcar e ureia (Abrantes; Campêlo; Silva, 2014; Panciere; Ribeiro, 2021). A fim de paralisar a atividade microbiana, são utilizados o formol e o peróxido. Neste sentido, através dos resultados obtidos (Figura 1), conseguimos comprovar que 100% das amostras analisadas encontravam-se dentro dos padrões estabelecidos pelo órgão regulador (BRASIL, 2018a).

Outro ponto observado foi em relação aos resultados de pH e acidez, onde 2 (0,008%) amostras apresentaram ambos os desvios simultaneamente. Segundo Veronica *et al.* (2018), a acidez do leite é determinada para avaliação de seu estado de conservação. Um leite apresentando acidez fora do padrão é considerado anormal, em início de fermentação e impróprio para o consumo e industrialização. Resultados inferiores a 14°D podem indicar fraude por adição de bicarbonato, enquanto valores superiores a 18°D, que foram os desvios identificados nas análises, podem indicar leite coletado há mais de 24 horas ou com excesso de microrganismos. De acordo com Veronica *et al.* (2018), essa alteração pode ser proveniente da acidificação do leite, causada pelo possível desdobramento da lactose (açúcar do leite) em ácido láctico, processo provocado pela intensa multiplicação de bactérias no leite. Da mesma forma, explica que os resultados de elevado pH podem ser correlacionados também com a adição de água ou de outros redutores de acidez ao produto, já que a água possui pH próximo da neutralidade e, quando adicionada ao leite, aumenta significativamente o seu pH. No entanto, em nossos resultados, não foi possível relacionar o aumento de pH à adição de água no leite. A determinação do pH pode ser útil na caracterização do colostro ou de animais com mastite (Abreu, 2008), indicando acidez, alcalinidade ou neutralidade das substâncias em um meio aquoso (Magri, 2015).

Os resultados obtidos no teste de presença de resíduos de medicamentos veterinários (antibióticos), levaram a recusa de 9 (0,034%) amostras analisadas. De acordo com Souza *et al.* (2017), a principal causa da presença de resíduos de antibióticos acima dos limites aceitáveis no leite é o descumprimento do período de carência dos medicamentos aplicados em vacas leiteiras, que deve estar especificado na bula e ser consultado ao iniciar o tratamento. Santos (2000) e Alves *et al.* (2023), destacam o tratamento da mastite como a principal causa da ocorrência de resíduos de antibióticos no leite. Além disso, traz alguns cuidados a serem tomados para evitar esse desvio, como a observância do período de carência do antibiótico, a correta identificação dos animais tratados e a anotação precisa dos dados do tratamento, o uso adequado das dosagens prescritas, o descarte do leite de todos os quartos tratados e a prevenção de erros durante a ordenha que possam levar à mistura de leite com e sem resíduos.

Gomides (2015) evidencia que todas as vias de administração de antibióticos levam ao aparecimento de resíduos nos alimentos de origem animal. Assim, vários compostos presentes nos organismos dos animais podem ser transferidos para a população através do leite e dos produtos lácteos, que de acordo com Souza *et al.* (2017), podem expor a saúde da população a riscos classificados em três categorias: relacionados a toxicidade (drogas com atividade carcinogênica ou mutagênica); ao aumento de risco de resistência de microrganismos aos antimicrobianos e a hipersensibilidade (alergias).

4. CONCLUSÃO

Concluímos que mais de 99% das amostras de leite avaliadas neste período estavam em conformidade com a legislação e os padrões de identidade e qualidade vigentes. As principais causas de não conformidade identificadas foram temperatura, índice crioscópico, presença de resíduos de antibióticos, acidez e pH.

Esses resultados refletem uma melhoria contínua na qualidade e na segurança do leite produzido na bacia leiteira da região. No entanto, é essencial manter um programa de

educação continuada para que os produtores vejam a indústria como uma aliada e busquem constantemente a produção e entrega de produtos seguros para o beneficiamento, evitando perdas em toda a cadeia produtiva do leite.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, M.R.; CAMPÊLO, C.S.; SILVA, J.B.A. Fraude em leite: Métodos de detecção e implicações para o consumidor. **Revista do Instituto Adolfo Lutz**, v.73, n.3, p.244-251, 2014. Disponível em: <https://docs.bvsalud.org/biblioref/ses-sp/2014/ses-31994/ses-31994-5905.pdf>. Acesso em: 17 de jan. de 2022.

ABREU, A. S. **Leite instável não ácido e propriedades físico-químicas do leite de vacas Jersey**. 2008. 97f. Dissertação (Mestrado em Zootecnia) – Programa de Pós-graduação em Zootecnia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/14912/000672566.pdf?sequence=1>. Acesso em: 17 de jan. de 2022.

ALVES, C. C. *et al.* Qualidade físico-química e microbiológica de leite cru refrigerado na Região Sudoeste da Bahia. **SaBios: Revista de Saúde e Biologia**, v.18, n.1, p.1-8, 2023. Disponível em: <https://revista2.grupointegrado.br/revista/index.php/sabios/article/view/3254>. Acesso em: 23 de jan. de 2024.

AMORIM, A. L. B. C. **Avaliação da presença de substâncias químicas em leite cru e beneficiado produzidos e comercializados no Distrito Federal e entorno**. 2017. 49f. Dissertação (Mestrado em Saúde Animal) – Programa de Pós-graduação em Saúde Animal, Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: http://icts.unb.br/jspui/bitstream/10482/23637/1/2017_AmandaLaryssaBorgesdoCarmoAmorim.pdf. Acesso em: 17 de jan. de 2022.

ARAÚJO, A.P. *et al.* Qualidade do leite na bovinocultura leiteira. **PUBVET**, v.7, n.22, p.2189-2326, 2013. Disponível em: <https://ojs.pubvet.com.br/index.php/revista/article/view/1789>. Acesso em: 17 de jan. de 2022.

ASSIS, J. **Análises físico-químicas de leite cru e produto acabado de uma empresa de laticínios do Vale do Taquari – RS**. 2017. 54f. TCC (Graduação em Agronomia) – Faculdade de Agronomia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/169951>. Acesso em: 17 de jan. de 2022.

BAGGIO, A. P.; MONTANHINI, M. T. M. Qualidade de leite cru produzido na região do Norte Pioneiro do Paraná. **Revista Brasileira de Higiene e Sanidade Animal: RBHSA**, v.14, n.3, p.1-9, 2020. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/8081650.pdf>. Acesso em: 17 de jan. de 2022.

BRASIL. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. Decreto n. 9.013, de 29 de março de 2017. Regulamenta a Lei n° 1.283, de 18 de dezembro de 1950, e a Lei n° 7.889, de 23 de novembro de 1989, que dispõem sobre a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, mar. 2017a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9013.htm. Acesso em: 17 de jan. de 2022.

BRASIL. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. **Determinação da Densidade em Leite Fluido com uso do Termolactodensímetro: Método de Ensaio – MET. 2013**

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instrução normativa n° 76, de 26 de novembro de 2018. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ed. 230, p. 9, 2018a. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/inspleite/files/2019/04/INSTRU%C3%87%C3%83O-NORMATIVA-N%C2%BA-76-DE-26-DE-NOVEMBRO-DE-2018-Di%C3%A1rio-Oficial-da-Uni%C3%A3o-Imprensa-Nacional.pdf>. Acesso em: 17 de jan. de 2022.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instrução normativa n° 77, de 26 de novembro de 2018. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ed. 230, p.10, 2018b. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZ-C2Mb/content/id/52750141/do1-2018-11-30-instrucao-normativa-n-77-de-26-de-novembro-de-2018-52749887. Acesso em: 17 de jan. de 2022.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Norma Interna DIPOA/SDA n° 01, de 08 de março de 2017. Estabelece os modelos de formulários, frequências e amostragens mínimas para inspeção e fiscalização dos autocontroles implantados pelos estabelecimentos de produtos de origem animal registrados (SIF) ou relacionados (ER) junto ao DIPOA/SDA. 2017b. Disponível em: <https://enagro.agricultura.gov.br/cursos-e-capacitacao/material-didatico-pasta/arquivos/NormaInterna012017.pdf>. Acesso em: 20 de junho de 2020.

CAP-LAB. **Cartilha com metodologias de análise físico-químicas para leite e derivados**. São Paulo, 2015.

CONDÉ, P. R. *et al.* Temperatura de armazenamento e qualidade microbiológica do leite cru granelizado na região de Rio Pomba, Minas Gerais. **Revista do Instituto de Laticínios Cândido Tostes**, Juiz de Fora, v. 73, n. 3, p. 149-161, jul./set., 2018. Disponível em: <https://www.revistadoilct.com.br/rilct/article/view/699/477>. Acesso em: 17 de jan. de 2022.

FERRARINI, G.M. *et al.* Metanálises das estimativas da produção de leite aos 305 dias e na primeira lactação. **Revista Uningá Review**, v. 34, S.1, p.16, 2019. Disponível em: <https://revista.uninga.br/uningareviews/article/view/3062>. Acesso em: 17 de jan. de 2022.

GOMIDES, M. F. **Resíduos de tetraciclinas, aminoglicosídeos e fluoroquinolanas em leite por Clae-Em/Em**. 2015. 108f. Dissertação (Mestrado em Ciência dos Alimentos) – Programa de Pós-graduação em Ciência de Alimentos da Faculdade de Farmácia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-B4TP8J>. Acesso em: 17 de jan. de 2022.

JIMÉNEZ, M. E. *et al.* Características socioeconômicas da produção e parâmetros de qualidade do leite cru refrigerada no Município de Santa Maria, RS, Brasil. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 6, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/15562/13942/200690>. Acesso em: 17 de jan. de 2022.

MAGRI, L. P. **Quantificação de acidez titulável e pH utilizando técnica potenciométrica como indicador de qualidade do leite bovino**. 2015. 78p. Dissertação (Mestrado em Ciência e Tecnologia em leite e derivados) – Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia do leite e derivados, Faculdade de Farmácia e Química, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/1452>. Acesso em: 17 de jan. de 2022.

MAREZE, J. *et al.* Detecção de adulterações do leite pasteurizado por meio de provas oficiais. **Semina: Ciências Biológicas e da Saúde**, Londrina, v.36, n.1, supl, p. 283-290, 2015. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/seminabio/article/view/19258/16930>. Acesso em: 17 de jan. de 2022.

MARQUES, A. F. E. *et al.* Análise de adulterantes no leite de vaca in natura comercializado informalmente no interior do estado do Ceará. **Educação Ciência e Saúde**, v. 6, n. 2, p. 37-51, jul./dez., 2019. Disponível em: https://periodicos.ces.ufcg.edu.br/periodicos/index.php/99cienciaeducacaosaude25/article/view/212/pdf_66. Acesso em: 17 de jan. de 2022.

MENDES, C.G. *et al.* Análises físico-químicas e pesquisa de fraude no leite informal comercializado no município de Mossoró, RN. Disponível em: **Revista Ciência Animal Brasileira**. Goiânia, v.11, n.2, p.349-356, 2010. <https://revistas.ufg.br/vet/article/view/1146>. Acesso em: 17 de jan. de 2022.

MENSEN, J. F. R. **Controle da qualidade: análises físico-químicas do leite e derivados em uma indústria de beneficiamento de leite** 2015. 81p. Monografia (Graduação em Zootecnia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015. Disponível em: <https://agrarias.ufpr.br/zootecnia/wp-content/uploads/sites/13/2016/10/69.pdf>. Acesso em: 17 de jan. de 2022.

OLIVEIRA, R. V. *et al.* Temperatura do leite mensurada pelo termostato e termômetro em diferentes pontos do tanque de expansão. **Revista Brasileira de Tecnologia Agroindustrial**, v.10, n.1, p.1991-2003, jan./jun., 2016. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rbta/article/download/1978/3077>. Acesso em: 17 de jan. de 2022.

PANCIERE, B.M.; RIBEIRO, L.F. Detecção e ocorrência de fraudes no leite fluido ou derivados. **Getec**, v.10, n. 26, p.1-17, 2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/getec/article/view/2377/1469>. Acesso em: 17 de jan. de 2022.

RIO GRANDE DO SUL. Ministério Público do Rio Grande do Sul. **Leite Compensado: seis anos depois da primeira Operação, 15 ações de consumo já tiveram sentença e 24 pessoas já foram condenadas criminalmente**. 2019. Disponível em: <https://www.mprs.mp.br/noticias/consumidor/49065/>. Acesso em 01 ago. 2020.

ROBIM, M. S. *et al.* Pesquisa de fraude no leite UAT integral comercializado no estado do rio de janeiro e comparação entre os métodos de análises físico-químicas oficiais e o método de ultrassom. Disponível em: **Revista do Instituto de Laticínios Cândido Tostes**, v. 389, n. 67, p.43-50, 2012. <https://www.revistadoilct.com.br/rilct/article/view/225>. Acesso em: 17 de jan. de 2022.

ROCHA, D.T; CARVALHO, G.L; RESENDE, J.C. Cadeia Produtiva do Leite no Brasil: Produção Primária. **Circular Técnica 123**. Embrapa. Juiz de Fora, MG, ago., 2020. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/215880/1/CT-123.pdf>. Acesso em: 17 de jan. de 2022.

SANTOS, M. **Causas da presença de resíduos de antibióticos no leite**. Milkpoint. 2000. Disponível em: <https://www.milkpoint.com.br/colunas/marco-veiga-dos-santos/causas-da-presenca-de-residuos-de-antibioticos-no-leite-16164n.aspx>. Acesso em 01 ago. 2020.

SEQUETTO, P. L. *et al.* Avaliação da qualidade microbiológica de leite cru refrigerado obtido de propriedades rurais da Zona da Mata mineira. **Revista Brasileira de Agropecuária Sustentável (RBAS)**, v. 7, n. 1, p. 42-50, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/rbas/article/view/2940>. Acesso em: 17 de jan. de 2022.

SILVA, G.W.M. *et al.* Avaliação físico-química de leite in natura comercializado informalmente no sertão paraibano. **Revista Principia**, v.1, n.35, p.34, jun., 2017. Disponível em: <https://periodicos.ifpb.edu.br/index.php/principia/article/view/720>. Acesso em: 17 de jan. de 2022.

SILVA. H.O. *et al.* Adulteração do leite com adição de água por fornecedores de um laticínio do município de Conceição do Araguaia, estado do Pará, Brasil. **Revista de Educação Continuada em Medicina Veterinária e Zootecnia do CRMV-SP**, v.14, n.3, p. 95-95, 2016. Disponível em: <https://www.revistamvez-crmvsp.com.br/index.php/recmvz/article/view/35030>. Acesso em: 17 de jan. de 2022.

SILVESTRIN, P. D.; SODRÉ, L. W. B.; OLIVEIRA, A. P. Análise da qualidade físico-química do leite cru entregue a uma cooperativa beneficiadora do município de Juína-MT. **Research, Society and Development**, v.11, n.1, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/25476/22234/296970>. Acesso em: 14 de jan. de 2023.

SOUZA, L. B. *et al.* Resíduos de antimicrobianos em leite bovino cru no Estado do Rio Grande do Norte. **Revista Ciência Animal Brasileira**, v.18, p.1-6, Goiânia, 2017. Disponível em <https://www.scielo.br/j/cab/a/DMQv9SJxn3fgJBrttTKTPPz/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 17 de jan. de 2022.

STRÖHER, J. A. *et al.* Avaliação socioeconômica e parâmetros de qualidade do leite cru refrigerado de pequenas propriedades leiteiras do Vale do Taquari, RS. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 40, jan./dec., 2023. Disponível em: <https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/27206>. Acesso em: 22 de jan. de 2024.

VERONICA, A.R. *et al.* **Avaliação da qualidade físico-química de amostras de leite UHT integral produzidas no Estado de Santa Catarina**. 2018. 31f. Relatório (Técnico em Química),

Araquari, SC, 2018. Disponível em: <https://quimica.memoria.arauari.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/20/2018/12/TRABALHO-FINAL-AVALIA%C3%87%C3%83O-DA-QUALIDADE-F%C3%8DSICO-QU%C3%8DMICA-DE-AMOSTRAS-DE-LEITE-UHT-INTEGRAL-PRODUZIDAS-NO-ESTADO-DE-SANTA-CATARINA.pdf>. Acesso em: 17 de jan. de 2022.

EDUCADOR HUMANIZADOR NO NOVO ENSINO MÉDIO: ENTRE HEGEMONIA E RESISTÊNCIA

HUMANIZING EDUCATOR IN THE NEW HIGH SCHOOL: BETWEEN HEGEMONY AND RESISTANCE

Alessandra Nascimento Braga¹, Carlos Alberto Brito da Silva Júnior², Aline Nascimento Braga³, M^a Gilvania da Silva Alves⁴, Vicente Ferrer Pureza Aleixo⁵, Lelio Favacho Braga⁶

¹ Doutora, Universidade Federal do Pará, <http://lattes.cnpq.br/7611599930837576>, <https://orcid.org/0000-0001-9880-5648>, alessandrabg@ufpa.br.

² Doutor, Universidade Federal do Pará, <http://lattes.cnpq.br/5067093267673117>, <https://orcid.org/0000-0002-7084-8491>, cabsjr@ufpa.br.

³ Doutoranda, Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática, IEMCI/UFPA, <http://lattes.cnpq.br/0260000901655507>, <https://orcid.org/0000-0002-5998-6615>, aline.braga@iemci.ufpa.br.

⁴ Especialista, Centro Universitário Única, <http://lattes.cnpq.br/6092692845395538>, <https://orcid.org/0009-0001-1240-2168>, a.gilvania46@gmail.com.

⁵ Doutor, Universidade Federal do Pará, <http://lattes.cnpq.br/7675487407307418>, <https://orcid.org/0000-0002-6048-3329>, ferrer@ufpa.br.

⁶ Doutor, Secretaria de Estado de Educação do Pará, <http://lattes.cnpq.br/5249212425775926>, <https://orcid.org/0000-0002-0855-9269>, leliofavacho@gmail.com

RESUMO

Este ensaio teórico e bibliográfico reflete sobre o papel social do educador humanizador no Novo Ensino Médio, examinando como o processo formativo humanizador, que considera necessidades, desejos e escolhas dos alunos, influencia o desenvolvimento integral dos estudantes. Defende-se a transformação da sala de aula em um espaço de comunicação ativa, onde o professor promova valores éticos, políticos e sociais. A análise aborda concepções hegemônicas, que reforçam normas do sistema educacional tradicional, e contra-hegemônicas, que buscam transformá-las. Conclui-se que a reforma do Ensino Médio, ao priorizar interesses mercadológicos e prejudicar a formação crítica e ética dos estudantes, demanda políticas educacionais que promovam uma formação integral e emancipatória, resistindo à mercantilização do ensino.

ABSTRACT

This theoretical and bibliographic essay reflects on the social role of the humanizing educator in New High School, examining how the humanizing training process, which considers students' needs, desires and choices, influences students' integral development. We advocate the transformation of the classroom into a space for active communication, where the teacher promotes ethical, political and social values. The analysis addresses hegemonic concepts, which reinforce norms of the traditional educational system, and counter-hegemonic, which seek to transform them. It is concluded that the reform of Secondary Education, by prioritizing market interests and harming the critical and ethical training of students, demands educational policies that promote integral and emancipatory training, resisting the commodification of education.

Palavras-chave: Educador humanizador; formação crítica; Novo Ensino Médio; concepções educacionais.

Keywords: *Humanizing educator; critical training; New High School; educational conceptions.*

1. INTRODUÇÃO

O presente ensaio aborda o papel social do educador na formação humanizadora dos indivíduos, com ênfase no contexto do Novo Ensino Médio. Este enfoque destaca como o educador pode influenciar positivamente o desenvolvimento humano e formativo dos alunos. Em um cenário em que a busca por informação é abundante, mas nem sempre é acompanhada de uma formação adequada, a escola assume a função crucial de formar cidadãos livres, capazes de compreender e praticar valores democráticos. Esses valores são fundamentais para estabelecer relações de reciprocidade e respeito, essenciais na luta contra a disseminação de desinformação nas redes sociais, por exemplo, prejudicial à democracia. No entanto, como efetivamente cumprir o dever de construir conhecimento junto aos educandos no contexto do Novo Ensino Médio?

O que é o Novo Ensino Médio? Grosso modo, o Novo Ensino Médio é uma reestruturação das aulas e disciplinas no nível médio da educação brasileira, estabelecida pela Lei nº 13.415/2017 (Brasil, 2017), que modificou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Com uma carga horária mínima de 1.000 horas anuais, expandindo gradualmente para 1.400 horas conforme o Plano Nacional de Educação, o Novo Ensino Médio oferece disciplinas obrigatórias como língua portuguesa, matemática, história, entre outras, e permite que os alunos escolham itinerários formativos, como linguagens e ciências da natureza.

Além disso, o Novo Ensino Médio visa alinhar as opções de formação à realidade das escolas, expandindo o ensino técnico profissionalizante e a educação em período integral. Parte do referido Ensino Médio é dedicada ao Projeto de Vida dos estudantes, abordando objetivos pessoais, sociais e profissionais. Com a proposta de mudança para o Novo Ensino Médio, as alterações na prova do Enem foram adiadas. Adicionalmente, o Ministério da Educação (MEC) prevê a expansão do ensino médio técnico profissionalizante no país com a aprovação do PL 5230/2023.

É importante notar que a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (Brasil, 2018) é um documento que estabelece

Como citar este artigo original:

BRAGA, A.N.; SILVA JR, C.A.B.; BRAGA, A.N.; ALVES, M.G.S.; ALEIXO, V.F.P.; BRAGA, L.F. Educador humanizador no novo ensino médio: entre hegemonia e resistência. Revista Diálogos Acadêmicos. Fortaleza, v. 13, n. 02, p. 35-46, abr./jun. 2024.

os conhecimentos essenciais para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, abrangendo diversas áreas do conhecimento. Enquanto a BNCC atualmente aprovada se refere apenas à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental, a Base do Ensino Médio ainda está em fase de elaboração e aprovação, refletindo um processo contínuo de definição educacional no Brasil.

Essas mudanças também levantam questões sobre o comprometimento e a responsabilidade com a formação emancipadora dos estudantes. Muitas vezes, essas transformações refletem uma falta de engajamento com questões políticas, éticas e sociais na educação. O papel do educador transcende as salas de aula; ele deve integrar suas ideias à prática cotidiana, transformando concepções em ações que promovam o avanço do processo de humanização do ser humano. Na perspectiva delineada acima, o termo humanização é compreendido como ação ética e solidária de promover a humanidade em si e nos outros, reconhecendo a importância contínua do avanço desse processo na construção e aprimoramento da natureza humana. Esse processo inclui a formação de valores como empatia e solidariedade, fundamentais para uma convivência harmoniosa, justa e ética na sociedade.

Embora não nasçamos humanos, nascemos como seres biológicos. Enquanto o animal irracional já é sua própria natureza, o ser humano precisa construir e aperfeiçoar a sua, essencial para o desenvolvimento humano. Conforme afirmado por Vaz (2014, p.137), “enquanto o animal é sua própria vida, ao homem cabe produzir a sua”. Portanto, é imperativo educar para a reflexão, sendo fundamental que o educador seja reflexivo e que incentive seus alunos a desenvolverem o gosto pela leitura, pela escrita e pela análise crítica, aspectos frequentemente desafiados pelo modelo atual do Novo Ensino Médio. A sociedade depende do trabalho formativo, pois a transformação social só é possível com uma nova concepção de educação que humanize o processo formativo, promovendo avanços no processo civilizatório.

De acordo com o exposto, Ciavatta (2014) argumenta que o Novo Ensino Médio não deveria ser reduzido a uma simples adaptação às mudanças no mundo do trabalho, como a flexibilização produtiva e o empreendedorismo. Em vez disso, é crucial entender as políticas, princípios e conceitos que orientam a prática educacional. Nesse sentido, o Novo Ensino Médio deveria focar no desenvolvimento integral do ser humano, priorizando a formação crítica e abrangente dos alunos, especialmente aqueles da classe trabalhadora, assegurando a construção e assimilação dos conhecimentos científicos acumulados ao longo da história.

Ao analisar as concepções de educação integral no contexto da implementação do Novo Ensino Médio, observa-se uma redefinição do papel do Estado em relação aos serviços sociais, incluindo a educação e a formação profissional. As políticas públicas nessa área passam a ser vistas como respostas às demandas do mercado, resultando na adoção de uma nova pedagogia – a pedagogia das competências – adaptada ao regime de acumulação flexível. Além disso, parece haver uma transformação das ofertas educacionais em serviços comercializáveis no mercado privado, afastando o Estado da utilização direta dos recursos públicos no campo educacional.

Neste contexto de reflexão, este ensaio, de cunho bibliográfico e teórico, busca analisar as concepções de educação integral no contexto da implementação do Novo Ensino Médio observando que a formação humanizadora abrange a construção de cultura, valores, atitudes e comportamentos civilizatórios pautados na empatia, solidariedade, convivência harmoniosa, justa e ética no convívio social. Mas, o que visa a educação humanizadora? Visa prioritariamente à ética e à valorização da dignidade humana, enfatizando o respeito ao percurso formativo do educador e a revisão de conceitos que fortaleçam a contemporaneidade.

De acordo com Bazzara, Casanova e Ugarte (2008, p.80), a educação humanizadora consiste em “estar disposto permanentemente, a engrandecer em todos, e em cada um de nossos alunos, a globalidade de suas potencialidades, isto é, aumentar neles o potencial de inteligência, de sensibilidade e de ternura que se esconde em sua humanidade”. Nesse sentido, através da análise crítica da literatura existente, exploraremos como o educador humanizador pode desempenhar um papel fundamental na formação dos indivíduos, capacitando-os não apenas para compreender o mundo, mas também para transformá-lo em um ambiente mais humano e justo diante do paradoxal Novo Ensino Médio, que aponta para objetivos mercantis comprometendo o desenvolvimento crítico e ético dos estudantes. Portanto, este ensaio tem como objetivo primordial analisar o papel do educador humanizador no contexto do Novo Ensino Médio, destacando como suas práticas podem contribuir para a formação integral e crítica dos alunos, resistindo às tendências mercantilizadoras que comprometem o desenvolvimento ético e a construção de uma sociedade mais justa e reflexiva.

2. METODOLOGIA

Este ensaio teórico e bibliográfico utiliza uma abordagem qualitativa para investigar o papel do educador humanizador no Novo Ensino Médio, entre hegemonia e resistência. A metodologia inclui uma revisão extensa de literatura sobre educação humanizadora, concepções hegemônicas e contra-hegemônicas, e a reforma do Ensino Médio. As fontes bibliográficas selecionadas abrangem artigos acadêmicos, livros e documentos oficiais que fornecem uma base teórica sólida para a análise crítica das políticas educacionais e suas implicações na prática pedagógica. A análise crítica dos textos permitirá identificar as contradições e os desafios presentes na implementação do Novo Ensino Médio, destacando a influência das políticas educacionais mercadológicas.

A pesquisa também se apoiará na análise documental de legislações, diretrizes e relatórios educacionais, como a Lei nº 13.415/2017 (Brasil, 2017) e a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (Brasil, 2018). A partir dessa análise, será possível compreender como as reformas educacionais impactam a formação crítica e ética dos estudantes. O ensaio explorará a aplicação prática dos conceitos teóricos no cotidiano escolar, buscando evidências de práticas pedagógicas que promovam a humanização e a resistência às tendências mercantilistas. O método de análise discursiva será empregado para examinar como os discursos hegemônicos e contra-hegemônicos moldam as políticas e práticas educacionais, contribuindo para a construção de um ensino médio integral e emancipatório.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 O papel do educador humanizador na educação crítica e transformadora

O educador humanizador tem um papel central na promoção de uma educação crítica e transformadora. Este profissional não apenas facilita o desenvolvimento de competências e habilidades dos alunos, mas também promove uma comunicação ativa e participativa na sala de aula. Ao valorizar a interação e o diálogo, o educador humanizador cria um ambiente propício para o pensamento crítico e a transformação social.

A educação crítica e transformadora é fundamental para questionar e desafiar as estruturas hegemônicas existentes. O educador humanizador, ao engajar os alunos em discussões significativas e reflexões profundas, contribui para a formação de cidadãos conscientes e atuantes na sociedade. Dessa forma, a comunicação ativa e a educação crítica são elementos essenciais que se complementam e fortalecem a prática pedagógica voltada para a emancipação dos indivíduos.

No que diz respeito às concepções hegemônicas, é necessário compreendê-las em relação às práticas educativas que se concentram, por um lado, na formação do indivíduo e no desenvolvimento de suas competências e, por outro, nas exigências do setor produtivo e da mão de obra. Além disso, essas concepções devem ser contextualizadas no âmbito das estratégias neoliberais, adotadas na fase de acumulação flexível do capitalismo, que ao se expandir, impõe aos governos, especialmente em países em desenvolvimento, a necessidade de flexibilizar não apenas suas regras de mercado, mas também suas instituições, visando à adequação e maior aceitação das normas do capital. Nesse sentido, a análise da implementação do Novo Ensino Médio deve ser considerada, uma vez que representa um reflexo direto dessas políticas neoliberais, evidenciando a tensão entre as forças hegemônicas e contra-hegemônicas no campo educacional.

A reflexão acima reitera uma perspectiva amplamente discutida por acadêmicos da educação, como observado no pensamento de Ciavatta (2014) e Pereira (2018), que sublinham a influência de entidades estrangeiras em nações em desenvolvimento, alinhadas aos interesses econômicos. Essa visão também ressalta um modelo educacional baseado na pedagogia das competências, voltado para o desenvolvimento pessoal e a promoção do individualismo em detrimento do coletivismo, resultando em uma sociedade moldada por um paradigma excludente que não favorece a transformação social por meio da educação.

Nesse contexto, em decorrência da política de abertura econômica sob o ideário neoliberal, “verificou-se um processo de redefinição do papel do Estado no tocante aos serviços sociais, dentre os quais a educação e a formação profissional, de modo que as políticas públicas nessa área passaram a ser concebidas como resposta às demandas do mercado” (Pereira, 2018, p.86). Segundo o autor, essa reconfiguração não se limita à implementação da pedagogia das competências, adaptada ao regime flexível de acumulação, mas também à transformação das ofertas educacionais em serviços comerciais disponíveis no mercado privado, gradualmente eximindo o Estado da utilização direta dos recursos do fundo público no campo educativo.

Essa transformação do papel do Estado nas políticas educacionais, refletida na implementação da reforma que introduziu o Novo Ensino Médio por meio da Lei 13.415/2017 (Brasil, 2017) através de Medida Provisória, gerou controvérsias devido à ausência de um debate abrangente e essencial, provocando insatisfação entre estudiosos, pesquisadores, alunos e profissionais da educação. Em muitos aspectos, a referida reforma reflete a visão predominante de atendimento às exigências do mercado. A estrutura curricular diversificada, alinhada com a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (Brasil, 2018), enfatiza a prioridade da aplicação do currículo escolar no indivíduo, ao mesmo tempo em que há indícios de uma possível redução deliberada na qualidade dos materiais didáticos e na diminuição da carga horária destinada à formação geral básica. Isso se manifesta na priorização das disciplinas de Português e Matemática em detrimento de disciplinas clássicas como Filosofia e Sociologia no que tange à quantidade de carga horária maior destinada às duas primeiras.

É fundamental destacar o caráter regressivo exemplificado pela reforma que introduziu o Novo Ensino Médio, característica do pensamento hegemônico. De acordo com Silva

(2016), o uso frequente de termos como ressignificação, reconstrução e reinvenção para promover a ideia de reforma busca atribuir novos significados ao existente sem realizar uma transformação substancial em sua base. A promoção da educação voltada para a paz e convivência solidária também reforça esse discurso, alinhando-se à manutenção da ordem vigente e afastando a perspectiva de conflito de classes e a possibilidade de uma mudança radical.

Complementando essa análise, Saviani (2021) esclarece que, a partir da década de 1980, houve uma desconstrução das ideias pedagógicas anteriores e a solidificação de novas concepções, caracterizadas por sua volatilidade e intercambiabilidade. Estas novas concepções, entretanto, ainda se baseiam nas ideias pedagógicas hegemônicas anteriores. “Daí que sua denominação tenda a se fazer lançando mão das categorias precedentes às quais antepõem prefixos do tipo ‘pós’ ou ‘neo’” (Saviani, 2021, p.428). Desde o início, essas concepções pedagógicas contribuem para a uniformização social e para a conformidade do indivíduo às exigências do mercado de trabalho.

De acordo com o exposto, sob a perspectiva econômico-pedagógica, a exclusão emerge como uma categoria crucial no contexto da reestruturação produtiva do capital. Conforme Saviani (2021, p.430), inicialmente, a exclusão se manifesta “na medida em que se admite, preliminarmente, que na ordem econômica não há lugar para todos”. Posteriormente, “a exclusão é pressuposta porque, incorporando crescentemente a automação no processo produtivo, a ordem econômica atual dispensa, também de forma crescente, mão de obra” (Saviani, 2021, p.430-431). Isso intensifica a competitividade entre os trabalhadores, visando à maximização da produtividade.

Então, forma-se uma “pedagogia da exclusão” (Saviani, 2021), na qual o indivíduo, através do processo educativo escolar, é levado a internalizar a competição, a produtividade e, em última análise, a exclusão como algo natural e inerente à condição humana (uma tentativa de superar a especificidade material da sociedade capitalista). Uma comparação ilustrativa pode ser feita com a obra de Markovits (2021), “A cilada da meritocracia”: neste contexto de “pedagogia da exclusão”, um dos objetivos é disfarçar essa cilada concreta da meritocracia no campo sociometabólico do capital.

Em contraste e com objetivos divergentes, as concepções contra-hegemônicas defendem uma educação onde o indivíduo não seja formado apenas para cumprir as funções de reprodução das relações capitalistas. Essas abordagens enfatizam a importância da assimilação de conhecimentos, especialmente culturais, que permitam aos trabalhadores alcançar autonomia e emancipação. As concepções contra-hegemônicas não constituem um paradigma homogêneo e coerente, mas englobam uma diversidade de propostas pedagógicas que compartilham certos pontos em comum, como a promoção de uma educação que favoreça a autonomia, a transformação social e o exercício pleno da cidadania.

Certamente, a educação escolar pode representar um fenômeno social significativo, capaz de ampliar o processo formativo do indivíduo além da compreensão cotidiana, promovendo a apropriação do conhecimento historicamente sistematizado e estabelecendo uma visão crítica de mundo, que desafia as hegemonias vigentes. Nesse sentido, há uma necessidade premente de uma concepção educacional crítica que fundamente integralmente o sistema educacional e oriente a formação dos professores de maneira estruturada e reflexiva.

A educação é, então, uma mediação entre o indivíduo e a sociedade e exerce papel fundamental no processo de autoconstrução do homem.

Conclui-se assim, que a educação é essencialmente positiva, e no sentido ontológico, educação integral possibilitaria a máxima apropriação possível de tudo aquilo produzido pelo gênero humano, garantido, assim, a reprodução do gênero e seu desenvolvimento (Silva, 2016, p.36-37).

A reflexão sobre o papel do educador humanizador no contexto do Novo Ensino Médio evidencia a necessidade urgente de uma educação que vá além da mera adaptação aos requisitos do sistema vigente. Enquanto o modelo hegemônico perpetua a conformidade às normas estabelecidas, limitando a capacidade dos indivíduos de questionar as estruturas sociais e econômicas, o papel do educador emancipador se destaca por promover uma educação que estimule a reflexão crítica e a transformação social: ao transformar a sala de aula em um espaço de comunicação ativa. Nesse sentido, o educador humanizador não apenas prepara os estudantes para compreender o mundo, mas os capacita, de certa forma, a agir como agentes de mudança, conscientes e engajados na transformação das estruturas de poder.

Diante das reflexões apresentadas, é possível inferir que um modelo educacional que não abarca a formação integral do sujeito aprendiz, limitando-se a atender às demandas do sistema vigente, adota uma postura hegemônica. Nesse contexto, a educação se alinha aos interesses da classe dominante, promovendo a conformidade dos indivíduos às contradições estruturais do sistema econômico e social. Essa abordagem não apenas perpetua, mas também dissimula os conflitos de classes que permeiam a sociedade contemporânea, impedindo uma compreensão crítica e profunda das dinâmicas sociais e econômicas. A função primordial desse tipo de educação é produzir cidadãos que se adequem às exigências do mercado e às necessidades do capital, em detrimento da formação de uma consciência autônoma e emancipatória. Assim, a educação, ao não incorporar uma visão crítica e transformadora, acaba por reforçar e perpetuar às desigualdades estruturais, relegando a segundo plano a necessidade de uma educação que possibilite aos indivíduos não apenas compreender, mas também transformar sua realidade social e econômica.

3.2 O educador humanizador no contexto do Novo Ensino Médio

A análise das concepções hegemônicas e contra-hegemônicas na educação é fundamental para compreender o papel do educador humanizador no contexto do Novo Ensino Médio. As concepções hegemônicas tendem a reforçar as normas estabelecidas pelo sistema educacional tradicional, promovendo uma educação que valoriza a conformidade e a adaptação às exigências do mercado de trabalho. Segundo Apple (2017), essas concepções contribuem para a reprodução das desigualdades sociais e para a manutenção das estruturas de poder vigentes.

Para embasar essa reflexão, as observações de Arroyo (2008) são relevantes ao salientar que os estreitos laços entre a educação e a desumanização têm sido negligenciados pela pedagogia escolar, que permanece focada na teoria do conhecimento e envolta em uma visão idealizada. Essa abordagem pedagógica muitas vezes se deixa seduzir pelos interesses do mercado e pela ilusão de preparar para um futuro redentor, ignorando as realidades vividas pela infância e adolescência, afetadas por condições adversas. Essa desconexão da pedagogia escolar com a realidade evidencia como as concepções hegemônicas perpetuam estruturas que dificultam a formação integral e humanizadora dos alunos no contexto educacional contemporâneo.

Os estreitos vínculos entre a educação, desumanização, proibição de ser, recuperação de humanidade roubada, não tem mexido com a pedagogia escolar, tão polarizada na teoria do conhecimento [...]. Tão centrada em uma visão idílica [...], tão atraída pelos apelos do mercado e pela ilusão de preparar para o futuro redentor. A infância e a adolescência real, não cabem nesse foco tão estreito. Não cabem na pedagogia escolar, [...] trazendo-nos as marcas das condições deformadoras em que reproduzem sua existência. (Arroyo, 2008, p.243).

Por outro lado, as concepções contra-hegemônicas buscam desafiar e transformar as normas estabelecidas, promovendo uma educação que valorize a autonomia, a reflexão crítica e a transformação social. Segundo Giroux (2023), a educação deve ser um instrumento de resistência, possibilitando que os indivíduos compreendam e questionem as estruturas de poder e as desigualdades sociais. Nesse sentido, o papel do educador é fundamental ao promover uma educação que supera as limitações impostas pelas exigências do sistema vigente, incentivando a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Esses princípios são especialmente relevantes ao considerarmos os desafios descritos na política do Novo Ensino Médio, estabelecida pela Lei 13.415/2017 (Brasil, 2017). Nesse contexto, o papel do educador torna-se ainda mais complexo devido às barreiras impostas pelo desenho institucional desse modelo educativo. Isso se deve tanto à redução da carga horária na formação geral básica quanto à introdução da parte diversificada, que inclui disciplinas focadas na pedagogia das competências, como o Projeto de Vida. Além disso, a possibilidade de aulas ministradas por indivíduos com apenas “notório saber” também é um ponto de atenção.

É crucial promover um diálogo que permita avaliar até que ponto houve violação do direito à educação e retrocessos na aplicação da referida política educacional. Nesse viés, a priorização e seleção de áreas nos currículos revelam intenções estratégicas do Novo Ensino Médio. No primeiro caso, ao focar apenas em aspectos específicos, as conexões essenciais entre as áreas são ignoradas, comprometendo a interdisciplinaridade. No segundo caso, a ausência de disciplinas crítico-reflexivas e integradoras como Filosofia e Sociologia favorecem a lógica do capital e a dinâmica do mercado, tornando os indivíduos mais facilmente manipuláveis e submissos.

Apesar das barreiras descritas, o educador atua como um catalisador do processo educacional, criando um ambiente que valoriza a participação ativa dos alunos e a construção coletiva do conhecimento, conforme Arroyo (2008) discute em relação à democracia na educação. Ele também estimula a reflexão crítica e promove a autonomia dos estudantes, capacitando-os a serem agentes ativos na construção do saber. Essas práticas são fundamentais para formar cidadãos conscientes e engajados, capazes de transformar a sociedade de maneira crítica.

Quais são as possibilidades de humanização dos tempos, dos espaços, das normas, dos rituais, das relações sociais [...]? Todo esse cotidiano quebra identidades, quebra processos de aprender a ser gente, desconfigura auto-imagens...? [...]grandes questões de nosso ofício. De nossa humana docência (Arroyo, 2008, p.59).

A escola deveria ser um espaço de potencialidade e igualdade hipotética, em contraste com uma visão de escola como um local de operatividade e funcionalidade imposto por forças externas. Nesse sentido, o Novo Ensino Médio desvia a escola desse propósito de suspensão e experimentação do possível, recrutando-a para atender aos interesses do

mercado, aos objetivos pessoais e familiares, aos sistemas de avaliação internacionais, à propaganda ideológica política e aos desejos de uma elite que controla os meios de produção e necessita de mão de obra barata e facilmente substituível. Atualmente, embora a escola às vezes assuma funções que originalmente não eram suas, o novo desenho institucional de educação enfatiza ainda mais seu papel funcional. Tudo isso é estrategicamente planejado para melhorar a imagem do Brasil no exterior e criar falsas ilusões tanto internas quanto externas.

No sentido contrário, o processo formativo humanizador é crucial para o desenvolvimento integral dos alunos, levando em conta suas necessidades individuais, aspirações e escolhas. Conforme Freire (2013) argumenta, a educação deve ser um ato de liberdade, permitindo que os estudantes se tornem protagonistas ativos na construção de seu próprio aprendizado. Nesse contexto, o fazer educativo desempenha um papel essencial ao criar um ambiente de aprendizagem que valoriza a participação ativa dos alunos, incentivando a reflexão crítica e a autonomia.

O que nos parece indiscutível é que, se pretendemos a libertação dos homens, não podemos começar por aliená-los ou mantê-los alienados. A libertação autêntica, que é a humanização em processo, não é uma coisa que se deposita nos homens, não é uma palavra a mais, oca, mitificante. É práxis, que implica a ação e a reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo. (Freire, 2013, p.93).

Com base no exposto, o processo formativo está sensível às particularidades individuais de cada aluno, reconhecendo a educação como um processo dinâmico e contínuo que se adapta às mudanças sociais e culturais. “Humanizar-se pela educação implica também ter esperança, acreditar que é possível construir uma escola – e uma sociedade – menos desumana, tanto para os(as) educandos(as) quanto para os(as) educadores(as)” (Henz, 2007, p.154). Essa abordagem facilita o desenvolvimento de habilidades e competências essenciais para a vida em sociedade, como o pensamento crítico, a resolução de problemas e a empatia. Além disso, o processo educacional humanizador contribui para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, onde todos os indivíduos têm a oportunidade de realizar seu potencial máximo.

A educação deve permitir uma leitura crítica do mundo. O mundo que nos rodeia é um mundo inacabado e isso implica a denúncia da realidade opressiva, da realidade injusta, inacabada, e, conseqüentemente, a crítica transformadora, portanto, o anúncio de outra realidade. O anúncio é a necessidade de criar uma nova realidade. Essa nova realidade é a utopia do educador. (Gadotti, 1996, p.81).

Como? No contexto do Novo Ensino Médio, há uma questão central preocupante: o abandono explícito, institucionalizado e legalmente legitimado de toda uma geração. Esse cenário se disfarça sob a noção de “protagonismo juvenil”, permitindo que os estudantes escolham livremente seus caminhos educacionais com base em seus projetos de vida. Essa dinâmica, descrita por Gerd Biesta (2013), assemelha-se a uma transação econômica. O autor reflete sobre a mercantilização da educação, descrevendo-a como uma transação econômica em que:

(I) o aprendiz é o (potencial) consumidor, aquele que tem certas ‘necessidades’, em que (II) o professor, o educador ou a instituição educacional são vistos como o provedor, isto é, aquele que existe para satisfazer as

necessidades do aprendente, e em que (III) a própria educação se torna uma mercadoria - uma 'coisa' - a ser fornecida ou entregue pelo professor ou pela instituição educacional, e a ser consumida pelo aprendente (Biesta, 2013, p.38).

De acordo com Biesta (2013), na mercantilização da educação, o estudante é visto primeiramente como um consumidor que busca atender suas necessidades educacionais específicas, em vez de ser considerado um participante ativo no processo de aprendizagem. Em segundo lugar, o papel do professor, educador ou instituição educacional é transformado em fornecedor, responsável por oferecer produtos educacionais, como conteúdos e cursos, para satisfazer as demandas dos estudantes. Isso altera a dinâmica do processo de construção de conhecimento, onde o professor geralmente assume o papel de guia e mentor. Por fim, a educação é tratada como uma mercadoria, algo que pode ser comprado e vendido. Nessa perspectiva, o processo educacional é reduzido a uma simples transação econômica, cujo objetivo principal é atender às necessidades de mercado dos consumidores (os estudantes), em detrimento de promover um desenvolvimento educacional integral e crítico.

Por muito tempo, houve o debate sobre de quem é a responsabilidade primária pela educação das novas gerações: a escola ou a família? Este diálogo arrolava educadores, especialistas e pais, explorando conceitos como educação, formação, responsabilidade e papéis. No entanto, com o Novo Ensino Médio, o Estado não apenas intervém, mas também transfere essa crucial responsabilidade para os alunos. Isso acontece ao tratar a dinâmica educacional e a relação pedagógica como meras “transações econômicas”, em que os educandos são vistos apenas como “consumidores”.

Com base na revisão da literatura para a elaboração deste ensaio, observa-se que o Novo Ensino Médio no Brasil tende a simplificar o processo educacional, transformando-o em uma mera transação comercial, o que resulta na negligência de aspectos cruciais como a formação crítica, o desenvolvimento ético e a construção de uma sociedade mais justa e reflexiva. Para que o processo educativo humanizador atinja sua máxima eficácia, é fundamental que a sala de aula se configure como um espaço de comunicação ativa, onde o diálogo e a interação entre alunos e professores sejam priorizados. “Pensar em educação humanizadora consiste em criar condições de liberdade aos sujeitos, evidenciando a sua importância enquanto sujeito social, com autonomia e responsabilidade sobre seus atos” (Silveira; Scheffer, 2021, p.11). Essa abordagem cria um ambiente propício para a troca de ideias e a construção colaborativa do conhecimento, capacitando os alunos a se tornarem protagonistas ativos em seu próprio processo de aprendizagem.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos aspectos explorados, o Novo Ensino Médio no Brasil revela uma inclinação preocupante em direção à instrumentalização educacional, em que o foco utilitário tende a eclipsar a dimensão ética e política essencial da educação. Ao transformar a escola em um espaço que prioriza interesses mercadológicos em detrimento da formação crítica e reflexiva dos estudantes, corre-se o risco de comprometer não apenas o desenvolvimento individual, mas também o futuro de uma sociedade mais justa e reflexiva.

A interação na sala de aula emerge como um contraponto necessário a essa tendência, oferecendo um ambiente propício para a construção colaborativa do conhecimento e

para o desenvolvimento de habilidades críticas entre alunos e professores. Esta dinâmica não só fortalece os laços de confiança e respeito mútuo, fundamentais para um aprendizado saudável, mas também capacita os estudantes a se tornarem agentes ativos na transformação social.

Portanto, é fundamental que as políticas educacionais reconheçam e promovam o papel essencial da educação na formação integral e emancipatória dos indivíduos, contribuindo para a construção de um futuro mais inclusivo e democrático. Esta reflexão reforça a importância de resistir à simplificação do processo educacional como mera transação comercial, reafirmando o compromisso com uma educação que não apenas prepare para o mercado de trabalho, mas também para a participação crítica e consciente na vida cidadã e na construção de um mundo verdadeiramente humanizado.

Além disso, o esforço epistemológico de reflexão sobre o tema abordado não se encerra aqui. A implementação do Novo Ensino Médio já está em curso, e é fundamental continuar refletindo sobre seus impactos e desdobramentos. A busca por uma educação integral e emancipatória no Ensino Médio brasileiro exige uma análise contínua e crítica das políticas educacionais, considerando não apenas os objetivos declarados, mas também os resultados observados na prática. É imperativo que o debate sobre a educação permaneça ativo, envolvendo educadores, estudantes, pesquisadores e a sociedade em geral, para assegurar que as reformas educativas realmente promovam uma formação humanizadora e cidadã.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. **A Educação pode mudar a sociedade?** Petrópolis: Vozes, 2017.

ARROYO, Miguel. A humana docência. In: ARROYO, Miguel. **Ofício de Mestre: Imagens e auto-imagens**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 52.

BAZARRA, Lourdes; CASANOVA, Olga; UGARTE, Jerônimo Garcia. **Ser professor e dirigir professores em tempos de mudança**. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2008. 270 p.

BIESTA, Gert. **Para além da aprendizagem: educação democrática para um futuro humano**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF 17 fev. 2017, p. 1. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 07 de outubro de 2020.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018.

CIAVATTA, Maria. O ensino integrado, a politecnicidade e a educação omnilateral. Por que lutamos? **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 187-205, jan./abr., 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303>. Acesso em: 07 de outubro de 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 54. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GADOTTI, Moacir. A voz do biógrafo brasileiro: a prática à altura do sonho. In: GADOTTI, Moacir (org.). **Paulo Freire: uma biobibliografia**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 1996. p. 69-115.

GIROUX, Henry Armand. **Educação, cultura e lutas pela democracia: escritos contemporâneos sobre o maquinário neoliberal**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2023.

HENZ, Celso Ilgo. Na escola também se aprende a ser gente. In: HENZ, Celso Ilgo; ROSSATO, Ricardo. (org.). **Educação Humanizadora na Sociedade Globalizada**. Santa Maria: Biblos, 2007. p. 149-168.

MARKOVITS, Daniel. **A cilada da meritocracia: como um mito fundamental da sociedade alimenta a desigualdade, destrói a classe média e consome a elite**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.

PEREIRA, Josué Vidal. **O financiamento da Rede Federal de Educação Profissional, científica e tecnológica**. 2018. 276 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/items/bddb6d6-df1b-4592-97d5-71c5a43b93cd>. Acesso em: 07 de outubro de 2020.

SAVIANI, Dermeval. **História Das Ideias Pedagógicas No Brasil**. 6. ed. Campinas: Autores Associados, 2021.

SILVEIRA, Dieison Prestes da; SCHEFFER, Denise da Costa Dias. A educação humanizadora como caminho formativo na atualidade. **Revista Ilustração**, Cruz Alta, v. 2, n. 1, p. 7-13, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://journal.editorailustracao.com.br/index.php/ilustracao/article/view/52>. Acesso em: 15 de outubro de 2021.

SILVA, Karen Cristina Jensen Ruppel da. **Concepções que orientam atual agenda de educação integral no Brasil: uma análise de cadernos do “Programa Mais Educação”**. 2016. 178 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2016. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/1203>. Acesso em: 07 de outubro de 2020.

VAZ, Henrique C. de Lima. **Antropologia Filosófica**. São Paulo: Loyola, 2014.

USO DE PLANTAS MEDICINAIS NA GESTAÇÃO POR MULHERES ATENDIDAS EM UM HOSPITAL FILANTRÓPICO DE CASCAVEL/CE

THE USE OF MEDICINAL PLANTS DURING PREGNANCY BY WOMEN ASSISTED AT A PHILANTHROPIC HOSPITAL IN CASCAVEL/CE.

Elizabeth de Oliveira Maia¹, Maria Aparecida de Sousa Rafael¹, Sílvia Helena de Souza Silva¹, Aline Holanda da Silva²

¹ Discentes do Centro Universitário Fаметro (UNIFAMETRO).

² Doutora em Ciências Farmacêuticas. Docente do Centro Universitário Fаметro (UNIFAMETRO).

RESUMO

Plantas medicinais e fitoterápicos são um dos principais recursos terapêuticos da medicina popular, sendo necessário cuidados no uso durante a gestação. O estudo teve por objetivo avaliar o uso de espécies medicinais por gestantes atendidas em um hospital filantrópico em Cascavel/Ce. Foi realizado um estudo descritivo, quantitativo e transversal. A entrevista ocorreu no leito de internação e em sala de espera entre outubro e novembro de 2020. Constatou-se perfil entre as participantes de mulheres jovens, trabalhadoras, casadas, alfabetizadas e que faziam uso de um ou mais tipos de plantas medicinais por indicação de familiares e profissionais de saúde. As espécies mais utilizadas foram erva doce, capim santo e cidreira. Observou-se que houve citação de efeitos adversos quando do uso, verificando-se a necessidade de informação por profissionais habilitados. Assim, o uso por gestantes é prática habitual e que precisa de atenção especial durante essa fase da vida da mulher.

Palavras-chave: Plantas medicinais. Risco. Gestação.

ABSTRACT

Medicinal plants and herbal medicines are one of the main therapeutic resources of popular medicine, requiring care when used during pregnancy. The study aimed to evaluate the use of medicinal species by pregnant women treated at a philanthropic hospital in Cascavel/Ce. A descriptive, quantitative and cross-sectional study was carried out. The interview took place in the hospital bed and in the waiting room between October and November 2020. A profile was found among the participants of young, working, married, literate women who used one or more types of medicinal plants as indicated by family members and health professionals. The most used species were fennel, lemongrass and lemongrass. It was observed that there were mentions of adverse effects when used, verifying the need for information from qualified professionals. Therefore, use by pregnant women is a common practice and requires special attention during this phase of a woman's life.

Keywords: Medicinal plants. Risk. Gestation.

1. INTRODUÇÃO

A história mostra que para manter a integridade física, aliviar a dor e curar as doenças do corpo, o homem sempre recorreu ao auxílio de produtos de origem natural. Desde as primeiras civilizações, as plantas são bastante utilizadas pelos homens. Documentos escritos no século II e III antes de Cristo demonstram o uso destas plantas no tratamento de diversas enfermidades (Almeida *et al.*, 2014).

No Brasil, mesmo sabendo que os índios já tinham conhecimentos sobre a flora nacional para fins terapêuticos, os registros da utilização de plantas medicinais apenas foram feitos a partir da época do seu descobrimento (Reis *et al.*, 2004).

As plantas medicinais têm a capacidade de tratar e curar doenças. Elas são utilizadas por várias comunidades como remédio, sendo necessário ter alguns conhecimentos sobre as mesmas, assim como a forma correta de plantar, colher e prepará-las. Já os fitoterápicos são medicamentos produzidos a partir de vegetais ou plantas medicinais com alguma ação terapêutica, podendo ser industrializados. Os produtos naturais são extremamente importantes para a manutenção da saúde da população, visto que fazem parte da cultura das pessoas, sendo seus costumes repassados por várias gerações (Gondim; Monken, 2018).

No nordeste brasileiro 90% da população carente utilizam as plantas medicinais, sendo bastante comum a venda destas por raizeiros, inclusive o uso por mulheres grávidas e, por isso, é necessário que se tenha muito cuidado, já que quando utilizadas, principalmente no primeiro trimestre da gestação, podem apresentar alguma toxicidade e teratogenicidade, além de efeito abortivo (Gorril *et al.*, 2016; Mosca; Loiola, 2009).

Em qualquer intervenção feita durante a gestação, devem ser considerados os riscos e benefícios para a mãe e para o feto. Assim, a ideia criada de que produtos naturais não fazem mal à saúde deve ser desmistificada, principalmente quando o uso dessas plantas é feito por mulheres grávidas, uma vez que espécies de plantas medicinais podem apresentar contraindicações, interação medicamentosa e reações adversas (Carvalho *et al.*, 2020; Cardoso; Amaral, 2019).

Nesse contexto, o presente trabalho buscou avaliar o uso e o conhecimento das gestantes sobre plantas medicinais durante a gestação em pacientes internadas em um hospital filantrópico no município de Cascavel/Ce.

Como citar este artigo original:

MAIA, E.O.; RAFAEL, M.A.S.; SILVA, S.H.S.; SILVA, A.H. Uso de plantas medicinais na gestação por mulheres atendidas em um hospital filantrópico de Cascavel/CE. Revista Diálogos Acadêmicos. Fortaleza, v. 13, n. 02, p. 47-58, abr./jun. 2024.

2. METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de natureza descritiva, quantitativa e transversal, desenvolvido em um hospital filantrópico que executa serviços em várias especialidades, entre elas o acompanhamento pré-natal e parto das gestantes no município de Cascavel/Ce, situado na região metropolitana de Fortaleza, estado do Ceará, sendo realizado no período de outubro a novembro de 2020, seguindo e seguindo as normas da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP com aprovação sob o número de parecer 4.313.702. A amostra foi constituída por gestantes e puérperas admitidas para consulta ou realização de parto (normal ou cesariano), sendo estas maiores de 18 anos de idade, independentemente de sua raça, religião, estudo ou classe social. Não houve exclusão de gestantes nesta pesquisa, ou seja, todas as participantes abordadas fizeram foram incluídas no estudo.

As entrevistadas responderam de forma oral a um questionário desenvolvido especialmente para a realização do estudo, composto por questões discursivas e objetivas, contendo perguntas sobre a utilização de plantas medicinais/fitoterápicos durante a gestação, conhecimentos sobre suas contraindicações, recomendações, além de seus efeitos adversos e colaterais. Dados pessoais como escolaridade, situação conjugal, profissão e número de filhos também foram solicitados. A entrevista ocorreu no leito de internação e em sala de espera, no turno manhã e tarde e a escolha das entrevistadas foi feita por conveniência e após aceitação das mesmas.

As informações coletadas foram organizadas utilizando-se programas da Microsoft® 2003 (Excel ou Word), as quais foram tabuladas na forma de gráficos e tabelas e descritas na forma de médias e porcentagens.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante a pesquisa, foram entrevistadas 34 mulheres entre gestantes e puérperas. Em relação às características sociodemográficas, as participantes do estudo apresentaram faixa etária entre 18 e 39 anos, sendo que 57% delas relataram ser casadas e 43%, solteiras. Destas, 91% são naturais do interior e 9% da capital. No quesito escolaridade, a grande maioria mostrou ser alfabetizada visto que 62% das entrevistadas possuíam ensino médio, 32% ensino fundamental e 6% ensino superior. Quanto à ocupação, 56% das participantes relataram estar empregadas, embora 44% não realizassem atividade remunerada (Tabela 1).

Tabela 1 – Características sociodemográficas das gestantes e puérperas atendidas em um hospital filantrópico de Cascavel/Ce.

Características sociodemográficas	Gestantes e puérperas (N=34)
Faixa etária das entrevistadas (anos)	N (%)
18 a 20	10 (30%)
21 a 29	16 (47%)
30 a 39	8 (23%)

Estado Civil	
Casada	20 (57%)
Solteira	14 (43%)
Naturalidade	
Capital	3 (9%)
Interior	31 (91%)
Escolaridade	
Fundamental Completo / Incompleto	11 (32%)
Médio Completo / Incompleto	21 (62%)
Superior	2 (6%)
Situação ocupacional	
Empregada	19 (56%)
Desempregada	15 (44%)

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Referente à utilização de plantas medicinais feito durante a gestação, 74% das entrevistadas disseram não ter utilizado esses produtos durante esse período, sendo que estas apresentaram entre 1 e 5 gestações, resultando um total de 27 gestações (Tabela 2). A partir desse número, foi verificado que a maioria (74%) tiveram os partos concluídos, embora uma parcela das gestações (26%) culminaram em aborto.

Tabela 2 – Quantitativo das gestações entre as participantes da pesquisa.

Número de gestações	Gestantes e puérperas (N=9)
1 gestação	1 (11%)
2 gestações	2 (22%)
3 gestações	3 (34%)
4 gestações	2 (22%)
5 gestações	1 (11%)

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Referente ao período da gestação em que a planta medicinal foi utilizada, o primeiro trimestre ficou 8 (40%) das respostas, seguido do terceiro trimestre 7 (35%) e o segundo

trimestre com 5 (25%), sendo que algumas mulheres afirmaram ter feito uso em mais de um trimestre de gestação.

Sobre os motivos que levaram as gestantes a fazer uso desses produtos, os sintomas relatados foram azia (6%), dor de cabeça (29%), enjoo (12%) e gripe (6%), mas principalmente a maioria relatou ter feito uso por hábito alimentar (47%).

Referente à indicação e orientações sobre o uso, preparo, dosagem e tempo de tratamento com plantas medicinais das quais as pacientes fizeram uso durante a gestação, cerca de um terço (33%) disseram ter recebido orientações por profissionais da área da saúde, mas que a grande maioria (67%) recebeu essas orientações por familiares. Entre os profissionais da saúde que fizeram as orientações e foram citados pelas participantes, destacam-se médicos, enfermeiros e agentes comunitários de saúde.

Vale salientar que gestantes não devem utilizar plantas medicinais sem a orientação de um profissional da saúde, visto que, algumas plantas ainda não estão cientificamente comprovadas quanto a sua eficácia, posologia e segurança de uso neste período. Assim como os possíveis danos que as mesmas poderiam ocasionar para a saúde da gestante e do feto. As plantas medicinais devem ser utilizadas por indicação de um profissional habilitado, pois o mesmo deve avaliar os motivos e a necessidade de tais indicações. Também é necessária uma orientação quanto à posologia, formas de preparo adequadas, contraindicações e possível interação dessas ervas com outros medicamentos que possam estar sendo utilizados por estas mulheres e que poderia ocasionar problemas gestacionais (Zampirolli *et al.*, 2017; Mendonça *et al.*, 2022).

Cinco diferentes plantas medicinais tiveram seu uso relatados pelas pacientes, muitas vezes, sendo mais de uma espécie utilizada pela mesma gestante. A citar: erva doce (36%), capim santo (29%), cidreira (14%), camomila (7%), alfavaca (7%), além de lambedores a base de mel (7%).

A erva doce (*Foeniculum vulgare* Miller), planta mais relatada, é muito utilizada para problemas de digestão visto que apresenta ação antidiarréica, antiespasmódica e potencial analgésico (Nematian; Mohammadi, 2015; BRASIL, 2018). Porém, contém anetol que pode conferir caráter abortivo já que ele está relacionado quimicamente com as catecolaminas adrenalina, noradrenalina e dopamina. A ingestão de 5 ml do seu óleo pode provocar náuseas, vômitos, convulsões, além de edema pulmonar no indivíduo que fez o uso deste (Newall *et al.*, 2002; De Smet, 2002).

O capim-santo (*Cymbopogon citratus*) apresenta o citral, um óleo essencial indutor de hipotensão arterial e reações de sensibilização em humanos. Em casos de superdosagem, o hidrolato desse vegetal pode causar hipocinética, ataxia, bradipneia, perda de postura, sedação e diarreia (Teske; Trentini, 2001), sintomas esses que foram relatados pelas entrevistadas como reações adversas.

A terceira espécie mais utilizada foi a cidreira (*Lippia alba*) que possui um leve efeito sedativo ansiolítico, antidiarréico e antiespasmódico (BRASIL, 2018). Em um ensaio clínico feito em camundongos utilizando-se folhas e raízes da erva cidreira, foi possível observar sintomas depressivos, contorções abdominais, diarreia e aumento da frequência respiratória nos animais devido à toxicidade dessa espécie (Sena Filho *et al.*, 2009).

As espécies camomila (*Matricaria recutita* L. e *Chamaemelum nobile* (L.)) possuem atividades farmacológicas de anti-inflamatórias e antiespasmódicas, sendo comum os relatos de reações alérgicas. Também é reconhecida popularmente como desreguladora do ciclo menstrual devido a ela ter efeito uterotônicos e seu uso excessivo no período de gestação deve ser contraindicado (Newall *et al.*, 2002).

Segundo Sena Filho *et al.* (2009), o uso da alfavaca (*Ocimum gratissimum*) é contraindicada durante a lactação, pois contém a presença de estragol em sua composição, o qual possui efeitos genotóxicos, carcinogênicos e mutagênicos. Quando Rasekh *et al.* (2012), realizou ensaio pré-clínico com ratos, constatou que o extrato hidroalcolólico de *Ocimum basilicum* induziu uma redução de hematócrito, plaquetas e eritrócitos, sendo necessário mais estudos que assegure seu uso durante a gestação visto que o mesmo pode induzir hemorragias.

Devido ao potencial abortivo, é contra indicado durante a gestação o uso de capim santo (Alonso; Leite, 1998), erva doce (Bisset, 1994) e camomila (Rodriguez, 1996).

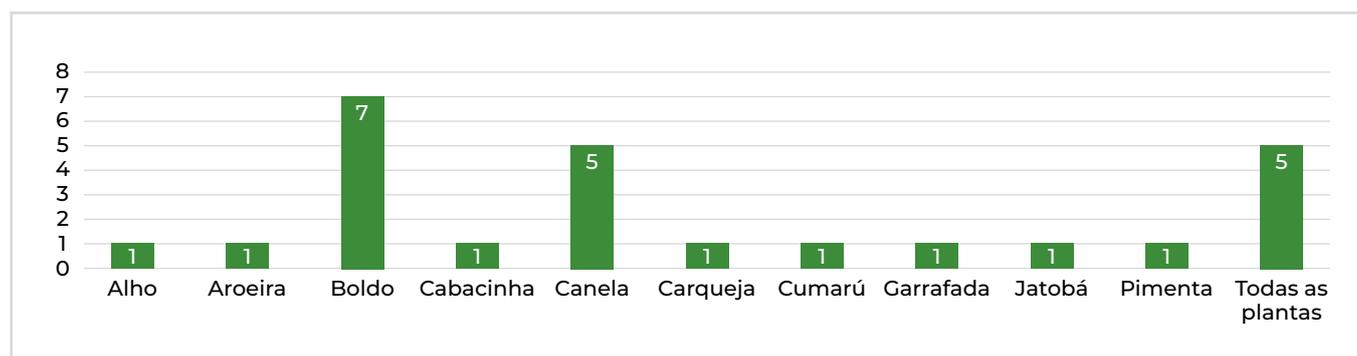
Apesar de não se ter encontrado estudos evidenciando efeitos maléficos do uso do mel na gestação, seria importante ressaltar a necessidade de investigar a existência de outras substâncias neste produto que fossem contraindicadas o uso.

Em se tratando dos resultados obtidos com a utilização das plantas medicinais, 67% relataram ter sentido melhora com o uso, sendo que 22% disseram que pioraram e 11% não apresentaram nenhum efeito depois da utilização dos mesmos. Mesmo que a maior parte das participantes tenham relatado melhoras após o uso, é importante observar que a piora dos sintomas ou a não obtenção de respostas positivas reforça a necessidade de um acompanhamento por profissionais de saúde devido aos riscos que as gestantes sofrem com a automedicação.

Sobre a apresentação de reações adversas após o uso dessas plantas medicinais, observou-se que os sintomas citados pelas pacientes, de forma isolada ou associada, foram náuseas (37%), hipotensão (25%), cólica (25%) e diarreia (13%).

Para analisar o conhecimento das gestantes que utilizaram plantas medicinais sobre os riscos envolvendo a automedicação com produtos naturais, foi perguntado se elas conheciam alguma espécie que seja contraindicado o uso durante a gestação ou na amamentação. Assim, 56% participantes responderam que não tinham conhecimento. A mesma pergunta foi feita para as gestantes e puérperas que não fizeram o uso, e, destas, 32% responderam que não tinham conhecimento. Foi, então, solicitado que as 34 participantes citassem espécies de plantas das quais elas tinham o conhecimento de sua contraindicação na gravidez ou amamentação, sendo elencadas por este grupo as seguintes espécies vegetais: Boldo 7 (28%), a Canela 5 (20%), Cabacinha 1 (4%), Aroeira 1 (4%), Jatobá 1 (4%), Cumaru 1 (4%), Carqueja 1 (4%), Pimenta 1 (4%), Garrafada 1 (4%), Alho 1 (4%), além de obter a resposta de que todas as plantas existentes seriam contra indicadas o uso 5 (20%) (Figura 1).

Figura 1 – Plantas medicinais conhecidos pelas participantes (n=34) como sendo contra indicadas para uso durante a gestação.



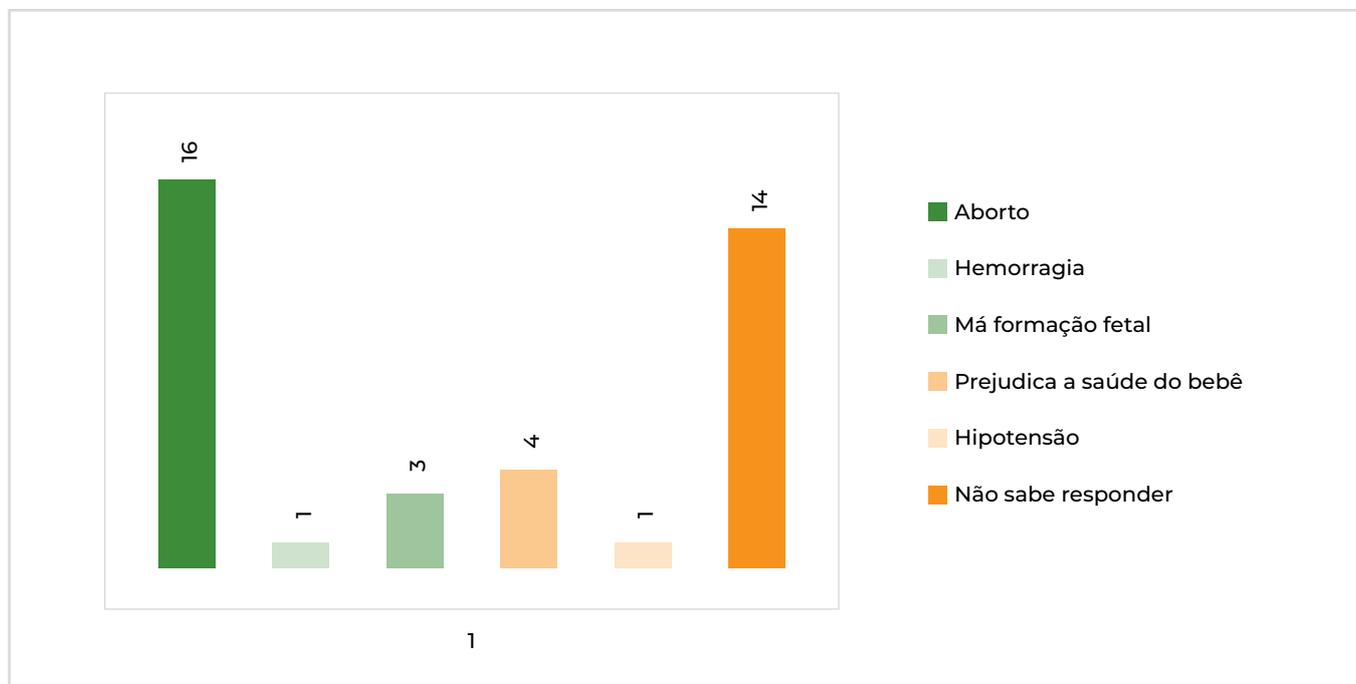
Fonte: Dados da pesquisa (2020).

A espécie mais citada pelas participantes foi o boldo (*Peumus boldus*) que atua auxiliando na digestão e em distúrbios digestivos leves, contudo, apresenta efeitos neurotóxicos devido à presença de alcaloides, sendo contraindicada na lactação (BRASIL, 2018) e gestação (Almeida, 2000). A segunda espécie mais citada foi a canela (*Cinnamomum zeylanicum*) que apresenta efeito antioxidante, anti-hipertensivo e antidislipidêmico, sendo contraindicada para o consumo de gestantes e puérperas devido ao efeito emenagogo (Ranjbar *et al.*, 2006; BRASIL, 2018). A aroeira (*Schinus terebinthifolius* Rad-di) possui ação abortiva, principalmente quando consumida sob a forma de chá (Faria *et al.*, 2004). A cabacinha ou buchinha (*Luffa operculata* (L.) Cogn.) está classificada entre as dez plantas mais utilizadas para fins abortivos no Brasil (Mengue *et al.*, 1997). Já a carqueja (*Baccharis* sp), além de ser contraindicada para gestantes por ser abortiva devido sua ação relaxante sobre o útero, também é contraindicada para lactantes e puérperas, uma vez que em doses excessivas ela pode causar hipotensão (Araújo; Macedo, 2011; Alonso, 2007; Ballve, 1995). O alho (*Allium sativum*) é contraindicado durante a amamentação, pois pode provocar cólicas no lactente (Brinker, 1998), no entanto, não foram encontrados relatos de seu uso na gestação. A pimenta (*Capsicum annum*) por possuir a capsaicina, um componente ativo das pimentas, que é contraindicado o uso tanto na gravidez como na lactação (Veiga; Marcucci, 2018). Em relação as garrafas, de acordo com Agra *et al.* (2007), elas são uma mistura de diferentes tipos de plantas, constituída principalmente pelas raízes e as cascas de tronco, que são maceradas e embebidas em vinho ou cachaça. O que as torna ainda mais perigosas para o uso em gestantes e lactantes, pois além de ser uma mistura de espécies, ainda contém a presença do álcool.

Observando a resposta a qual diz que, todas as plantas fazem mal quando utilizadas durante a gestação, chegamos à conclusão de que não é verídica, visto que algumas espécies são utilizadas para melhorar sintomas da gravidez, como o gengibre (*Zingiber officinale* Rosc.) por exemplo, o qual é aprovado para o uso em gestantes na prevenção de enjôos na dose de 2g/dia (Who, 1999). Outro exemplo, é o caso das equináceas (*Echinacea purpurea* (L.) Moench, *Echinacea palida* (Nutt.) Nutt. e *Echinacea angustifolia*) que são empregadas no tratamento e profilaxia de infecções do trato respiratório superior, como a gripe comum (Maass *et al.*, 2005). Porém, para uma maior segurança, é necessário o acompanhamento de um profissional de saúde, tendo em vista que podem ocorrer possíveis interações medicamentosas, além de ser necessário avaliar o risco benefício do uso dos mesmos.

Em relação ao conhecimento sobre as consequências que o uso dessas plantas contraindicadas durante a gestação, tanto para a mãe quanto para o bebê, as participantes responderam que a ingestão delas poderia causar aborto (41%), prejudicar a saúde do bebê (10%), má formação fetal (8%), hipotensão (3%). Uma parte considerável das entrevistadas (36%) não soube responder sobre os malefícios que essas plantas poderiam causar para mãe ou feto, o que demonstra a necessidade de orientação dessas mulheres sobre este assunto (Figura 2).

Figura 2 – Conhecimento das participantes (n=34) sobre as consequências que o uso inadequado de plantas medicinais pode desenvolver ao feto durante a gestação.



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Plantas contêm substâncias estranhas ao nosso organismo que podem sofrer bio-transformação e se tornar tóxicos, apresentando efeitos imediatos que os torna fácil de correlacionar com o uso das plantas/fitoterápicos, além de efeitos que surgem em longo prazo, e de forma assintomática, podendo gerar defeitos congênitos ou até mesmo a morte do feto/mãe. Por isso a necessidade do acompanhamento dessas mulheres pelos profissionais de saúde (Araújo; França; Souza, 2022).

4. CONCLUSÃO

O presente estudo mostrou que a grande maioria das mulheres entrevistadas são jovens, trabalhadoras, casadas, interioranas e alfabetizadas. A maioria das participantes que utilizaram plantas medicinais não conheciam espécies contraindicadas ao uso na gestação. Já entre as que não fizeram o uso, a maioria tinha entendimento sobre a contraindicação de uso de alguma espécie, sendo que, em parte dos casos, os usos das espécies foi recomendada por familiares, sendo estes os grandes influenciadores das gestantes. As principais espécies vegetais utilizadas foram a erva doce, capim santo, cidreira, camomila e alfavaca, além do uso de lambedores à base de mel, todas caracterizadas quanto às suas propriedades farmacológicas e efeitos tóxicos.

Dessa forma, torna-se necessário reforçar a importância de um maior conhecimento por parte dos profissionais de saúde sobre as plantas medicinais utilizadas por esta população, visto que são fundamentais para orientar mulheres em período gestacional sobre os riscos à saúde mãe/feto.

REFERÊNCIAS

AGRA, M. F. *et al.* Medicinal and poisonous diversity of the flora of “Cariri Paraibano”, Brazil. **Journal of Ethnopharmacology**, v.111, p.383-395, 2007. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0378874106006386>. Acesso em: 04 de abril de 2021.

ALMEIDA, F.C.G.; LEMONICA, I.P. The toxic effects of *Coleus barbatus* B. on the different periods of pregnancy in rats. **J. Ethnopharmacology**, v. 73, p. 53- 60, 2000. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/11025139/>. Acesso em: 04 de abril de 2021.

ALICE, C. B. *et al.* **Plantas medicinais de uso popular**. Canoas: Editora Ulbra, 1995.

ALONSO, Jorge Rubén. **Fitomedicina: Curso para profissionais da área da saúde**. São Paulo: Pharmabooks, 2007.

ALONSO, J. R. **Tratado de Fitomedicina: Bases clínicas e farmacológicas**. Buenos Aires: Isis editorial, 1998.

ALMEIDA, M. Z. *et al.* Species with medicinal and mysticalreligious uses in São Francisco do Conde, Bahia, Brazil: a contribution to the selection of species for introduction into the local Unified Health System, **Rev. Bras. Farmacogn.**, v. 24, n. 2, p. 171-84, 2014. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0102695X14000180?via%3Dihub>. Acesso em: 04 de abril de 2021.

ARAUJO, P. S.; MACEDO, A. P. Percepção de risco e conceitos sobre plantas medicinais, fitoterápicos e alopáticos entre gestantes. **Revista Baiana de Saúde Pública**, v. 35, n. 2, p. 320-333, 2011. Disponível em: <https://rbsp.sesab.ba.gov.br/index.php/rbsp/article/view/308>. Acesso em: 04 de abril de 2021.

ARAUJO, I. S.; FRANÇA, M. I.; SOUZA, T. F. M. P. **Efeitos do uso de plantas medicinais em gestantes: uma revisão. Research, Society and Development**, v. 11, n. 14, p. e101111436127, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i14.36127. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/36127>. Acesso em: 31 jul. 2024.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (Brasil). **Formulário de Fitoterápicos da Farmacopéia Brasileira**. Brasília: Anvisa, p. 160, 2018.

BISSET, N. G. (Ed.). **Herbal Drugs and Phytopharmaceuticals**. London: CRC Press, 1994.

BRINKER, F. **Herb Contraindications and Drug Interactions**. 2. ed. Oregon: Eclletic Medical Publications, 1998.

CARDOSO, B. S.; AMARAL, V. C. O uso da fitoterapia durante a gestação: um panorama global. **Ciên. Saúde Colet.**, v. 24, n. 4, p. 1439-1450, abr., 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/kCwmRVZndwzm7ykRJK845mf/?lang=pt>. Acesso em: 04 de abril de 2021.

CARVALHO, N.S. et al. Percepção de gestantes quanto ao uso de plantas medicinais e fitoterápicos: Uma revisão integrativa da literatura. **Braz. J. H. Rev.**, Curitiba, v. 3, n. 4, p. 9282-9298, jul./ago. 2020. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/13849>. Acesso em: 04 de abril de 2021.

DE SMET, P. A. G. M. Herbal remedies. **The New England Journal of Medicine**, v. 347, n.25, p. 2046-56, dez., 2002. Disponível em: https://www.nejm.org/doi/10.1056/NEJMra020398?url_ver=Z39.88-2003&rfr_id=ori:rid:crossref.org&rfr_dat=cr_pub%20%20pubmed. Acesso em: 04 de abril de 2021.

DI STASI, L. C. et al. Medicinal plants popularly used in the Brazilian Tropical Atlantic Forest. **Fitoterapia**, v.73, p.69-91, fev., 2002. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0367326X01003628?via%3Dihub>. Acesso em: 04 de abril de 2021.

FARIA, P. G.; AYRES, A.; ALVIM, N. A. T. O diálogo com gestantes sobre plantas medicinais: contribuições para os cuidados básicos de saúde. **Acta Scientiarum, Health Sciences**, v. 26, n. 2, p. 287-294, 2004. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHealthSci/article/view/1579/93>. Acesso em: 04 de abril de 2021.

GONDIM, G. M. M.; MONKEN, M. O Uso do Território na Atenção Primária à Saúde. In: MENDONÇA, M. H. M. et al. (ed.). **Atenção Primária à Saúde no Brasil: conceitos, práticas e pesquisa**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2018.

GORRIL, L. E. et al. Risco das plantas medicinais na gestação: uma revisão dos dados de acesso livre em língua portuguesa. **Arq. Cienc. Saúde UNIPAR**, Umuarama, v. 20, n. 1, p. 67-72, jan./abr., 2016. Disponível em: <https://revistas.unipar.br/index.php/saude/article/view/5515>. Acesso em: 04 de abril de 2021.

MAASS, N. et al. Efficiency of *Echinacea purpurea* on performance and immune status in pigs. **Journal of animal physiology and animal nutrition**, v. 89, n. 7-8, p. 244-252, 2005. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1439-0396.2005.00501.x>. Acesso em: 04 de abril de 2021.

MENDONÇA, R. C. F. et al. Conhecimento popular e automedicação com plantas medicinais em gestantes de um município do Nordeste brasileiro. **Revista de Saúde Pública do Paraná**, v. 5, n. 3, 2022. Disponível em: <http://revista.escoladesaude.pr.gov.br/index.php/rspp/article/view/685>. Acesso em: 08 de junho de 2023.

MENGUE, S. S. et al. Especies vegetales utilizadas por embarazadas con el objeto de provocar la menstruación (Encuesta a siete ciudades de Brasil). **Acta Farmacéutica Bonaerense**, v.16, n.2, p.251-258, 1997. Disponível em: <https://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/7146>. Acesso em: 04 de abril de 2021.

MOSCA, V. P.; LOIOLA, M. I. B. Uso popular de plantas medicinais no Rio Grande do Norte, nordeste do Brasil. **Revista Caatinga**, Mossoró, v. 22, n, 4, p. 225-234. 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufersa.edu.br/caatinga/article/download/1355/pdf/31632>. Acesso em: 04 de abril de 2021.

NEMATIAN, M. A.; MOHAMMADI, S. The evaluation of the analgesic effects and acute toxicity of methanol extract of *Pimpinella anisum*. L in male Wistar rats. **Journal of Babol University of Medical Sciences**, v. 17, n. 5, p. 59–65, maio, 2015. Disponível em: <https://jbums.org/article-1-4940-en.pdf>. Acesso em: 04 de abril de 2021.

NEWALL C. A.; ANDERSON, L. A.; PHILLIPSON, J. D. **Plantas Medicinais**: guia para profissional de saúde. São Paulo: Premier, 2002.

RANJBAR, A. *et al.* Antioxidative stress potential of *Cinnamomum zeylanicum* in humans: a comparative cross-sectional clinical study. **Therapy**. v. 3, n. 1, p. 113–117, 2006. Disponível em: <https://www.openaccessjournals.com/articles/antioxidative-stress-potential-of-cinnamomum-zeylanicum-in-humans-a-comparative-crosssectional-clinical-study.pdf>. Acesso em: 04 de abril de 2021.

RASEKH, H. R. *et al.* Safety assessment of *Ocimum basilicum* hydroalcoholic extract in wistar rats: Acute and subchronic toxicity studies. **Iranian Journal of Basic Medical Sciences**, v. 15, n. 1, p. 645-53, 2012. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC3586872/>. Acesso em: 04 de abril de 2021.

REIS, S.R.; MARIOT, A.; STEENBOCK, W. Diversidade e domesticação de plantas medicinais. In: SIMÕES, C. M. O. (Org.). **Farmacognosia**: da planta ao medicamento. 5. ed. Porto Alegre; Florianópolis: Ed. UFRGS; ed. UFSC, 2004. p.45-74.

RODRIGUEZ, F. M.; MOURELLE, J. F.; GUITIERREZ, Z. P. Actividad espasmolítica del extracto fluido de *Matricaria recutita* (manzanilla) em organos aislados. **Rev. Cubana Plant. Med.**, v.1, n. 1, p. 19-24, 1996. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/237467175_Actividad_espasmolítica_del_extracto_fluido_de_Matricaria_recutita_manzanilla_en_organos_aislados. Acesso em: 04 de abril de 2021.

RODRIGUES, H.G. *et al.* Efeito embriotóxico, teratogênico e abortivo de plantas medicinais. **Rev. Bras. Pl. Med.** 2011, v. 13, n. 3, p.359-366. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpm/a/YdJQyFz3tvsrskHgCfVSq9t/?lang=pt>. Acesso em: 04 de abril de 2021.

SENA FILHO, J. G. *et al.* Phytochemistry and acute toxicity from the roots of *Lippia alba*. **Pharmaceutical Biology**. v. 47, n. 2, p. 5-142, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpm/a/YdJQyFz3tvsrskHgCfVSq9t/?lang=pt>. Acesso em: 04 de abril de 2021.

TESKE, M.; TRENTINI, A.M. **Herbarium**: compêndio de fitoterapia. Curitiba: Herbarium Laboratório Botânico, 2001.

VEIGA, R.S; MARCUCCI, M. C. Atividades terapêuticas da pimenta vermelha (*Capsicum sp.*- Solanaceae) e pimenta do reino (*Piper nigrum* l.- Piperaceae). **Brazilian Journal of Natural Sciences**, v.1, n. 2, 2018. Disponível em: <https://bjns.com.br/index.php/bjns/article/view/20>. Acesso em: 04 de abril de 2021.

WORLDHEALTHORGANIZATIONMONOGRAPHSONSELECTEDMEDICINALPLANTS.v.1Geneva: 1999. 289p. Disponível em: <https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/42052/9241545178.pdf>. Acesso em: 04 de abril de 2021.

ZAMPIROLI, A.C.D. et al. Utilização de medicamentos e plantas medicinais por gestantes atendidas na unidade de saúde da mulher em Alegre, ES, Brasil. **Infarma**, v. 29, n. 4, 2017. Disponível em: <https://revistas.cff.org.br/infarma/article/view/2078>. Acesso em: 04 de abril de 2021.

DIREITOS E DEVERES DOS USUÁRIOS NO ÂMBITO DO SUS: ELABORAÇÃO DE CARTILHA EDUCATIVA

RIGHTS AND OBLIGATIONS OF USERS WITHIN THE BRAZILIAN'S NATIONAL HEALTH SYSTEM (SUS): ELABORATION OF AN EDUCATIONAL TOOL

Sheyla Lira Cavalcante¹, Ana Carolina de Oliveira e Silva²

¹ Enfermeira. Residente em Saúde da Família e Comunidade pela Escola de Saúde Pública do Ceará. E-mail: sheylalira@hotmail.com

² Enfermeira. Mestre em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Docente do curso de Enfermagem do Centro Universitário Fametro (UNIFAMETRO). E-mail: acos91@yahoo.com.br

RESUMO

Este estudo objetivou descrever a construção de uma cartilha educativa sobre os direitos e deveres dos usuários do SUS. Trata-se de um estudo metodológico, desenvolvido entre agosto de 2020 e fevereiro de 2021, centrado na elaboração da cartilha, processo que ocorreu em três etapas consecutivas: levantamento bibliográfico, seleção de ilustrações e diagramação e *layout*. A cartilha é constituída por 21 páginas entre elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais. Busca apresentar de forma clara e compreensível o conteúdo abordado. Sendo este, resultado de uma revisão bibliográfica que envolveu artigos científicos, uma cartilha e documentos oficiais. A seleção das ilustrações e o processo de diagramação foram realizados através da versão gratuita do programa CANVA® e respeitaram as recomendações de publicações científicas acerca da construção de tecnologias educativas. Ressalta-se, portanto, o potencial das tecnologias educativas como ferramentas para a promoção do conhecimento e consequentemente do empoderamento do indivíduo para reivindicação dos seus direitos.

Palavras-chave: Sistema Único de Saúde; direitos e deveres dos usuários; cartilha educativa.

ABSTRACT

This study aimed to describe the construction of an educational booklet about the rights and duties of SUS users. This is a methodological study, developed between August 2020 and February 2021, centered on the preparation of the booklet, a process that took place in three consecutive steps: bibliographic survey, selection of illustrations and diagramming and layout. The booklet consists of 21 pages between pre-textual, textual and post-textual elements. It seeks to present the content covered in a clear and understandable way. This is the result of a literature review that involved scientific articles, a booklet and official documents. The selection of illustrations and the diagramming process were carried out through the free version of the CANVA® program and respected the recommendations of scientific publications on the construction of educational technologies. Therefore, the potential of educational technologies as tools for the promotion of knowledge and consequently the empowerment of the individual to claim their rights is emphasized.

Keywords: Unified Health System; rights and duties of users; educational booklet.

1. INTRODUÇÃO

A organização e o poder de luta do cidadão brasileiro trouxeram conquistas de direitos sociais em diversos âmbitos, entre eles destaca-se a saúde e nesse contexto a criação de um Sistema Único de Saúde (SUS) que garantisse acesso universal a assistência à saúde. Segundo Brasil (1990) o mesmo não se trata de uma continuidade do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS) ou do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (SUDS), e sim um sistema com seus próprios preceitos formado por um conjunto de unidades, serviços e ações que compartilham um fim comum, garantir a promoção, proteção e recuperação da saúde.

Assim, estabelecido na constituição de 1988 e regulamentado pelas Leis 8.080/1990 e 8.142/90, o SUS busca cumprir com os princípios da universalidade, integralidade, equidade e participação social fazendo jus e complementando o que estabelece a Constituição no artigo 196, a qual reconhece a conexão do desenvolvimento econômico e social e das condições ambientais na determinação do processo saúde-doença (Giovanella *et al.*, 2019).

Nessa perspectiva, é importante considerar os avanços oriundos dos movimentos sociais, como: a percepção da saúde como direito e não mercadoria, a criação de um sistema único que ofereça a população assistência à saúde de forma integral e equânime, a garantia do direito à cidadania, entre outros. Embora garantidos por lei, esses direitos nem sempre são efetivados como deveriam, levando-nos a refletir acerca da importância dos movimentos sociais e da participação popular para tal (Brêtas, 2015).

A participação da sociedade civil nos processos decisórios está entre essas conquistas, que por vezes tem sido subutilizada e entre os fatores que contribuem para essa realidade encontra-se o conhecimento escasso e a desinformação (Garbeline, 2017).

Segundo Lanzoni *et al.* (2009, p. 152) “Estar cômico dos direitos e deveres possibilita ao usuário da saúde contribuir com o sistema de saúde, exercer o papel de controle social e participar ativamente no desenvolvimento das políticas públicas”. De forma complementar, Leite *et al.* (2014) relatam que a falta de informação sobre os direitos do usuário é um entrave na promoção da saúde, dificultando o acesso e a qualidade no atendimento. Citam também a importância do respeito e a empatia para que sejam fortalecidos vínculos e o atendimento aconteça de maneira mais humanizada.

Como citar este artigo original:

CAVALCANTE, S.L.; SILVA, A.C.O. Direitos e deveres dos usuários no âmbito do SUS: elaboração de cartilha educativa. Revista Diálogos Acadêmicos. Fortaleza, v. 13, n. 02, p. 59-72, abr./jun. 2024.

Nesse sentido, considerando a importância do conhecimento por parte dos usuários dos serviços de saúde acerca dos seus direitos e deveres, criou-se em 2009, por meio da Portaria nº 1.820, de 13 de agosto de 2009, a Carta de Direito dos Usuários da Saúde (CDUS). Esse documento tem como objetivo aproximar as informações aos usuários servindo como importante ferramenta para o cidadão auxiliar no processo de melhoria da qualidade do serviço através da apropriação do conhecimento (BRASIL, 2011).

Para tanto, a CDUS foi dividida em seis eixos temáticos que abordam os seguintes aspectos: os direitos do usuário ao acesso aos serviços de saúde de forma ordenada e organizada, ao tratamento adequado e efetivo para a sua demanda, ao atendimento humanizado, ao respeito aos seus valores e crenças, e ao comprometimento dos gestores para o cumprimento dos direitos e deveres apresentados na carta. Além disso, discorre no sexto eixo sobre o dever do usuário de se responsabilizar para que o tratamento ocorra de forma adequada (BRASIL, 2011).

Embora já tenha completado dez anos de existência, a CDUS parece permanecer pouco conhecida e/ou compreendida pela parte mais importante do processo, o usuário. Castro et al. (2019) ressaltam que esse conhecimento deficiente encontra-se em todos os níveis de atenção à saúde e destacam a importância do enfermeiro no desenvolvimento e implementação de estratégias educativas que contemplem essa temática a fim de trazer mais clareza para o usuário e favorecer o exercício da sua cidadania de forma mais autônoma e crítica.

Assim, destaque deve ser dado à atenção básica como espaço importante de discussão dessa temática e para implementação de estratégias educativas, uma vez que se trata da porta de entrada do usuário e canal de fortalecimento do vínculo deste com a equipe e o serviço. Ademais configura-se também como um ambiente oportuno para identificação das lacunas ainda existentes no conhecimento dos usuários acerca dos seus direitos e deveres no âmbito da saúde e do SUS.

Torna-se importante nesse contexto, oportunizar para os usuários maior conhecimento dos seus direitos e deveres no SUS. Acredita-se que o nível de escolaridade e letramento; acesso a portarias e plataformas que trazem essas garantias e políticas voltadas à adequação do acesso a informações de populações que apresentam o déficit de conhecimento, possam interferir nesse processo de aquisição de informações, sendo necessário que tecnologias educativas sejam desenvolvidas de forma didática e ilustrativa, se tornando uma medida que possa promover uma melhor compreensão sobre o assunto.

Para Moreira, Nóbrega e Silva (2003) utilizar de materiais educativos para transmitir uma mensagem ou contribuir para um processo de educação tem grande eficácia, pois é através desses métodos que se fortalece a autonomia do sujeito e promove saúde. Ainda ressalta que essa maneira de disseminar o conhecimento de uma forma bem planejada reduz possíveis informações divergentes, facilitam a leitura e conseqüentemente a compreensão.

Áfio et al. (2014), apontam que o processo de crescente evolução tecnológica levanta novas possibilidades para utilizar materiais para atender as necessidades da sociedade como forma de práticas de cuidado e ensino em saúde.

Dessa forma a proposta da criação da cartilha educativa é relevante, pois fornecerá informações sobre a temática aos usuários do SUS, com potencial para despertar neles o interesse em se apropriar dos conteúdos relacionados a essas garantias e obrigações para que assim possam utilizar de maneira consciente e mais efetiva o sistema de saúde. Não obstante, poderão tornar-se seres mais ativos no seu processo de cuidado auxiliando na melhoria da qualidade do atendimento e no exercício da cidadania.

Considerando o exposto, este estudo objetivou descrever o processo de construção de uma cartilha educativa para orientar a população sobre os seus direitos e deveres no âmbito do SUS.

2. METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo de cunho metodológico cujo enfoque esteve voltado para a primeira etapa desse tipo de pesquisa, a elaboração de uma cartilha educativa para usuários com foco nos seus direitos e deveres no âmbito do SUS.

Nessa perspectiva, o processo de elaboração da cartilha foi desenvolvido em três fases consecutivas, conforme recomenda Moura (2016): 1. Levantamento de conteúdos relacionados aos direitos e deveres dos usuários no âmbito do SUS, 2. Seleção de ilustrações e 3. Diagramação e *Layout*.

1. Levantamento de conteúdos relacionados aos direitos e deveres dos usuários no âmbito do SUS para a construção da cartilha: nessa fase foi realizado um levantamento bibliográfico sobre a temática abordada, buscando aprofundamento na literatura científica por meio de uma Revisão Narrativa em base de dados: Biblioteca Eletrônica Scientific Electronic Library Online (SCIELO) e na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) selecionando da Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (MEDLINE) e Base de Dados de Enfermagem (BDENF). A pesquisa ocorreu em dezembro de 2019, a partir da combinação dos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): Atenção Primária à Saúde; Direito à Saúde; Promoção da Saúde; Saúde e Acessibilidade a Serviço de Saúde por meio do operador booleano “AND” no idioma português, além da consulta em manuais e cartilhas. Para tanto, a pergunta que norteou a revisão foi: Quais são os direitos e deveres dos usuários no âmbito do SUS?

Foram incluídos artigos gratuitos e completos, disponíveis online, na língua portuguesa e que responderam à pergunta norteadora da revisão. Foram excluídas as publicações que se repetiram nas bases de dados, editoriais e estudos de revisão.

Ao todo, dez publicações embasaram a construção da cartilha em questão, entre elas seis artigos científicos, a Constituição Federal de 1988, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde e uma cartilha sobre o assunto. Os temas abordavam: Direitos Humanos; Direito à saúde; Direito e Deveres dos usuários; Acesso à saúde e Conhecimento do usuário.

2. Seleção de ilustrações: com o intuito de tornar a cartilha mais atrativa e dinâmica para os usuários, foram selecionadas figuras de pessoas em formato de desenho e caixas de diálogo, disponibilizadas no programa CANVA®, vale salientar que as mesmas são de domínio gratuito.

3. Diagramação e Layout: esse processo se deu, em sua integralidade, em programa específico para tal finalidade (CANVA®) e contou com o auxílio de uma enfermeira com vasta experiência em produção de cartilha. A ideia era, portanto, organizar a distribuição do texto, dos balões e das figuras de forma harmoniosa com o objetivo de alcançar de forma mais efetiva o leitor e conduzi-lo a uma leitura leve, clara e atrativa.

Os dados foram analisados de forma descritiva a partir das publicações selecionadas para fundamentar a cartilha e de artigos que discorrem sobre a produção de materiais educativos.

Por não haver pesquisa direta com seres humanos para a construção da cartilha e não se tratar da validação da mesma, o presente estudo não foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa conforme regulamenta a Resolução 466 de 12/12/2012 (BRASIL, 2012). Ressalta-se que os direitos autorais das obras e programas utilizados para a construção deste estudo foram assegurados por meio da citação desses ao longo do trabalho.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este estudo resultou na elaboração da cartilha educativa intitulada “Direitos e Deveres dos usuários do SUS” que buscou apresentar de forma clara, objetiva e de fácil compreensão os direitos e deveres dos brasileiros no âmbito do SUS. Para tanto, abordou os seguintes aspectos: conceito abrangente de saúde e como estão expressas as garantias de direitos nas bases jurídicas; Explicação dos cinco direitos amplos a saúde; Como se organiza as Redes de atenção e como se dá o acesso às mesmas; O papel da participação popular nos diferentes veículos disponibilizados; como proceder diante da violação dos direitos à saúde; e os deveres enquanto usuário do SUS.

Ressalta-se que o conteúdo discutido na cartilha é resultado de um levantamento bibliográfico realizado sobre o assunto em questão, que envolveu artigos científicos e documentos oficiais. No que se refere a estruturação, a cartilha está dividida em elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais.

Elementos pré-textuais:

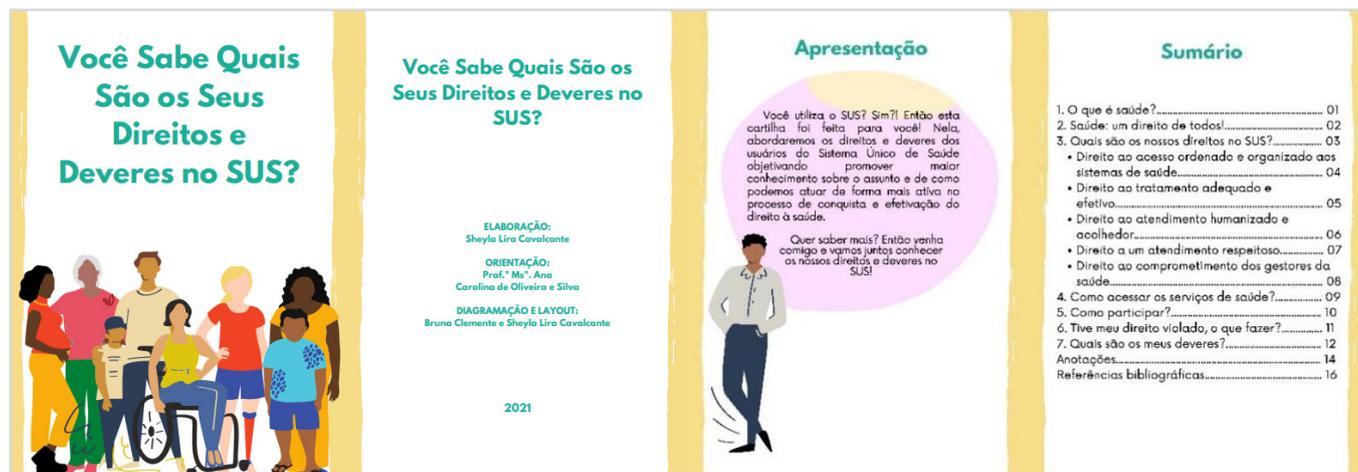
A capa, ficha técnica, apresentação e sumário constituem os elementos pré-textuais da cartilha. Por meio deles buscou-se apresentar de forma clara e objetiva o assunto que seria abordado no material, assim como os dados de identificação da obra e de sua autoria.

Assim, a capa é composta pelo título da cartilha (Direitos e Deveres dos Usuários do SUS) e por uma ilustração que busca representar os usuários do serviço. Tais figuras foram selecionadas priorizando a diversidade de características desse público com o intuito de apresentar as particularidades de cada um e o objetivo comum que ambos apresentam: a busca pela efetivação dos seus direitos. A ideia, portanto, é aproximar o leitor a partir da identificação dele com os personagens que compõem a figura, conforme recomendam Moreira, Nóbrega e Silva (2003).

Dessa forma, foram selecionadas figuras de indivíduos de cores, etnias, gêneros e idades distintas, tentando mostrar a grande diversidade da população brasileira assistida pelo SUS. Suas roupas com cores fortes como forma de atrair a atenção e despertar a curiosidade para o conteúdo que se encontra dentro da cartilha. Optou-se por não colocar traços faciais nos personagens com o intuito de minimizar o estabelecimento de padrões fixos e com o objetivo de estimular assim, a criatividade do leitor para poder imaginar-se como protagonista das falas lá existentes.

A fim de despertar a curiosidade e interesse pela cartilha foi elaborada uma página de apresentação onde um dos personagens expõe de maneira sucinta o objetivo da cartilha, o conteúdo que a compõe e convida o leitor a prosseguir na leitura.

Figura 1 – elementos pré-textuais da cartilha. Fortaleza-CE, 2021.



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2021.

Elementos textuais:

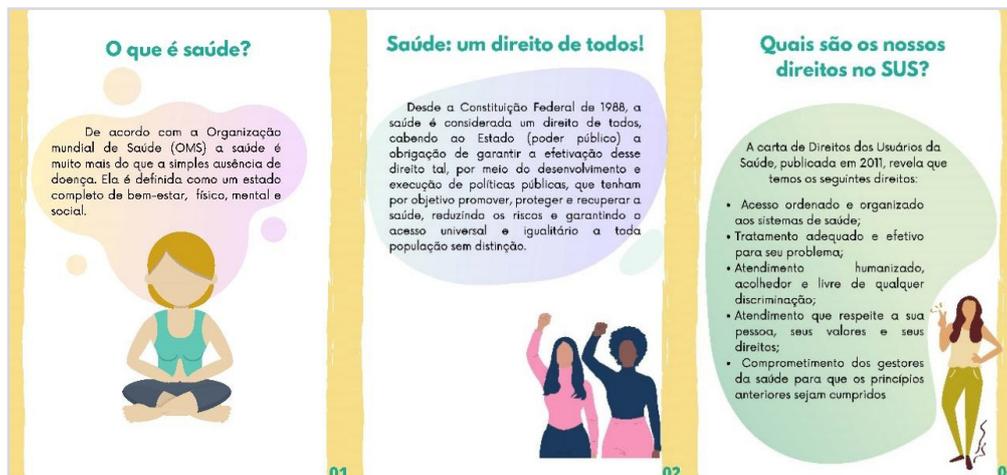
Os elementos textuais da cartilha foram alocados em sete capítulos principais: A saúde como direito; o conceito de saúde; os direitos dos usuários; acesso aos serviços de saúde; como agir diante da violação desses direitos; participação popular; e os deveres dos usuários.

Reconhecendo que para muitos a saúde ainda é associada exclusivamente a ausência de adoecimentos e que tal pensamento impacta diretamente e negativamente na reivindicação desse direito, optou-se por dar destaque no primeiro capítulo ao conceito ampliado de saúde definido pela OMS (2014, p. 1): “Saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doenças ou enfermidades”.

Considerando a importância do conhecimento para uma participação mais ativa na luta pela efetivação de direitos, buscou-se no segundo capítulo, de maneira simplificada, deixar claro para o leitor que de acordo com o maior instrumento jurídico do nosso país, a Constituição Federal, a saúde é um direito fundamental do cidadão e que o Estado deve garanti-lo por meio de políticas públicas (BRASIL, 1988).

É no capítulo 3 que a abordagem dos direitos dos usuários do SUS ocorre de forma mais específica. O conteúdo desse capítulo está dividido em cinco tópicos que se estendem por mais cinco páginas e apresentam as seguintes garantias relatadas na Carta de Direitos dos Usuários da Saúde: direito ao acesso ordenado e organizado aos sistemas de saúde; ao tratamento adequado e efetivo para seu problema; ao atendimento humanizado, acolhedor e livre de qualquer discriminação; ao atendimento que respeite a sua pessoa, seus valores e seus direitos; e ao comprometimento dos gestores da saúde para que os princípios anteriores sejam cumpridos (BRASIL, 2011).

Figura 2 – saúde e direitos dos usuários do SUS. Fortaleza-CE, 2021.



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2021.

Acerca do primeiro tópico desse capítulo, Brasil (2011) ressalta que deve ser assegurado ao cidadão acesso ordenado e organizado aos serviços de saúde para consequentemente ofertar a ele um atendimento mais efetivo, eficaz e sobretudo justo. Assim, será priorizada como porta de entrada a atenção básica, destacando que os atendimentos de urgência podem acontecer em qualquer nível de atenção; remoção segura; encaminhamento para unidade hospitalar/especializada; disponibilidade de informações sobre acesso ao serviço e garantia de acessibilidade a eles.

Figura 3 – direito aos acesso aos sistemas de saúde. Fortaleza-CE, 2021.



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2021.

Nesse sentido, o estudo desenvolvido por Castro *et al.* (2019) deixa evidente que os usuários dos serviços de saúde compreendem e reconhecem a importância da adoção de medidas e tecnologias para a organização do serviço e a definição de prioridades para o atendimento.

O segundo tópico ressalta a importância de se receber um atendimento adequado que engloba resolução da demanda de saúde através da avaliação e tratamento com o objetivo de estabelecer a recuperação. Já em relação à efetivação desse direito alguns usuários demonstraram receio e indignação, pois algumas vezes encontraram entraves na sua efetivação como mostra o estudo de Castro *et al.* (2019).

Figura 4 – direito ao tratamento adequado e efetivo. Fortaleza-CE, 2021.



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2021.

Ter um atendimento adequado e efetivo também é um direito. Ele compreende: atendimento prestativo, com os recursos adequados, o acesso a informações sobre seu estado de saúde, registro das informações em prontuário; acesso à anestesia e medicamentos/procedimentos que promovam alívio da dor; o recebimento de receitas e prescrições, atenção domiciliar/reabilitação e o encaminhamento, quando necessário, para outros serviços da rede (BRASIL, 2011).

O terceiro e o quarto tópico trazem características que se entrelaçam na efetivação do cuidado. Eles fomentam a forma como esse cuidado deve ser prestado através de práticas humanizadas, acolhedoras e respeitando a participação do usuário no seu processo de cuidar como ser ativo nos momentos decisórios da implementação dessa assistência.

Receber um atendimento respeitoso e livre de discriminação também são direitos que devem ser assegurados aos usuários do SUS e envolvem, entre outros aspectos: respeito a identidade, integridade física, privacidade, valores/cultura/crença do indivíduo, à confidencialidade das suas informações pessoais; direito a acompanhante e/ou visita, inclusive de médico externo, de acordo com legislação específica; receber informações sobre as possibilidades terapêuticas e ter respeitado seu direito de escolha ou recusa delas, de optar pelo local de morte, ter acesso ao prontuário, receber laudos e participar do processo de eleição dos seus representantes (BRASIL, 2011).

Figura 5 – direito ao atendimento humanizado e acolhedor. Fortaleza-CE, 2021.



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2021.

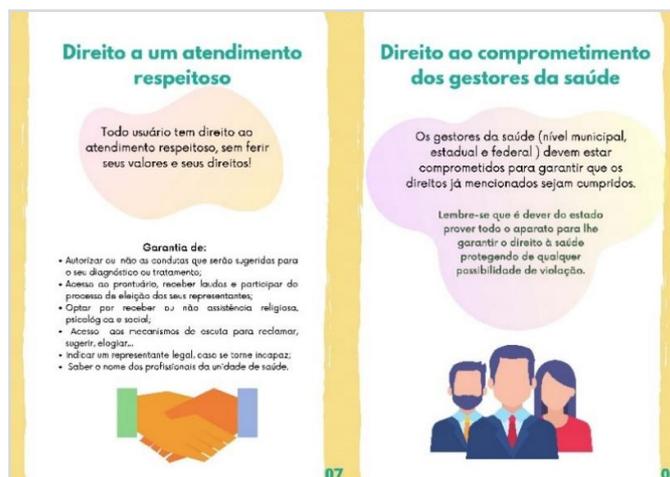
A Política de Humanização do SUS criada em 2003 veio para fortalecer essas garantias e mostrar o quanto é potente um cuidado humanizado e respeitoso. Fomenta a prática do olhar mais abrangente ao processo de saúde e doença e empodera práticas voltadas ao olhar singular perante o sujeito para o enfrentamento das ações (BRASIL, 2013).

O quinto e último tópico do capítulo 3, aponta os responsáveis pela efetivação de todos os direitos citados anteriormente, nele é enfatizado que os gestores do SUS, nas três esferas governamentais, têm papel fundamental no cumprimento dessas garantias. No documento ABC do SUS ele elenca os responsáveis em nível de gestão, citando municípios, estados e nível federal (BRASIL, 1990a).

Outro aspecto importante a ser discutido é o acesso aos serviços de saúde. A esse respeito, o capítulo 4 da cartilha apresenta em linguagem simplificada que o SUS está organizado em Redes a fim de garantir um cuidado integral aos indivíduos, e entre essas a Atenção Primária à saúde (APS) é considerada a porta de entrada prioritária do sistema de saúde.

Lopes *et al.* (2019) aponta APS como equipamento importante para o reconhecimento das necessidades da população e salienta a importância do estabelecimento do vínculo com esse equipamento como forma de promover e prevenir agravos à saúde através do reconhecimento dos fatores condicionantes e determinantes de saúde. Ressalta também que ela está em grande expansão e se desenvolve gradativamente tentando fortalecer cada dia mais as práticas de saúde.

Figura 6 – atendimento respeito e gestão comprometida. Fortaleza-CE, 2021.



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2021.

A participação popular está resguardada desde 1988, quando foi apresentada pela Constituição Federal como um direito. Isso vem com o objetivo de se cumprir o que está posto no modelo democrático que vivemos em nosso país. É através de meios e órgãos como o Conselho de saúde que podemos ter voz e levantar as demandas existentes (BRASIL, 1988; BRASIL, 1990b).

Assim, o quinto capítulo busca mostrar como essa participação está diretamente ligada a proteção contra a violação dos direitos, a partir do conhecimento que o usuário passa a deter, o mesmo pode lutar pela efetivação dos seus direitos, buscando garantir seu cumprimento de forma integral.

Figura 7 – acesso, participação e violação de direitos. Fortaleza-CE, 2021.



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2021.

No entanto, nosso país caracteriza-se por sua grande extensão territorial e com isso o nosso sistema muitas vezes ainda não consegue alcançar de forma eficaz toda a sua população como mostra Pessoa, Almeida e Carneiro (2018), com isso ele apresenta que existe muitos aspectos que fragilizam a participação popular tornando assim a garantia desses direitos como um grande desafio para determinadas populações, enfraquecendo a assistência e levando a um retrocesso no que se refere ao direito à saúde.

Além da garantia desses direitos, o usuário é chamado a ser sujeito corresponsável pela promoção e manutenção da sua saúde. Como cidadãos temos a responsabilidade de trabalhar em conjunto com os profissionais e serviços que nos assistem fornecendo informações corretas durante os atendimentos, respeitando e cuidando do ambiente dos serviços de saúde e das pessoas que circulam nele, seguindo o plano de cuidados estabelecido e assumindo a responsabilidade pelo seu descumprimento ou recusa dele, respeitando as normas que regem os serviços, informando aos serviços de saúde sobre o consumo e oferta de produtos e serviços que afetem a saúde; e atuando como protagonistas do nosso processo de cuidar, buscando a adoção de atitudes/hábitos mais saudáveis de vida (BRASIL, 2011).

Para além de uma obrigação do estado de prover a assistência, nosso sistema torna-se uma via de mão dupla, onde o cuidado é um processo que deve ser realizado pelas partes responsáveis, profissional e usuário com o intuito de garantir maior resolutividade.

Elementos pós-textuais:

Seguindo as recomendações de Moreira, Nóbrega e Silva (2003), os elementos pós-textuais foram constituídos por duas páginas reservadas para anotações de possíveis dúvidas ou informações adicionais que os usuários tenham interesse em registrar e alocação de referências utilizadas para a elaboração da cartilha facilitando o acesso às obras utilizadas oportunizando para o leitor maior aprofundamento sobre a temática.

Figura 8 – elementos pós-textuais da cartilha. Fortaleza-CE, 2021.



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2021.

Diagramação e Layout:

Esta etapa foi marcada pelo processo de seleção das cores para o fundo das páginas, fonte a ser utilizada e tamanho dela, assim como pela organização do texto e das ilustrações. Estes, foram posicionados de acordo com a proposta do conteúdo a ser abordado, buscando criar uma sequência lógica e respeitando o conteúdo encontrado na literatura, preservando ao máximo as informações e adaptando o conteúdo a uma linguagem de fácil compreensão.

Impressa em folha de papel couchê, 60kg para a capa e 40kg nas outras folhas, e nas dimensões 148 x 210mm (A5), a composição final da cartilha totalizou 21 páginas e compreendeu: capa, ficha técnica, sumário, apresentação, abordagem do conteúdo propriamente dito em sete capítulos, anotações e referências utilizadas para fundamentar a cartilha.

Considerando as recomendações de Moreira, Nóbrega e Silva (2003), as autoras procuraram não poluir visualmente a cartilha optando-se, portanto, pela utilização de um fundo branco para as páginas, com bordas laterais amarelas a fim de dar destaque para os balões contendo as informações. A fonte escolhida para os títulos foi *League Spartan*, tamanho 96 para a capa e 64 para o título dos capítulos, e de coloração verde. Já no corpo do texto utilizou-se fonte *Now*, com o tamanho variando entre 30 e 40pts na cor preta destacando-se diante das caixas de diálogo com formas geométricas variadas.

A explanação do conteúdo se deu através de questionamentos seguidos de respostas simplificadas tentando trazer o conhecimento para mais próximo de exemplos do cotidiano e das demandas encontradas diariamente nos serviços.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cartilha intitulada “Direitos e Deveres dos usuários do SUS” construída nesta pesquisa, buscou proporcionar de forma lúdica, objetiva, rápida e acessível a disseminação de informações acerca dos direitos e obrigações que os usuários do SUS possuem.

O conhecimento sobre nossos direitos é essencial para sua efetivação, uma vez que usuários empoderados podem identificar possíveis falhas, cobrar e participar do desenvolvimento e efetivação de políticas públicas e conseqüentemente, contribuir de forma ativa para o processo de construção do sistema de saúde.

Logo, é de grande importância divulgar informações sobre os direitos e deveres do usuário do sistema de saúde utilizando tecnologias educativas para essa disseminação, afim de fortalecer cada vez mais a participação popular. Com isso entendemos que tornar a tecnologia educativa nossa aliada possibilita ampliar os resultados no aspecto de promoção da saúde, e não só isso, mas empoderar o cidadão quanto a necessidade de participar ativamente no processo de construção das políticas públicas e ampliar o olhar para a valorização de um sistema que está em construção e depende constantemente do fortalecimento dos seus usuários.

O fato desta pesquisa voltar o seu enfoque exclusivamente para o processo de elaboração da tecnologia constitui uma limitação do estudo. Contudo, representa também uma oportunidade para o desenvolvimento de outra pesquisa que vise validar e avaliar a eficácia da cartilha.

REFERÊNCIAS

ÁFIO, Aline Cruz Esmeraldo *et al.* Análise do conceito de tecnologia educacional em enfermagem aplicada ao paciente. **Rev Rene**, Fortaleza, v. 15, n. 1, p. 158-165, jan./fev. 2014. Disponível: <http://www.periodicos.ufc.br/rene/article/view/3108>. Acesso em: **25 out. 2020**.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Nacional de Assistência à Saúde. **ABC DO SUS Doutrinas e Princípios**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência à Saúde, 1990a. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/bvsmis/resource/pt/mis-2625>. Acesso em: **25 out. 2020**.

BRASIL. Lei 8142 de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 31 dez. 1990b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8142.htm. Acesso em: **13 out. 2020**.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde**. 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartas_direitos_usuarios_saude_3ed.pdf. Acesso em: **13 out. 2020**.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF 13 jun. 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2012/resolucao-no-466.pdf/view>. Acesso em: **15 set. 2020**.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Atenção à Saúde. **Política Nacional de Humanização, PNH**. Brasília: Secretaria Atenção à Saúde, 2013. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_humanizacao_pnh_folheto.pdf. Acesso em: **25 out. 2020**.

BRÊTAS, A.C.P. **Participação Social no SUS**. UNASUS. Especialização em Saúde da Família. 2015. Disponível em: https://unasus.unifesp.br/biblioteca_virtual/esf/2/unidades_conteudos/unidade07/unidade07.pdf. Acesso em: **01 nov. 2020**.

CASTRO, Bruna Carolina Sousa *et al.* Direitos e deveres dos usuários do Sistema Único de Saúde: relato de experiência. **REFACS (online)**, Uberaba, v. 7, n. 1, p. 111-118, 2019. Disponível em: <https://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/refacs/article/view/3541>. Acesso em: **25 out. 2020**.

GABERLINE, C.B. Reflexão sobre Participação Social: Barreiras e Estratégias. **Geosul**, Florianópolis, v. 32, n. 64, p. 165-178, mai/ago. 2017. Disponível: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/2177-5230.2017v32n64p165>. Acesso em: **01 nov. 2020**.

GIOVANELLA, Lígia *et al.* De Alma-Ata a Astana. Atenção primária à saúde e sistemas universais de saúde: compromisso indissociável e direito humano fundamental. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 3, p. 1-6, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/9rWTS9ZvcYxqdY8ZTJMmPMH/>. Acesso em: **25 out. 2020.**

LANZONI, Gabriela Marcellino de Melo *et al.* Direitos dos Usuários da Saúde: Estratégias para Empoderar Agentes Comunitários de Saúde e Comunidade. **Rev. Rene**, Fortaleza, v. 10, n. 4, p. 145-154, out./dez. 2009. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/rene/article/view/4871>. Acesso em: **25 out. 2020.**

LEITE, Renata Antunes Figueiredo *et al.* Acesso à informação em saúde e cuidado integral: percepção de usuários de um serviço público. **Interface: Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 18, n. 51, p. 661-671, dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/8T3G-JCJ4MrfGdHYsWVHMY9B/abstract/?lang=pt>. Acesso em: **01 nov. 2020.**

LOPES, Luis Felipe Dias *et al.* O direito à saúde e sua (não) efetivação pelas políticas públicas de atenção primária à saúde: uma análise da aplicação do método PCATool. *Revista*, v. 8, n. 4, p. 469-483, out./dez. 2019. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1051073>. Acesso em: **01 nov. 2020.**

MOURA, Denizielle de Jesus Moreira. **Estudo quase-experimental de uma intervenção educativa para auxiliar na insulino-terapia em crianças**. 2016. 157 f. Tese (Doutorado em Enfermagem em Cuidados Clínicos e Saúde) – Programa de Pós-Graduação Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde, Centro de Ciências da Saúde, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2016. Disponível em: <https://www.uece.br/ppgcc/wp-content/uploads/sites/55/2019/12/denizielle.pdf>. Acesso em: **15 set. 2020.**

MOREIRA, Maria de Fátima; NÓBREGA, Maria Miriam Lima da; SILVA, Maria Iracema Tabosa da. Comunicação escrita: contribuição para a elaboração de material educativo em saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 56, n. 2, p. 184-188, mar./abr. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/cmSgrLLkvm9SKt5XYHZBD6R/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: **15 set. 2020.**

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Documentos básicos**. 48 ed. Genebra: OMS, 2014. Disponível: <https://apps.who.int/gb/bd/pdf/bd48/basic-documents-48th-edition-sp.pdf>. Acesso em: **15 set. 2020.**

PESSOA, Vanira Matos; ALMEIDA, Magda Moura; CARNEIRO, Fernando Ferreira. Como garantir o direito à saúde para as populações do campo, da floresta e das águas no Brasil? **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 1, p. 302-314, set. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/KvG6XQP4YRDnNQm7fSK54DN/#>. Acesso em: **25 out. 2020.**

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DESAFIOS A SEREM SUPERADOS PELOS GESTORES

INCLUSIVE EDUCATION: CHALLENGES TO BE OVERCOME BY MANAGERS

Carolline Delfino Sanches¹, Vanessa Moraes Abdala Guarda²

¹ Especialista em Atendimento Educacional Especializado e Gestão Escolar; Professora de Educação Especial na Prefeitura Municipal de Valinhos e Tutora on-line da Universidade São Francisco - carollinesanches16@gmail.com

² Mestre em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP). Docente da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz - vaneabdala@yahoo.com.br

RESUMO

O estudo tem por objetivo, discutir estratégias e ações que auxiliem os gestores a superarem os entraves da educação inclusiva. Para isso, foi utilizado o método qualitativo, a partir da revisão sistemática de literatura, sendo organizado por pré-análise e análise. A investigação trouxe por resultado, uma grande indagação sobre o nível de conhecimento das unidades escolares para exercerem um trabalho que compreenda a individualidade e dificuldade dos educandos, além do enfoque na qualidade dos cursos superiores em pedagogia, quando se trata das instruções e subsídios necessários para uma formação docente que contemple a diversidade. Contudo, concluiu-se que os gestores exercem, dentre as suas atribuições, funções que podem contribuir com o rompimento das barreiras contidas na educação inclusiva, podendo assim, delinear ações individuais e coletivas para melhorar as condições de acesso igualitário, tendo em vista a realidade escolar e a extinção de práticas educativas com focos hegemônicos e excludentes.

Palavras-chave: inclusão escolar; gestão escolar; formação docente.

ABSTRACT

The study aims to discuss strategies and actions that help managers overcome the obstacles of inclusive education. For this, the qualitative method was used, based on the systematic review of the literature, being organized by pre-analysis and analysis. The investigation resulted in a great inquiry about the level of knowledge of the school units to carry out a work that understands the individuality and difficulty of the students, in addition to the focus on the quality of higher education courses in pedagogy, when it comes to the instructions and subsidies necessary for a teacher training that contemplates diversity. However, it was concluded that managers exercise, among their attributions, functions that can contribute to the breaking of the barriers contained in inclusive education, thus being able to outline individual and collective actions to improve the conditions of equal access, in view of the school reality and the extinction of educational practices with hegemonic and excluding focuses.

Keywords: school inclusion; school management; teacher training.

1. INTRODUÇÃO

A inclusão escolar nas redes regulares de ensino, vai além da mera permanência de um aluno com determinada deficiência junto aos demais. Engloba, na realidade, um conjunto de ações a favor da inclusão social e das práticas pedagógicas diferenciadas que alcancem as necessidades individuais, procurando, dessa forma, a possibilidade de promover o desenvolvimento de cada educando, em aspectos cognitivos, culturais e sociais, respeitando a individualidade. A diversidade na educação é algo além do respeito e da tolerância, para atendê-la, de maneira favorável a todos, é preciso que haja a aceitação e valorização de cada indivíduo, levando em conta as contribuições que cada um pode ofertar (Skliar, 2006).

Com o decorrer da inclusão escolar no Brasil, é possível observar que os alunos foram direcionados as salas regulares, como forma de atendimento à diversidade, e os docentes tiveram que atuar com a heterogeneidade desses alunos, sem receber instruções e formação para tal (Lopes; Almeida, 2016). Nessa perspectiva, as instituições de ensino têm de estar dispostas a redimensionar o seu projeto político-pedagógico, ajustando o currículo escolar e fazendo parcerias, elaborando, assim, uma estratégia global que se atente à diversidade humana.

A inclusão nas escolas como uma proposta voltada para o desenvolvimento da Escola Para Todos, leva em conta a oportunidade de o indivíduo estar incluso em um meio educacional que seja favorável, onde haja respeito à diversidade. Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei n. 9394/96 (Brasil, 1996), a igualdade no acesso e permanência na escola é um dos princípios do ensino, sendo garantido mediante os deveres a serem cumpridos pelo Estado.

A implementação e mudanças legais voltados para a educação inclusiva no Brasil, mostra o reconhecimento da necessidade do desenvolvimento de um ensino mais inclusivo. Porém o enfoque legislativo não é suficiente para o rompimento das barreiras de diversas naturezas que envolvem a inclusão (Lopes; Almeida, 2016). Neste sentido, pode se tomar como exemplo, a parte arquitetônica das unidades escolares, que se torna uma barreira quando não há respeito as normas gerais para a promoção de acessibilidade do aluno com deficiência ou mobilidade reduzida, restringindo assim, conforme o Decreto n. 5296/2004 (Brasil, 2004), condições de acesso seguro.

Como citar este artigo original:

SANCHES, C.D.; GUARDA, V.M.A. Educação inclusiva: desafios a serem superados pelos gestores. Revista Diálogos Acadêmicos. Fortaleza, v. 13, n. 02, p. 73-85, abr./jun. 2024.

Dentre as barreiras encontradas, também incluem-se as atitudinais, estabelecidas por ações de preconceito e omissão; comunicacionais, quando a linguagem verbal e visual não abrangem as necessidades dos alunos; curriculares, que englobam a falta de ajustes no currículo educacional e por fim, as avaliativas, que não consideram as dificuldades reais dos educandos (Lopes; Almeida, 2016).

Sendo assim, o gestor precisa contribuir com a identificação dessas barreiras, acionando mecanismos que busquem eliminá-las. Para a concretização de suas ações, a parceria entre gestão e grupo docente é de suma importância, para que juntos busquem alcançar os objetivos escolares e para que os gestores possam identificar a natureza de possíveis entraves presentes na unidade escolar e buscar as soluções adequadas. De acordo com Wittmann (2000), os gestores precisam ter como alicerce, os pilares do conhecimento, comunicação e historicidade, tendo o conhecimento como objeto de seu trabalho, a comunicação como a interlocução para resoluções de aspectos pedagógicos e documentais e a historicidade como fundamentação do sentido de sua prática.

Por fim, compreende-se que assegurar um ambiente escolar propício, estabelecendo condições favoráveis para a educação inclusiva de forma produtiva e cidadã, é uma das atribuições da gestão escolar, que busca com isso, a permanência do aluno na escola. Nesta perspectiva, fez-se a escolha pelo tema abordado, que se torna necessário e relevante, já que são inúmeras as dificuldades a serem enfrentadas e superadas.

Ainda, propõe-se o presente estudo, de modo a, a partir de estudos teóricos, realizar o levantamento acerca dos desafios da educação inclusiva e propor estratégias e ações pertinentes a gestão escolar, para que assim, esta figura, de grande importância na comunidade escolar, possa ter subsídios que o auxiliem na condução do enfrentamento e rompimento das barreiras que estiverem ao seu alcance.

2. MATERIAL E MÉTODOS

A fim de desenvolver o presente estudo, optou-se pelo método qualitativo, a partir da realização de revisão sistemática de literatura. Inicialmente, foi realizada a escolha do tema educação inclusiva, especificando seus desafios na escola e a relação com as possíveis ações dos gestores. Após estabelecer o tema da pesquisa, houve a definição de três palavras-chaves, sendo elas: inclusão escolar; gestão escolar; formação docente. Tais palavras foram usadas como parâmetro de busca no período de coleta de dados, que ocorreu de julho de 2023 a maio de 2024.

Os artigos avaliados tiveram, como critério de inclusão, a disposição em base de dados aberta e com publicações no período entre 2009-2019, sendo que as palavras-chaves definidas pelo estudo e citadas no parágrafo anterior a esse, deveriam estar presentes no conteúdo dos artigos, para que se pudesse ofertar um diálogo com o objetivo do presente estudo. Como critério de exclusão, foi especificado que os materiais científicos não poderiam estar disponibilizados em formato de resumo, e sim, na íntegra.

Quanto aos critérios de qualidade, não houve padronização, já que se partiu do pressuposto de que os fenômenos sociais sofrem variação conforme sua natureza. As fontes bibliográficas foram a base de dados *Scielo* e Google Acadêmico, devido à possibilidade do detalhamento na busca e a quantidade ampla de conteúdo ofertado.

A busca por documentos, seu acesso e sua análise, foram aspectos considerados. Nesse caso, a organização, nomeada como pré-análise, foi a primeira fase, caracterizada pela leitura flutuante e, posteriormente, foi realizada a análise, momento de escolha dos materiais para elaboração de hipóteses e discussão.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A articulação de uma breve história identifica que as escolas tradicionais buscavam a homogeneidade dos alunos e dos conteúdos. Com isso, o indivíduo dito como deficiente era excluído e introduzido nas escolas especiais, onde o atendimento era voltado a conceitos terapêuticos, já que não havia preocupação com aspectos educacionais para esse grupo de alunos.

A partir de 1970, passou-se a prever que esses alunos deveriam se inserir, quando possível, na educação regular e, em caso da impossibilidade de inserção, a apropriação de serviços especiais. A educação ainda se mantinha configurada pelo aspecto assistencialista e o ensino regular ainda não se encontrava organizado para um atendimento que de fato incluísse o aluno e suas singularidades, mas de certa forma, os deficientes já passaram a ser vistos como indivíduos capazes de aprender.

Com a Lei nº 7853/89 (Brasil, 1989), que dispôs sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, passou-se a considerar que os estudantes com deficiência eram detentores dos mesmos direitos e benefícios ofertados aos demais educandos, tendo suas matrículas efetivadas no sistema regular de ensino, quando capazes de se integrar a esse modelo escolar.

A Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996 (Brasil, 1996), passou a definir a educação especial como uma modalidade caracterizada pela transversalidade em todos os níveis de ensino. Dessa maneira, a educação especial passou a ser tratada como uma complementação ao ensino regular. Sendo assim, todos os alunos, sem distinção, passaram a ser matriculados nos sistemas de ensino em classes comuns do ensino regular, de forma a atender suas necessidades educacionais e assegurar uma educação para todos.

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), foi lançado em 2007, tendo como eixos a formação de professores para a educação especial, a aquisição de salas de recursos multifuncionais, a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, dentre outros.

Posteriormente ao Plano, em 2009, foram instituídas as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, que determina um atendimento suplementar e complementar ao ensino básico, regido por professores com formação específica na educação especial, que atuam junto aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, matriculados no ensino regular e no Atendimento Educacionais Especializado (AEE).

No ano de 2015, a Lei de nº 13146 (Brasil, 2015) foi instituída como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, a qual traz uma igualdade de direitos, sem distinção. Em seu capítulo IV, a referida lei se refere, especificamente, ao direito à educação, assegurando uma educação de caráter inclusivo em todos os níveis de ensino, permitindo o desenvolvimento do educando com base em suas potencialidades, características e necessidades, sem qualquer forma de discriminação.

A lei anteriormente citada, trouxe em sua descrição, incumbências do poder público em prol do aprimoramento dos sistemas educacionais, buscando medidas que contribuam com o desenvolvimento, tanto pedagógico, quanto social do estudante com deficiência. A ampliação do número de matrículas acarretou o aperfeiçoamento de alguns aspectos institucionais, como o processo de ensino aprendizagem, as intervenções dos docentes e a regência da gestão escolar. O espaço e o tempo da escola tiveram que passar a ser organizados em função do desenvolvimento de atividades a serem realizadas dentro de perspectivas de aprendizagem cooperativa (Martins, 2012; Sanches, 2009).

Ao longo da história, pôde-se observar que algumas modificações permitiram caracterizar o ensino inclusivo, propondo uma reformulação até se alcançar o que é visto nos dias atuais, como a definição do público-alvo, que inclui alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, a inserção desse público nas redes regulares de ensino, desde a educação básica, e a formação de profissionais especializados para complementar o ensino por meio do Atendimento Educacional Especializado.

Contudo, essa breve conceituação descreve como tem sido o desenrolar da educação inclusiva. A partir do princípio de sua caracterização, será realizada a descrição dos resultados, com base na análise de 37 artigos, sendo que, 13 são relacionados a pesquisa da educação inclusiva, em busca da identificação de entraves no sistema de ensino inclusivo brasileiro, 12 voltados especificamente para a formação docente e 12 artigos que apresentam informações relevantes diante da gestão escolar.

Nas tabelas a seguir, estão identificados os artigos selecionados para análise, sendo organizados conforme os assuntos e por ordem cronológica:

Tabela 1 – Artigos: inclusão escolar

Título	Autores	Publicação
Concepções de professores acerca dos fatores que dificultam o processo da educação inclusiva	Capellini e Rodrigues	2009
Atitudes de professores em relação à educação inclusiva.	Crochík et al.	2009
Educação inclusiva nas escolas actuais: contributo para a reflexão	Morgado	2009
Compreender, agir, mudar, incluir. Da investigação-ação à educação inclusiva	Sanches	2009
Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional	Kassar	2011
Do 'aprender para fazer' ao 'aprender fazendo': as práticas de Educação inclusiva na escola	Sanches	2011
Educação inclusiva - um novo paradigma de educação	Silva	2011
O projeto da educação para todos e seus impactos nas políticas educacionais brasileira e paulista	Lopes e Almeida.	2016

Política pública, Educação Especial e escolarização no Brasil	Baptista	2019
O direito à educação de alunos com deficiência: a gestão da política de educação inclusiva em escolas municipais segundos os agentes implementadores	Camargo e Carvalho	2019
A função social da escola em discussão, sob a perspectiva da educação inclusiva	Dainez e Smolka	2019
Escola inclusiva: uma iniciativa compartilhada entre pais, alunos e equipe escolar	Mencia <i>et al.</i>	2019
Política de Educação Especial e os Desafios de uma Perspectiva Inclusiva	Neves <i>et al.</i>	2019

Fonte: Resultados originais da pesquisa

Tabela 2 – Artigos: formação docente

Título	Autores	Publicação
A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas	Pletsch	2009
Formação continuada de professores: alguns conceitos, interesses, necessidades e propostas	Prada	2010
Política de educação especial na perspectiva inclusiva e a formação docente no Brasil	Garcia	2013
Pedagogia, educação especial e educação inclusiva na UNESP: história e trajetória	Janes <i>et al.</i>	2013
Educação inclusiva: desafio, descuido e responsabilidade de cursos de licenciatura	Cruz e Glat	2014
Formação continuada: análise dos recursos e estratégias de ensino para a educação inclusiva sob a ótica docente	Duek	2014
Revisão sistemática acerca das políticas de educação inclusiva para a formação de professores	Ingles <i>et al.</i>	2014
A formação docente no contexto da inclusão: para uma nova metodologia	Mendonça e Silva	2015
A Educação Inclusiva: um estudo sobre a formação docente	Tavares <i>et al.</i>	2016

A autoeficácia dos professores para a implementação de práticas inclusivas: contributos para uma reflexão sobre a inclusão educativa	Dias	2017
A Epistemologia na Formação de Professores de Educação Especial: Ensaio sobre a Formação docente	Thesing e Costas	2017
A educação especial na formação de professores: um estudo sobre cursos de licenciatura em pedagogia	Pereira e Guimarães	2019

Fonte: Resultados originais da pesquisa

Tabela 3 – Artigos: gestão escolar

Título	Autores	Publicação
Avaliação e qualidade: dois conceitos indissociáveis na gestão escolar	Dias e Melão	2009
Escola de gestores: política de formação em gestão escolar	Gomes <i>et al.</i>	2009
Dimensões da gestão escolar e suas competências	Luck	2009
Gestão escolar e o trabalho dos educadores: da estreiteza das políticas à complexidade do trabalho humano	Alves	2010
A educação, a política e a administração: reflexões sobre a prática do diretor de escola	Paro	2010
A natureza política da gestão escolar e as disputas pelo poder	Souza	2012
Participação da comunidade educativa na gestão escolar	Veloso	2012
O papel do gestor escolar	Godinho	2013
Gestão escolar na educação básica: construções e estratégias frente aos desafios educacionais	Paschoalino	2018
Política pública, educação especial e escolarização no Brasil	Baptista	2019
A gestão escolar no contexto das recentes reformas educacionais brasileiras	Fonseca e Oliveira	2019
A pesquisa em política e gestão da educação no Brasil (1998-2015): atualizando o estado do conhecimento	Souza	2019

Fonte: Resultados originais da pesquisa

Com a análise dos documentos identificados nas tabelas anteriores, foi possível verificar a ênfase dada a educação inclusiva como sinônimo do direito de acesso à educação, com igualdade de oportunidades e respeito às diferenças. Os estudos levam em conta que as ações da escola devem se voltar às práticas inclusivas, que implicam numa nova estruturação do contexto escolar no que diz respeito à teoria, prática, currículo e ações pedagógicas.

A grande indagação das pesquisas estudadas se refere à questão das escolas e professores estarem ou não preparados e instruídos para lidarem com a individualidade e dificuldades dos alunos, conforme suas condições, e se os cursos superiores em pedagogia ofertam os subsídios necessários para a formação docente quanto a sua atuação com a diversidade encontrada nas salas de aula.

Verifica-se que há um déficit de aquisição de competências e habilidades no ensino superior que sejam significativos na atuação dos professores, assim como, não há uma formação com base no comprometimento com a inclusão escolar. Dos doze documentos analisados que continham a formação docente em seu contexto, seis deles colocaram em questão os cursos de licenciatura em pedagogia, considerando que não ofertam conteúdos e práticas para os futuros docentes, que contribuam com a realidade vivenciada no cotidiano escolar. Os estudos analisados levantaram vários aspectos relevantes, os quais serão abordados a seguir.

Uma formação teórica, que apenas conceitue as deficiências, não é válida como capacitação do docente. Para tanto, entende-se que os conhecimentos práticos, que possibilitam discussões frente a didática no ensino inclusivo por meio da composição de estratégias, devem se unir a teoria. Com isso, Fonseca-Janes, Silva Júnior e Oliveira (2013) colocam em questão o que é evidenciado em muitos cursos, ou seja, a abrangência da mera teoria descontextualizada.

Thesing e Costas (2017) consideram que o processo de formação não pode ser meramente técnico, mas sim transformador, partindo da premissa de formar professores capazes de resolver questões advindas de sua profissão, modificando suas práticas de forma criativa. Porém, em muitos casos, esse processo se torna relapso quanto a aproximação de estudos, experiências e inserção de diálogos sobre as demandas advindas do ensino básico.

Uma pesquisa publicada por Pereira e Guimarães (2019), ao analisar dez cursos de ensino superior em pedagogia, identificou que das 606 disciplinas oferecidas, apenas 25 abrangeram a educação especial. Identificou-se, também, que os currículos dessas instituições consideram as exigências normativas, como incluir a Língua Brasileira de Sinais no currículo, porém limitam o projeto pedagógico dos cursos ao deixarem de considerar os desafios vivenciados no cotidiano escolar.

O estudo de Capellini e Rodrigues (2009), observou na categoria em que envolveu os professores, a caracterização da formação inicial como sendo precária e a formação continuada como contendo um déficit no aspecto da inclusão escolar. Os professores, ao iniciarem o trabalho junto aos educandos com deficiência, sentem que faltam capacidades e habilidades para sua atuação, percebendo que não obtiveram preparo profissional, sentem-se frustrados por não poderem contribuir mais com o desenvolvimento de seus alunos (Anjos; Andrade; Pereira; 2009).

3.1 Atribuições dos gestores como contribuição para a educação inclusiva

As atribuições levadas em consideração, para a formulação do presente estudo, serão as identificadas nos artigos analisados e apresentados anteriormente. Conforme esses

artigos, grande é a importância dada para o papel dos gestores nas escolas, os quais permeiam funções educacionais e sociais que englobam o ambiente escolar e a comunidade, além da solução de inúmeras demandas e conflitos. O gestor, nesta perspectiva, deve ser um facilitador das relações pessoais, agindo de forma consciente frente aos objetivos de cidadania e participação, objetivando os direitos e deveres dos grupos escolares.

Ao se tratar do aspecto político, Godinho (2013) menciona que o gestor assume atribuições frente ao gerenciamento financeiro e de recursos humanos, avaliações de desempenho, contratações, dentre outras atividades, sendo que a tomada de decisão não pode ser vista como sua única função, já que o seu campo de atuação é amplo, incluindo por exemplo, a contribuição em questões pedagógicas e incentivo do trabalho docente.

Ao se pensar na formação e atuação dos gestores, é fundamental ter como base a premissa da igualdade de direitos e qualidade de ensino para que, assim, o ambiente escolar seja transformador e favorável ao acesso de todos. A garantia de condições de qualidade, no desenvolvimento e aprendizagem dos educandos, é função da direção escolar, sendo guiada por diretrizes inclusivas, de justiça e respeito à diversidade em busca de uma educação capaz de formar alunos com condições para enfrentar novos desafios (Lück, 2009).

O aperfeiçoamento de alguns aspectos institucionais, como o processo de ensino aprendido e as próprias intervenções dos docentes e da coordenação pedagógica, tornou-se necessário devido a ampliação do número de matrículas de alunos com deficiência. Diante dessa realidade, os gestores precisam se capacitar conceitualmente para conseguir lidar com a complexidade que abrange os aspectos humanos e sociais, além de refletirem sobre suas ações, relacionando-as a teoria, para elevar a qualidade de sua atuação (Lück, 2009).

Em busca de apoio no processo de transformação do sistema de ensino em sistemas educacionais inclusivos, no ano de 2003, o Ministério da Educação implementou o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, o qual promovia a formação dos gestores e educadores brasileiros em busca da garantia da acessibilidade de todos ao atendimento educacional de qualidade. Entre as ações do programa, estavam a realização de seminários de formação e disponibilização de referenciais teóricos.

Tendo essas informações como base, surge o questionamento sobre até que ponto os gestores podem contribuir com o desenvolvimento de uma educação escolar inclusiva, levando em conta o que é descrito como sendo de sua atribuição, frente ao cargo que exerce. Nos artigos analisados, pouco se teve de informação relevante sobre a gestão escolar e sua relação com a inclusão e respeito a diversidade. No entanto, será feito um diálogo entre o que se obteve de conteúdo voltado a função do gestor e a realidade que tange o ensino inclusivo.

Como citado anteriormente, a formação inicial dos docentes tem sido precária no que diz respeito a qualificação para lidar com o contexto real das unidades escolares. A formação tem função de desenvolvimento do ser humano e, no caso dos docentes, faz parte de um processo de aprendizagem que contribui com suas ações profissionais. O trabalho exercido na escola é permeado por situações de aquisição de conhecimento, por meio de relações que variam entre simples e complexas (Alvarado-Prada; Freitas; Freitas, 2010).

De acordo com Alvarado-Prada, Freitas e Freitas (2010), a formação continuada é um instrumento que contribui com a estruturação profissional. Dessa forma, é necessário o enfoque no desenvolvimento dos docentes como profissionais que prezem pela inclusão de todos, para que se tenha um ambiente harmonioso e cooperativo nas unidades de ensino.

Capellin e Rodrigues (2009) trazem que é fundamental o apoio e estímulo para que se melhore o dinamismo de trabalho, sendo assim, os gestores precisam favorecer esse aspecto por meio da introdução de momentos de diálogos coletivos, que sirvam como base para a análise de vivências, práticas e da própria teoria, que conforme Alvarado-Prada, Freitas e Freitas (2010), constituem-se como fatores determinantes para formação continuada.

Tendo em vista a legislação, é explícito que o ensino está permeado de leis em seu entorno, as quais devem ser seguidas com intuito de se aperfeiçoar o ensino, porém ao relacioná-las a educação inclusiva, existem controversas e retrocessos nas práticas que levam em consideração sua implementação. Logo, os gestores, além de terem o conhecimento das leis vigentes, precisam da compreensão e interpretação delas para poderem delinear o caminho a ser seguido pelas instituições de ensino. Com base nas deliberações que devem seguir, precisam identificar qual a realidade que a escola se encontra e quais são as barreiras que podem acarretar a exclusão social e educacional.

As barreiras curriculares, são citadas por Lopes e Almeida (2016), como um exemplo de barreira comum quando não se adapta o acesso e os objetivos do currículo escolar, deixando de considerar a individualidade e necessidade educativa do aluno. Os autores indicam propósitos a serem seguidos para se romper as barreiras curriculares, sendo a apropriação da avaliação diagnóstica na rotina escolar, uma forma de identificação, não só das dificuldades, mas também das potencialidades de cada aluno, possibilitando a reflexão sobre o currículo para posterior adaptação e utilização de recursos de apoio.

As avaliações seguem, muitas vezes, um modelo tradicional e excludente, que não leva em consideração o conhecimento individual do aluno, tornando-se assim, uma barreira avaliativa. Para que ela seja rompida, o enfoque deve passar a ser participativo e qualitativo (Lopes; Almeida, 2016).

As orientações ofertadas pelos autores, citados nos dois parágrafos anteriores, podem se relacionar a descrição de Paro (2010), ao elencar que os gestores, além de serem encarregados pela administração da escola, devem velar pelos cuidados com os trabalhos pedagógicos e de esforço coletivo. Por conseguinte, não devem medir esforços para tomar conhecimento sobre as ações dos docentes e, junto a eles, construir um trabalho que seja reconhecido por sua qualidade. O conhecimento do gestor frente ao andamento do trabalho pedagógico, permite a caracterização do ensino e, conseqüentemente, a identificação de obstáculos, que coletivamente podem ser superados.

As discussões coletivas, instigadas pelos gestores, tendem a tornar a escola um ambiente colaborativo. Contudo, é preciso ter um projeto pedagógico com embasamento inclusivo para que se fortaleçam as ações cooperativas e as relações sociais, determinando parcerias entre o grupo docente, alunos e a comunidade.

As barreiras arquitetônicas, que dificultam a acessibilidade, é outro entrave identificado. Na pesquisa de Menino-Mencia *et al.* (2019), são citadas por professores, submetidos a uma pesquisa qualitativa, como sendo a primeira a ser pensada nas escolas, considerando os espaços físicos das estruturas internas e externas. Além disso, citam as barreiras comunicacionais, identificadas quando a linguagem verbal e visual não abrangem as necessidades dos alunos.

Essas barreiras, por sua vez, devem ser eliminadas, cabendo aos gestores a busca por setores públicos responsáveis, com o intuito de se exigir as adequações necessárias nos espaços físicos escolares, atendendo o Decreto n. 5296/2004 (Brasil, 2004), que promove a acessibilidade de pessoas com deficiência, e requerendo o cumprimento da obrigatoriedade da presença de tradutor ou intérprete de Libras, caso necessário, para possibilitar o

acesso à educação dos alunos surdos e a alfabetização por meio da leitura em Sistema Braille para alunos com deficiência visual. Além disso, os gestores podem providenciar placas de sinalização nos ambientes escolares, que serão ofertadas como referência e aprendizado para os alunos surdos.

É importante que se tenha um ambiente acolhedor, que encoraje e forneça segurança as crianças. Sendo assim, é atribuído ao gestor, em colaboração com os docentes, a função de fornecer espaços adequados aos alunos, favorecendo sua autonomia e, consequentemente, rompendo as barreiras atitudinais, que se caracterizam como sendo estabelecidas por ações de preconceito e omissão.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista os aspectos analisados, pôde-se observar que os gestores exercem dentre as suas atribuições, funções que podem contribuir com o rompimento das barreiras contidas nas unidades escolares, que impeçam a efetivação de uma educação que seja de fato, inclusiva. Para isso, precisam avaliar a instituição a qual atuam, identificando, junto ao grupo docente e aos alunos, quais são os fatores que podem se caracterizar como um obstáculo para a inclusão de todos. A partir disso, devem delinear ações individuais e coletivas para melhorar as condições de acesso igualitário, tendo em vista a realidade escolar e a extinção de práticas educativas com focos hegemônicos e excludentes.

As ações da gestão escolar tornam-se fundamental para o desenvolvimento do ensino, ao fazer-se cumprir a legislação vigente e na busca de meios de melhoria na formação e ação docente, na estrutura escolar e no projeto político pedagógico, partindo sempre de princípios inclusivos e de respeito a diversidade.

REFERÊNCIAS

ALVARADO-PRADA, Luis Eduardo; FREITAS, Thaís Campos; FREITAS, Cinara Aline. Formação continuada de professores: alguns conceitos, interesses, necessidades e propostas. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 10, n. 30, p. 367-378, maio/ago. 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=189114449009>. Acesso em: 28 de setembro de 2023.

ANJOS, Hildete Pereira dos; ANDRADE, Emmanuele Pereira de; PEREIRA, Mirian Rosa. A inclusão escolar do ponto de vista dos professores: o processo de constituição de um discurso. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 40, p. 116-129, jan./abr. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/fVmmHvs9QQ9y47QJF6bMQDR/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 28 de setembro de 2023.

BRASIL. Lei nº 7853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, 25 out. 1989. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7853.htm. Acesso em: 4 de maio de 2020.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 19 de julho de 2019.

BRASIL. Decreto nº 5296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, 3 dez. 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm. Acesso em: 06 de fevereiro de 2020.

BRASIL. Lei nº 13146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 22 de julho de 2020.

CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho; RODRIGUES, Olga Maria Piazzentin Rolim. Concepções de professores acerca dos fatores que dificultam o processo da educação inclusiva. **Educação**, Porto Alegre, v. 32, n. 3, p. 355-364, set./dez. 2009. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/faced/article/view/5782>. Acesso em: 28 de setembro de 2023.

FONSECA-JANES, Cristiane Regina Xavier; SILVA JÚNIOR, Celestino Alves da; OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio de. Pedagogia, educação especial e educação inclusiva na UNESP: história e trajetória. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 55, p. 985-1008, out./dez. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/BNtQ86GcVvhYChp4V5yb-bXs/>. Acesso em: 28 de setembro de 2023.

GODINHO, José Fortunato. **O Papel do Gestor Escolar**. 2013. 121 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) - Instituto de Educação, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2013. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/10346/1/ulfpie046323_tm.pdf. Acesso em: 28 de setembro de 2023.

LOPES, Silmara A.; ALMEIDA, Jane Soares de. O projeto da educação para todos e seus impactos nas políticas educacionais brasileira e paulista. **Quaestio: Revista de Estudos em Educação**, Sorocaba, v. 18, n. 3, p. 895-916, nov. 2016. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/quaestio/article/view/2859>. Acesso em: 28 de setembro de 2023.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. Reflexões sobre a formação de professores com vistas à educação inclusiva. In: MIRANDA, Theresinha Guimarães; GALVÃO FILHO, Teófilo Alves (org.). **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares**. Salvador: EDUFBA, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/12005>. Acesso em: 28 de setembro de 2023.

PEREIRA, Cláudia Alves Rabelo; GUIMARÃES, Selva. A Educação Especial na Formação de Professores: um estudo sobre cursos de licenciatura em pedagogia. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, v. 25, n. 4, p. 571-586, dez. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/CXq9DC4TmRGWkHG6wdxHbtg/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 28 de setembro de 2023.

MENINO-MENCIA, Gislaine Ferreira et al. ESCOLA INCLUSIVA: uma iniciativa compartilhada entre pais, alunos e equipe escolar. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 23, n. 0, p. 1-11, nov. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/skzNLZcGzPCNYFm7hrCqzHh/>. Acesso em: 28 de setembro de 2023.

PARO, Vitor Henrique. A educação, a política e a administração: reflexões sobre a prática do diretor de escola. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n.3, p. 763-778, set./dez. 2010. Acesso em: 28 de set. de 2023.

SANCHES, Isabel. Compreender, Agir, Mudar, Incluir. Da investigação-acção à educação inclusiva. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa, v. 5, n. 5, p. 127-142, nov. 2005. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/1015>. Acesso em: 28 de setembro de 2023.

SKLIAR, C. A inclusão que é “nossa” e a diferença que é do “outro”. In: Rodrigues, David. (org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação**. São Paulo: Summus, 2006, p. 15-34.

THESING, Mariana Luzia Corrêa; COSTAS, Fabiane Adela Tonetto. A Epistemologia na Formação de Professores de Educação Especial: ensaio sobre a formação docente. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 23, n. 2, p. 201-214, jun. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/c8kVcrM65PQhFcqYnMjVr7p/>. Acesso em: 28 de setembro de 2023.

WITTMANN, Lauro Carlos. Autonomia da escola e democratização de sua gestão: novas demandas para o gestor. **Em aberto**, v.17, n.72, p. 88-96, 2000. Disponível em: <https://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2639>. Acesso em: 28 de setembro de 2023.

CONSTRUÇÃO E UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS ONLINE PARA AUXÍLIO DE MONITORIA REMOTA

CONSTRUCTION AND USE OF ONLINE EDUCATIONAL TECHNOLOGIES FOR ASSISTANCE OF REMOTE MONITORING

Ana Beatriz da Costa Batista¹, Francisco Neilton de Oliveira Fernandes¹, Nayana Kelly da Silva Ribeiro¹, Luciana Vieira de Carvalho²

¹ Discentes do Curso de Enfermagem da Unifametro.

² Docente do Curso de Enfermagem da Unifametro.

RESUMO

O presente relato tem por objetivo sintetizar a experiência vivenciada por monitores da disciplina de Semiologia e Sociotécnica na construção e utilização de tecnologias educacionais online para auxílio de monitoria remota. Trata-se de um relato de experiência sobre desenvolvimento e uso de tecnologias online, como meio de acesso ao conteúdo com uso de ferramentas digitais de comunicação. Os monitores elaboraram materiais educacionais voltados para aplicação de monitoria, com conteúdo abordados previamente como forma de fixação. Aplicação da monitoria remota traz consigo a experiência de desafios e novas conquistas, como inovação e aprendizado ao manusear ferramentas que não estão presentes no cotidiano habitual. Para tanto, construiu-se tecnologias educacionais para facilitar a aprendizagem remota. Cada ferramenta serviu como apoio para as aulas utilizadas como uma continuidade do conhecimento, tanto para o aluno como para o monitor que a constrói para uma inovação do aprendizado.

Palavras-chave: conhecimento; ensino; tecnologia; enfermagem.

ABSTRACT

This report aims to summarize the experience by monitors of the Semiology and Sociotechnics discipline in the construction and use of online educational technologies to aid remote monitoring. This is an experience report on the development and use of online technologies, as a means of accessing content using digital communication tools. The monitors created educational materials aimed at monitoring application, with content covered previously as a form of retention. Applying remote monitoring brings with it the experience of challenges and new achievements, such as innovation and learning when handling tools that are not present in everyday life. To this end, educational technologies were built to facilitate remote learning. Each tool served as support for the classes used as a continuity of knowledge, both for the student and for the monitor who builds it for a learning innovation.

Keywords: knowledge; teaching; technology; nursing.

1. INTRODUÇÃO

O ambiente acadêmico educacional foi marcado por profundas mudanças no início da década e as novas tecnologias estão espalhadas e sintetizadas de formas inesperadas. Seguramente, encontra-se o alinhamento de novas formas de ensino-aprendizagem baseado em plataformas digitais, e que o conteúdo visto antes de forma monótona e presencial, abre espaço para uma formulação dinâmica e inovadora, podendo ser consumido a qualquer tempo.

O educador torna-se parte do processo de reforço da capacidade crítica do discente e a sua curiosidade, exigindo a presença de discentes e docentes que criam e investigam a construção do saber, participando do processo de construção do conhecimento em igualdade (Freire, 2002).

O ensino e a busca pelo conhecimento demonstram uma necessidade da autoaprendizagem na busca pela informação com a inovação autodidática, onde se fornece os meios e as ferramentas adequadas para o protagonismo entre o docente-discente, atuando como ponte entre a relação tríade, construindo um ensino-aprendizagem autônomo. “Quando vivemos a necessidade da prática de ensinar-aprender participamos de uma experiência total, diretiva, política, ideológica, gnosiológica, pedagógica, estética e ética em que a boniteza deve-se achar de mãos dadas com a decência e a seriedade” (Freire, 2002).

O investimento em plataformas de educação online e de ensino a distância (EAD), que já estão na inserção no sistema educacional, prova uma crescente demanda por inovação e destaca-se a motivação do acadêmico do meio universitário. Dentro do mercado digital brasileiro e global encontram-se soluções para o manejo de tais tecnologias, como por exemplo, a plataforma de vídeo chamada em tempo real de Google Meet; o gerador de pesquisas e formulários Google Formulário e até mesmo o Canva, uma ferramenta de desenvolvimento de *templates* e gerador de pôsteres e conteúdos digitais.

Dessa forma, o trabalho descrito é parâmetro para entender a íntima relação entre as novas tendências tecnológicas e o entendimento na utilização por parte dos membros docentes e discentes do meio acadêmico e programas de monitoria e iniciação científica, alvejando um pleno desenvolvimento de conteúdos digitais, que possam ser consumidos a qualquer tempo e lugar, como meio de protagonizar o empoderamento e a busca de novos conhecimentos.

Como citar este artigo original:

BATISTA, A.B.C.; FERNANDES, F.N.O.; RIBEIRO, N.K.S.; CARVALHO, L.V. Construção e utilização de tecnologias educacionais online para auxílio de monitoria remota. Revista Diálogos Acadêmicos. Fortaleza, v. 13, n. 02, p. 86-90, abr./jun. 2024.

Portanto, objetivou-se relatar a experiência vivenciada por monitores da disciplina de Semiologia e Semiotécnica na construção e utilização de tecnologias educacionais online para auxílio de monitoria remota.

2. METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de um relato de experiência sobre a produção de tecnologias educacionais online para auxílio de atividades de monitoria de forma remota, vivenciado pelos monitores da disciplina de Semiologia e Semiotécnica do Curso de Graduação em Enfermagem de um Centro Universitário, localizado em Fortaleza, Ceará, durante o período de 2020. Como materiais foram desenvolvidos meios de acesso e exploração ao conteúdo por meio de ferramentas digitais online de comunicação. Os monitores elaboraram materiais educacionais voltados para a aplicação de monitoria, visto previamente em sala de aula como forma de fixação e expansão de horizontes. Os monitores que participaram da construção e aplicação das tecnologias online eram um total de três, sob a orientação de uma professora.

3. RESULTADOS

A aplicação da monitoria realizada remotamente traz consigo a experiência de desafios e novas conquistas, como inovação e aprendizado ao manusear ferramentas que não estão presentes no cotidiano habitual.

As dificuldades encontradas durante esse percurso basearam-se no não conhecimento integral dos aplicativos e plataformas online, em não saber todos os recursos que estes tinham para oferecer, agregado então ao receio de não conseguir aproveitar de forma integral as plataformas. Logo, tornaram-se olhares ampliados para essa questão, e requer um filtro para o uso de tais métodos de ensino.

Assim, tais tecnologias, se tornaram de grande ajuda para o ensino remoto de monitoria durante o período de pandemia vivenciada pela disseminação da doença COVID-19. Portanto, o processo de conhecimento durante o tempo de adaptação ao uso das tecnologias foi bastante eficaz, sendo assim de grande aproveitamento para tanto para os professores, como para monitores e alunos.

Uma das tecnologias educacionais online construídas no período do estudo em questão tem-se o intitulado “Banco de Questões de Semiologia e Semiotécnica”. Trata-se de um agrupamento de questões dividido em abas de seções para melhor organização dos conteúdos abordados, totalizando sete seções. A primeira seção continha o título do formulário e uma breve explicação com os conteúdos de todas as questões, bem como um espaço para o aluno colocar nome e e-mail institucional. As demais seções continham questões subjetivas e objetivas, resolução de casos clínicos de acordo com seus respectivos temas, a saber: “Sinais Vitais”; “Métodos Propedêuticos, Anamnese e Exame Físico”; “Avaliação da Cabeça e Pescoço”; “Exame Físico Pulmonar”; “Exame Físico Cardiovascular” e “Exame Físico do Sistema Digestivo”. Esse banco de questões foi disponibilizado aos alunos por meio da plataforma Google Formulário.

Nas atividades, as questões eram compostas por níveis de complexidade variando de fácil, média e alta resolução, baseado nos conteúdos ministrados nas aulas remotas, destinados a testar a capacidade de raciocínio lógico e resolução de situações problemas, conciliando a teoria com a prática a ser vivenciada no dia a dia da rotina do profissional de enfermagem no desempenho de suas funções.

Também foram realizados encontros online pela plataforma Google Meet, para auxiliar nas demandas de aulas e tirar possíveis dúvidas dos alunos. A ferramenta disponibiliza a opção de todos os participantes ligarem suas câmeras ao mesmo tempo, otimizando o contato virtual, tornando-o mais confortável, também há a opção de interação por microfone ou chat por mensagens. A opção “Gravação da tela” permitiu que a aula ou reunião fosse gravada e disponibilizada posteriormente para alunos, monitores e professores e a opção “Apresentação de Tela” permitiu que o monitor ou aluno disponibilizasse slides para participação e melhor compreensão da aula.

Outras tecnologias educacionais online também foram criadas utilizando-se aplicativo específico para produção de *templates* e pôsteres com conteúdos digitais, conhecido como Canva. Por meio deste houve a disponibilização aos alunos das sínteses dos conteúdos aprendidos na disciplina. Os materiais foram construídos de forma dinâmica, interativa e colorida para despertar interesse dos alunos.

Para a produção dos conteúdos em cada uma das plataformas utilizadas, foi necessária a organização por parte dos monitores, com reuniões e planejamentos a fim de decidir qual melhor ferramenta a ser utilizada para cada tema semanal. Dessa forma, era possível fazer um rodízio das tecnologias utilizadas no período, para que não ficasse tão monótono.

Observou-se então que, o uso de tecnologias remotas é uma alternativa economicamente viável, e de valor interessante para a educação à distância, pois atende as necessidades de adaptação, personalização e readequação do sistema. A experiência da utilização de meios digitais no projeto de monitoria virtual foi muito gratificante, principalmente por saber que todo o engajamento dos membros da equipe na execução das atividades não tinha somente um fim técnico, permitindo uma maior possibilidade de aprendizagem dos discentes, que podiam contar com a monitoria remota, uma vez dada a impossibilidade de encontros presenciais (Gomes, 2020).

A atividade de monitoria remota permitiu avaliar os interesse e potencialidades do aluno para a aprendizagem com enfoque nas mudanças de hábitos de estudo e otimização de conteúdos ofertados. Continuar a oferecer monitorias remotas pode fazer com que o aluno reconheça e utilize com mais frequência este novo espaço como apoio à sua busca por conhecimento, e participando, contribuirá para que as monitorias cumpram seu papel na vida acadêmica do aluno (Brumatti, 2006).

Analisando-se o papel das novas tecnologias como uma forma norteadora para o ensino remoto, na democratização do acesso aos conteúdos ministrados e na redução de desigualdades no ensino acadêmico, argumenta-se que deve haver um encorajamento quanto ao conceito de democratização do acesso online, gerando uma nova forma de avaliação do aluno e monitor (Mendonça *et al.*, 2020).

4. CONCLUSÃO

O período de atividades remotas proporcionado pela pandemia causada pela COVID-19 nos trouxe um tempo rico em aprendizado, de experiência e de resiliência. As

atividades educacionais construídas e utilizadas nas plataformas citadas, tais como formulários de banco de atividades, vídeo aulas ao vivo e gravadas posteriormente em uma plataforma de vídeo, bem como modelos e pôsteres de síntese de conteúdo, contribuíram para a continuidade e reinvenção do processo do ensino-aprendizado como um todo. Cada ferramenta utilizada serviu como apoio para as aulas e reuniões utilizadas durante todo esse percurso como uma continuidade do conhecimento, tanto para o aluno que a recebe, como para o docente e monitor que a constrói para uma inovação de caráter global em um mundo cada vez mais globalizado.

REFERÊNCIAS

BRUMATTI, Raquel N. Moreira. Monitoria Virtual: um experimento on-line para potencializar um ambiente de apoio à aprendizagem. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO EM ENGENHARIA, 34., 2006, Passo Fundo. **Anais** [...]. Passo Fundo: ABENGE, 2006. p. 1382-1392. Disponível em: https://www.abenge.org.br/cobenge/legado/arquivos/13/artigos/1_120_668.pdf. Acesso em:

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GOMES, Alex Sandro. Implantação de um Modelo de Monitoria Virtual Suportado por Softwares Livres. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, PE. Acessado em 05 de outubro de 2020.

MENDONÇA, José Ricardo Costa de et al. Políticas públicas para o Ensino Superior a Distância: um exame do papel da universidade aberta do Brasil. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 106, p. 156-177, jan./mar. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/KqbwypZHJBL6jrFNp3pDr4S/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em:

GRUPO REFLEXIVO COM UM CENTRO ACADÊMICO DE UM CURSO DA SAÚDE NO CONTEXTO UNIVERSITÁRIO

REFLECTIVE GROUP WITH AN ACADEMIC CENTER IN A HEALTH COURSE IN THE UNIVERSITY CONTEXT

Ana Cláudia Pereira Muniz Cardozo¹, Fernando Kimura¹, Mariana Eleonora Behr Nunes¹, Osmar Lopes da Cunha¹, Jeferson Rodrigues²

¹ Acadêmico(a) do Curso de Graduação em Psicologia da Universidade do Sul de Santa Catarina.

² Professor do Departamento de Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina.

RESUMO

O presente relato de experiência teve como objetivo desenvolver uma reflexão a partir do funcionamento de grupo com um Centro Acadêmico de um Curso da Saúde de uma Universidade Pública do sul do Brasil. O método consistiu em relato de experiência sobre intervenções a partir da estratégia de Grupos de Reflexão. Foram realizados quatro encontros via remota. A intervenção foi realizada por estudantes de psicologia vinculados a disciplina de socioeducacional e supervisionados por docente. Os resultados constaram de aprofundamento sobre a demanda de comunicação universitária e respectivas estratégias para ampliar recursos para lidar melhor com essa temática. As considerações finais referem que as intervenções realizadas consolidaram as competências clínico-pedagógicas, pautadas na ética, proposta pela unidade de aprendizagem.

Palavras-chave: Psicologia. Educação. Grupo Reflexivo. Enfermagem. Universidade.

ABSTRACT

This experience report aimed to develop a reflection based on group dynamics with an Academic Center of a Health Course at a public university in southern Brazil. The method consisted of an experience report on interventions using the strategy of Reflective Groups. Four remote sessions were conducted. The intervention was carried out by psychology students enrolled in a socio-educational course and supervised by a faculty member. The results showed an in-depth understanding of university communication demands and strategies to enhance resources for better addressing this issue. The final considerations indicate that the interventions conducted consolidated clinical-pedagogical competencies, grounded in ethics, as proposed by the learning unit.

Keywords: Psychology. Education. Reflective Group. Nursing. University.

1. INTRODUÇÃO

A formação de psicólogo(a) é constituída, também, pela articulação entre conhecimentos, competências e habilidades em diferentes áreas de conhecimentos e campos de atuação pautados pela ética profissional. Em que pese o Planejamento e Intervenções Socioeducacionais, esse se trata de um importante componente desse processo ensino aprendizagem para posterior contribuição para a prática profissional. Cabe, aos estudantes em formação, na perspectiva da psicologia socioeducacional, conduzir atividades que busquem desenvolver a autonomia e reflexão crítica dos participantes envolvidos. No campo da Educação, no ensino superior, a participação política é também marcada por relação de poder, a busca pela troca de interesses, e é determinada por um grupo ou classe que tenta modificar estruturas de realidade. Essa procura por poder destaca-se pela construção de ideias, valores e, por vezes, motivações para evitar desvantagem para alguma parte da população (Sarlo, Brêtas, 2007).

No âmbito universitário, o movimento estudantil é o precursor para o início político e social dos estudantes, em especial, de Cursos da Saúde devido a sua defesa e engajamento com o Sistema Único de Saúde (SUS). O movimento estudantil da saúde, na história do Brasil, auxiliou na construção dos direitos sociais à saúde durante a ditadura. Nesse cenário, os movimentos incentivados pela necessidade de mudanças repercutiram na fundação e implantação do SUS, sendo um movimento de várias frentes tanto de estudantes, quanto de profissionais (Sousa *et al*, 2019).

O Centro Acadêmico (CA) participante da intervenção, se articula com representantes de turma cuja parceria oportuniza um diálogo em que pese a reivindicação de direitos e deveres à formação acadêmica dos discentes. O Centro Acadêmico e seus representantes atuam em conjunto em suas demandas e são compostos por estudantes do Curso, com isso, percebeu-se a possibilidade de intervenção com o propósito de desenvolvimento e troca de aprendizados através da reflexão. Isso porque, as vivências, experiências e situações podem dificultar a relação entre os indivíduos-membros de coletivos estudantis possibilitando conflitos e, assim, criando um ambiente desarmônico para atuação social. Esse cenário evoca um trabalho reflexivo entre as partes, psicologia e Curso da Saúde, para compreender as demandas dentro e fora do grupo específico e que essas possam afetar suas relações e, conseqüentemente, fragilidades coletivas.

Como citar este artigo original:

CARDOZO, A.C.P.M.; KIMURA, F.; NUNES, M.E.B.; CUNHA, O.L.; RODRIGUES, J. Grupo reflexivo com um centro acadêmico de um curso da saúde no contexto universitário. *Revista Diálogos Acadêmicos*. Fortaleza, v. 13, n. 02, p. 91-97, abr./jun. 2024.

Assim, surge, a partir desse contexto, a tarefa de analisar alguma situação a ser discutida, investigada e solucionada. Dessa forma, o cenário do projeto de intervenção escolhido e executado foi um Centro Acadêmico de um Curso da Saúde junto a representantes de turma. Essa escolha se deu por um dos integrantes do grupo de alunos da psicologia ter proximidade com o Curso e ter junto a este Centro Acadêmico em um dado momento pelo movimento estudantil.

Destarte, para a execução do projeto, se teve a questão norteadora: como construir uma proposta reflexiva a partir do funcionamento de grupo com um Centro Acadêmico de um Curso da Saúde e representantes de turma no contexto acadêmico? O objetivo foi de desenvolver uma reflexão a partir do funcionamento de grupo com um Centro Acadêmico de um Curso da Saúde e representantes de turma no contexto acadêmico.

2. MÉTODO

Trata-se de um relato de experiência a partir de reflexões oriundas de uma intervenção em grupo. Intervenções planejadas, organizadas, executadas e avaliadas a partir do Grupo de Reflexão proposto por Coronel (1997). Os grupos de reflexão se propõem a pensar as variáveis que envolvem um fenômeno e a busca por resoluções coletivas. A partir dessa modalidade de grupo, podem ser inseridas técnicas que viabilizem o alcance dos objetivos para os encontros, o que foi realizado na experiência interventiva. Coronel (1997) dispõe de três etapas para a realização dos grupos reflexivos: 1) formular diagnose situacional, 2) surgimento fantasmático, 3) devolutiva ao grupo. Essas etapas foram consideradas nas intervenções.

Foram realizados quatro encontros nos meses de outubro a novembro de 2021, momento de pandemia da Covid 19, no período noturno, via remota na plataforma *Google Meet*, com aproximadamente 10 participantes estudantes líderes e com o tempo-relógio aproximado de uma hora e meia a duas horas. A organização para cada encontro seguiu a ordem: objetivo para o encontro, estratégia, detalhamento da proposta, recursos utilizados, avaliação com o grupo e, após cada intervenção, foram realizadas supervisões com a professora de referência. Salienta-se que os cinco alunos de psicologia assim se organizaram para viabilizar os quatro encontros: a) dois alunos para conduzir o processo, b) um aluno para observar e acolher possíveis situações de desconforto, c) um aluno para registrar e sistematizar o encontro, d) um aluno que acompanha o processo da via remota como um todo, possíveis problemas de conexão, notas no chat entre outros. Essa dinâmica foi utilizada nos 4 (quatro) encontros e permitiu um rodízio de funções entre os estudantes.

A coleta dos dados que possibilitou apoio para esse relato de experiência se deu por diário de campo durante a cada encontro e registro das supervisões com a professora-referência. As questões éticas foram consideradas na medida que houve o respeito à dignidade humana e a proteção devida aos participantes da atividade pedagógica, a partir de uma postura de preocupação profissional com as consequências que pudessem ser gerados ao outro, no caso, aos estudantes. Assim, caso houvesse, ou não, algum desconforto e mobilização emocional dos(as) participantes, isso poderia ser observado pela equipe de alunos da psicologia e um membro da equipe era destacado para acolher a situação. Destaca-se que não houve quaisquer situações que demandassem essa intervenção.

3. DESENVOLVIMENTO

A realização da proposta interventiva ocorreu com quatro encontros, fundamentada no grupo reflexivo (Coronel, 1997), onde a cada encontro havia um planejamento que contemplava um objetivo, estratégia, recursos e avaliação. Após cada encontro foram realizadas supervisões com a professora-referência para analisar a intervenção e planejar a subsequente. Em média foram dez (10) participantes e tempo-relógio de 1 h 30 min a 2 h para cada um dos momentos da intervenção. A seguir apresenta-se os encontros.

3.1 Encontro 1

O primeiro encontro foi de aproximação e ocorreu no dia 21 de setembro de 2021. Teve como objetivo realizar a apresentação entre os estudantes de psicologia, o Centro Acadêmico do Curso da Saúde e representantes de turma. Um outro objetivo foi o de verificar a viabilidade de um possível projeto de intervenção socioeducacional. Para isso foi que o grupo da psicologia observou o interesse na aderência ao projeto, utilizou questões disparadoras para identificar a demanda como: existe alguma demanda ou situação de dificuldade enfrentada pelo Centro Acadêmico na execução de seus trabalhos habituais que possam ser objeto de intervenção? Existem algumas demandas que são mais difíceis em lidar no dia a dia tanto no Centro Acadêmico quanto com os representantes de turma ou entre os dois?

A partir de discussões, algumas demandas foram levantadas: melhorar a comunicação geral entre os membros do CA e professores; desenvolver habilidades de liderança entre os membros do CA e representantes de turma; atuar junto aos alunos desse Curso da Saúde para diminuir a ansiedade surgida pela possibilidade de retorno às aulas presenciais. Destarte, foi entendido que havia viabilidade para intervenção, foi votado e aprovado por unanimidade, entre CA e representantes, essa possibilidade, e que as demandas seriam retomadas a partir do contexto teórico e metodológico no momento oportuno.

Verificou-se, ainda, melhor dia e hora para os encontros. Também foi definida a plataforma de melhor acesso aos membros da entidade e dirimido necessidade de subsídio para manejo. Após esse primeiro encontro, o grupo da psicologia apresentou a viabilidade a docente-referência e o projeto de intervenção foi elaborado para a partir de objetivos para cada encontro, respectivas estratégias para esse alcance, cronograma delimitado, respeito às questões éticas, conforme será descrito.

3.2 Encontro 2

O segundo encontro ocorreu em 19 de outubro de 2021. Teve como objetivo apresentar a proposta interventiva, identificar demanda prioritária e agendar encontros.

Para a implementação do grupo reflexivo, efetuou-se perguntas disparadoras para identificar a demanda prioritária para planejar ações subsequentes. Utilizou-se as seguintes perguntas: essa demanda foi escolhida a partir do que? Por que consideram essa demanda ser a prioritária? Conseguem dar exemplo de situações que essa demanda aparece na realidade cotidiana? Como lidam com essa demanda? O que consideram ser preciso trabalhar para que possam melhor lidar com essa demanda?

Foi comentado que a comunicação entre estudantes, professores, setores da instituição por vezes era difícil e conflitiva. Isso porque, estar no contexto universitário, existem regras e, durante as reflexões, se comunicar e se relacionar apareceram situações como: dificuldade de dar limite, e quando se é feito o outro não aceita, como lidar com frustração; por vezes se fala algo e se entende de maneira diferente o que se queria dizer; que as vezes o/a estudante se comunica de maneira pessoal mas deslocada do que se espera do cenário acadêmico. Após essas manifestações, foi pactuado que a demanda prioritária a ser trabalhada nas intervenções seria a comunicação no contexto universitário. Afirma-se que o grupo foi participativo e compartilhou vários exemplos e situações do dia a dia que causavam desconforto e conflito entre os membros e a turma e/ou professores. Foi realizada avaliação positiva sobre a intervenção executada. Após esse encontro, foi realizada supervisão com a professora-referência para discutir e planejar a próxima intervenção.

3.3 Encontro 3

O terceiro encontro ocorreu em 29 de outubro de 2021. Teve como objetivo executar a proposta interventiva. Após os dois encontros sentiu-se a necessidade de um maior aprofundamento de como se dava a comunicação do grupo de estudantes, para isso foi planejada a execução de uma dinâmica grupal com fins de extrair mais informações. Antes de dar início a dinâmica, como aquecimento, o grupo foi convidado a assistir ao vídeo *Agressivo, passivo ou assertivo?*, que fala sobre comunicação; o vídeo está localizado no Youtube (Minutos Psíquicos, 2014). No vídeo era explicado o que é uma comunicação passiva, agressiva e assertiva.

A dinâmica consistia em dividir uma folha de papel em três partes e desenhar, na primeira parte, como o estudante via a sua comunicação com a família. Na segunda parte, como era sua comunicação com os amigos íntimos. Por fim, na terceira, como era sua comunicação no ambiente acadêmico.

Quando chamados a descrever sobre como é a comunicação com a família de origem, percebeu-se que para a maioria dos estudantes essa comunicação é hierárquica, onde os pais estão em uma posição superior e pouco assertiva. Isto pode ser depreendido quando, em muitas falas, surgiram as palavras: “vertical”, “hierárquica”, “obediência”, “de cima para baixo”, “unidirecional”, “ruidosa”, “conturbada”, “repetir várias vezes”. No entanto, para duas estudantes essa comunicação é mais hierarquicamente equilibrada e mais leve.

Ao contrário da comunicação familiar, a comunicação com os amigos íntimos foi descrita como “fluida”, “intensa”, “carinhosa”, “bilateral”, “descontraída”.

Entretanto, a comunicação na universidade teve o mesmo padrão hierárquico familiar. Na descrição dessa comunicação surgiram palavras como: “professores estão mais acima”, “professor não consegue ver além do aluno”, “ambiente militar”, “ego”, “conflituosa”.

Um fato que chamou a atenção foi que a comunicação hierárquica familiar, onde alguém fala de uma posição superior, no caso os pais, parece atualizar a comunicação no ambiente acadêmico onde o professor possui uma posição hierarquicamente superior, pois os estudantes parecem reproduzir na universidade o mesmo padrão familiar. Essa reflexão foi realizada a partir da escuta do grupo da psicologia e aprofundada no próximo encontro. Após esse encontro, foi realizada supervisão com a professora-referência para discutir e planejar a próxima intervenção.

3.4 Encontro 4

O quarto encontro ocorreu em 5 de novembro de 2021. Teve como objetivo realizar a devolutiva e finalizar o projeto com a proposta construída. Para esse encontro foi planejado um encerramento pautado em três momentos: reflexão inicial do encontro passado, a devolutiva e a finalização da intervenção.

No começo do encontro foram levantados tópicos emergentes que surgiram no campo da comunicação como: na família, nas amizades e no contexto acadêmico. As relações conflituosas que surgem durante a vida em diferentes momentos e as hierarquias dentro de cada instituição experienciada tendem a se atualizar, se repetir, dentro do contexto acadêmico. A dinâmica observada reflete a dificuldade na comunicação e nas relações entre os estudantes, professores e alunos representadas nesse Curso.

No momento seguinte, foi dado a continuidade apresentando os pressupostos, baseados nos encontros, possibilitando uma devolutiva. A partir disso, foi demonstrado a importância das organizações, e hierarquias, dentro das instituições, pois para que haja tal estrutura são necessárias regras que estabeleçam parâmetros de convivência para todos, em especial os membros e representantes. Foi assegurado que professores também seguem essa hierarquia juntamente com as regras, sendo também “partícipes” das próprias regras caso mal elaboradas na instituição.

Assim, foi apresentado a proposta de projetos “ComuniCA e representantes”, juntamente com referências de profissionais e materiais didáticos que pudessem atender estudantes, para que pudessem promover comunicação não violenta, mediação de conflito e justiça restaurativa. A proposta teve o objetivo de promover autonomia na busca por mudanças no contexto estudantil através dos representantes, possibilitando continuarem por outros meios, caso desejassem, os trabalhos até então realizados.

Os estudantes foram incentivados a participarem de uma dinâmica de avaliação dos encontros de intervenção. O grupo destacou a importância da comunicação não-violenta na prática durante os estágios, e como a prática é desafiadora. O contexto pandêmico e remoto dificultou diversas dinâmicas de comunicação pré-existentes, e ressaltado por eles a necessidade de desenvolver uma comunicação mais efetiva com todos, familiares, colegas estudantes, pacientes e professores. Foi elaborado um documento descritivo com a devolutiva e enviado via mensagem eletrônica aos participantes.

Após a realização dos encontros, foi realizada uma partilha dessa experiência com os alunos e alunas da unidade de aprendizagem e professoras em sala de aula.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem teórica de grupos de reflexão possibilitou o alcance dos objetivos desse projeto de Intervenção, em especial, por ter promovido a implicação e participação do grupo nos encontros. Salienta-se que a execução desse projeto viabilizou aos estudantes de psicologia a compreensão de um dos fenômenos educacionais contemporâneos, qual seja, a comunicação entre lideranças desse Curso da Saúde no contexto universitário. Com isso, essa experiência permitiu ampliar os recursos ético-profissionais na formação de psicólogo/a para observar, planejar e intervir sobre fenômenos socioeducacionais e entender a contribuição da psicologia. Recomenda-se que o projeto interventivo tenha continuidade na perspectiva de parceria interdisciplinar Curso da Saúde-psicologia para que se avance as competências comunicacionais e relacionais no contexto universitário.

REFERÊNCIAS

CORONEL, L. Grupos de Reflexão. *In*: OSORIO, L. C.; ZIMERMAN, D. E. **Como trabalhamos com grupos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1977. p. 345-349.

MINUTOS Psíquicos, Agressivo, passivo ou assertivo? [S. l.: s. n.], 2014. 1 vídeo (4 min). Publicado pelo canal Minutos Psíquicos. Disponível em: <https://youtu.be/rd1mCZVnxE>. Acesso em: 20 nov. 2021.

SARLO, Roberta Soares; BRÊTAS, Ana Cristina Passarella. A participação política de graduandos(as) de enfermagem. **Online Brazilian Journal Of Nursing**, Rio de Janeiro, v. 6, p. 32-41, nov. 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=361453973005>. Acesso em: 14 out. 2021.

SOUSA, Jaciara Alves *et al.* Formação política na graduação em enfermagem: o movimento estudantil em defesa do sus. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 5, p. 312-321, dez. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/NxNf8hZr7vNpL9PpZmyc7BP/?lang=pt>. Acesso em: 14 out. 2021.

MARCADORES COTIDIANOS PARA IDENTIFICAÇÃO DE DECLÍNIO COGNITIVO EM IDOSOS: ALTERAÇÕES DE LINGUAGEM

EVERYDAY MARKERS FOR IDENTIFYING COGNITIVE DECLINE IN THE ELDERLY: LANGUAGE CHANGES

Patricia Costa Lima Tierno¹, Jeniffer Ferreira Costa², Dante Ogassavara³, Thais da Silva Ferreira⁴, José Maria Montiel⁵

¹ Psicóloga. Mestranda do Programa de Pós-Graduação Stricto-Sensu em Ciências do Envelhecimento pela Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, SP, Brasil – e-mail: pati.tierno@hotmail.com – ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-9871-5993>

² Psicóloga. Mestranda do Programa de Pós-Graduação Stricto-Sensu em Ciências do Envelhecimento pela Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, SP, Brasil – e-mail: cjf.jeniffer@gmail.com – ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6281-7970>

³ Psicólogo. Mestre e Doutorando e Mestre do Programa de Pós-Graduação Stricto-Sensu em Ciências do Envelhecimento pela Universidade São Judas Tadeu. Docente do curso de Psicologia na Faculdade Nove de Julho – Brasil – e-mail: ogassavara.d@gmail.com – ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2842-7415>

⁴ Psicóloga. Mestranda do Programa de Pós-Graduação Stricto-Sensu em Ciências do Envelhecimento pela Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, SP, Brasil – e-mail: thais.sil.fe@hotmail.com – ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9826-3428>

⁵ Psicólogo. Mestre e Doutor em Psicologia. Docente do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Ciências do Envelhecimento da Universidade São Judas Tadeu/Instituto Ânima, São Paulo, SP, Brasil - E-mail: montieljm@hotmail.com – ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0182-4581>

RESUMO

O envelhecimento pode ocasionar alterações na função linguagem, podem vulnerabilizar os indivíduos, ocasionando assim prejuízos. Com isso, o presente estudo objetivou discutir as manifestações do declínio do funcionamento da linguagem diante do envelhecimento, atentando-se para possíveis indicadores cotidianos. Consistiu em uma pesquisa descritiva, transversal e qualitativa, sendo realizada uma revisão de literatura narrativa. Para captação de materiais, utilizou-se os descritores “linguagem”, “envelhecimento” e “apoio social” em plataformas de busca. Observou-se que a linguagem ocorre por meio de diferentes modalidades, sendo fundamental na comunicação

ABSTRACT

Ageing can lead to changes in language function, which can make individuals vulnerable and cause damage. With this in mind, the aim of this study was to discuss the manifestations of a decline in language function in the face of ageing, paying attention to possible everyday indicators. It consisted of descriptive, cross-sectional and qualitative research, with a narrative literature review. The descriptors “language”, “aging” and “social support” were used in search platforms to find material. It was observed that language occurs through different modalities and is fundamental for verbal and non-verbal communication. As a result of ageing, language impairments

verbal e não verbal. Devido ao envelhecimento pode notar prejuízos na linguagem que pode prejudicar a fluência do discurso. Assim como os problemas auditivos também podem ocasionar dificuldades na comunicação. Concluiu-se que o declínio da linguagem, pode afetar a capacidade de lidar com as adversidades diárias entre pessoas idosas. Como forma de realização a manutenção da linguagem, salienta-se que práticas de estimulação cognitiva podem preservar o vocabulário.

Palavras-chave: Cognição. Linguagem. Envelhecimento. Apoio Social.

can be noted, which can affect the fluency of speech. Hearing problems can also cause communication difficulties. It was concluded that language decline can affect the ability of elderly people to cope with daily adversities. As a way of maintaining language, cognitive stimulation practices can preserve vocabulary.

Keywords: Cognition. Language. Aging. Social Support.

1. INTRODUÇÃO

A população mundial está passando por alterações em sua composição, sendo marcada pelo envelhecimento populacional de forma enquanto é proporcionada uma expectativa de vida mais extensa e uma menor taxa de natalidade, se comparado a momentos anteriores da história. No território brasileiro, o envelhecimento populacional apresenta um ritmo acelerado ao considerar que no período de três décadas a população idosa passará a representar pouco mais de um quarto na nação total (IBGE, 2019). Em nível individual, o envelhecimento tange processos de senescência influenciados por determinantes de saúde para além da dimensão biológica, remetendo o efeito da passagem no tempo sobre o organismo, assim este produz consequências por causas de natureza multifatorial e multidimensional (Rodrigues; Ferreira; Haase, 2008).

No contexto do envelhecimento, são observadas alterações e transformações no funcionamento individual, versando sobre questões internas e externas. Dentre os fenômenos externos aos indivíduos, são facilmente identificáveis alterações superficiais na coloração e consistência dos tecidos da pele e do cabelo. Por sua vez, no que se refere aos elementos externos aos indivíduos, é válido destacar as mudanças na velocidade e no desempenho de subsistemas biológicos, sendo enquadrados como declínios que não implicam o comprometimento dos mesmos (Ogassavara et al., 2023).

Como citar este artigo original:

TIERNO, P.C.L.; COSTA, J.F.; OGASSAVARA, D. Marcadores cotidianos para identificação de declínio cognitivo em idosos: alterações de linguagem. Revista Diálogos Acadêmicos. Fortaleza, v. 13, n. 02, p. 98-106, abr./jun. 2024.

Alguns movimentos de ordem biológica decorrentes do envelhecimento mediam alterações sobre outras dimensões da vivência individual. Marcado por declínios em diferentes subsistemas individuais, sendo válido mencionar o declínio do funcionamento da função cognitiva de forma geral. Neste contexto, destacam-se os efeitos do processo natural de envelhecimento sobre as funções de memória e a velocidade de processamento de informações pelo aparelho cognitivo (Moraes; Moraes; Lima, 2010).

Aponta-se que a cognição se refere à esfera de processamento de informações identificadas, codificadas, armazenadas e evocadas, estando interfacetadas ao funcionamento mental na totalidade. Nesta condição, a cognição contempla funções variadas, incluindo o pensamento, raciocínio, atenção, memória, processos de resolução de problemas e tomada de decisão. As diversas funções são condicionadas pelas possibilidades e limitações dispostas por características sociodemográficas, como a idade e escolaridade, contudo estas capacidades também sofrem efeito de fatores de cunho social, ilustrados pelos recursos e arquiteturas assistenciais disponíveis para o atendimento das necessidades da população (LASCA, 2003).

No que tange a linguagem como função cognitiva, aponta-se que esta é intrinsecamente relacionada ao pensamento pela linguagem dispor elementos estruturantes para a articulação de ideias, moldando as possibilidades e limites para o raciocínio (Gamburgo; Monteiro, 2010; Moraes; Moraes; Lima, 2010). A comunicação interpessoal é situada em um sistema que permite a troca de informações de modo compreensível, podendo ser entendido como a linguagem em si. Desta maneira, a linguagem proporciona uma tônica verbal ao pensamento e isto proporciona lógica à articulação da linguagem, retroativamente (Silva, 2017).

Meio ao envelhecimento e suas implicações sobre as disposições individuais, é evidenciado que as conjunturas de vulnerabilidade são condições proporcionadas por causas multifatoriais e de diferentes naturezas, sendo estes fenômenos de ordem biológica, psicológicas, socioeconômica ou cultural (Cabral *et al.*, 2019). Dentre estes movimentos, indicam-se que os eventos de progressão gradual convergentes ao envelhecimento geram efeitos acumulativos que em algum momento irão produzir prejuízos ao ultrapassarem limiares biológicos específicos de subsistemas fisiológicos, incluindo impactos sobre o funcionamento cerebral e a cognição (Fulop *et al.*, 2023).

Ao reconhecer a participação da linguagem sobre outras funções cognitivas e sua posição no funcionamento cognitivo de forma geral, identifica-se a prerrogativa de adquirir uma compreensão mais profunda sobre a linguagem no contexto do envelhecimento humano. Desta maneira, esta investigação partiu do problema de pesquisa: “Quais fenômenos estão relacionados ao declínio da função cognitiva de linguagem durante o envelhecimento humano?”. Isto posto, o presente estudo teve-se o objetivo de discutir as manifestações do declínio do funcionamento da linguagem diante do envelhecimento, atentando-se para possíveis indicadores cotidianos.

2. METODOLOGIA

Consistiu em uma pesquisa descritiva e transversal, com isso, delimitaram-se esquemas de investigação dos objetos de estudo propondo uma descrição a partir de um enquadramento pontual do tempo (Köche, 2014). Cita-se também que foi adotado um

delineamento de pesquisa de caráter qualitativo, tais moldes auxiliam na identificação de fatores contextuais significativos de um fenômeno em específico (Turato, 2005). Este justificado como forma de captar materiais científicos existentes de forma não sistematizada. Ao voltar-se aos procedimentos técnicos empregados, aponta-se ainda que foi realizado no presente estudo uma pesquisa bibliográfica, especificamente uma revisão de literatura narrativa. Logo, sintetizou as contribuições pré-existentes na literatura científica, fornecendo um panorama abrangente acerca da temática (Ogassavara *et al.*, 2023).

O levantamento de materiais foi realizado mediante plataformas de busca entre os meses de março e maio de 2024, valendo mencionar a utilização de plataformas como o Google Acadêmico, SciELO e PubMed. Foram utilizados os descritores “linguagem”, “envelhecimento” e “apoio social” para captar obras relevantes no formato de livros e artigos publicados em periódicos científicos. Aponta-se que não foi adotado nenhum critério de exclusão em função do momento da publicação dos materiais, visando permitir a inclusão de obras clássicas acerca da temática investigada. Foram considerados 7 materiais científicos para análise.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Retoma-se que o objetivo do presente estudo foi discutir as manifestações do declínio do funcionamento da linguagem diante do envelhecimento, atentando-se para possíveis indicadores cotidianos. Diante disso, cabe citar que a linguagem é uma função associada principalmente à comunicação, realizada mediante a emissão de sons, utilização de símbolos e gesticulação, como exemplificado por trocas não dependentes da audição nos quais os indivíduos fazem proveito de signos para transmitir e compreender uma composição de significados. São evidenciadas diferentes modalidades de linguagem, sendo estas fonológica, lexical, sintática, semântica e pragmática. Dentre as modalidades mencionadas, é válido mencionar que estas remetem respectivamente a forma de expressão, os signos, a organização das estruturas linguísticas, a construção de sentido pela organização e a utilização dos componentes linguísticos. A partir destas características, compreende-se que a linguagem abrange tanto a comunicação verbal quanto a não verbal, ou seja, esta função cognitiva realiza os processos necessários para conceber trocas de informação pela fala, escrita e assimilação, assim como as manifestações corporais, gestuais e de postura associadas à linguagem (Silva, 2017).

Com o intuito de exemplificar a participação da linguagem ao longo da vida cotidiana dos indivíduos, pode-se mencionar que o processamento de linguagem é realizado em qualquer comunicação voluntária e consciente, abrangendo a codificação, a interpretação e o planejamento do discurso utilizados em atividades diárias como em conversas. Os processos cognitivos de linguagem também são relacionados aos comportamentos não verbais ao serem delineadas condutas, posturas e expressões vinculadas a significados, como é popularmente ilustrado pelo uso de expressões faciais para comunicar sentimentos de insatisfação ou estranhamento, estando relacionado indiretamente as reações biológicas. Diante desse cenário, é notório os comprometimentos no cotidiano de indivíduos que apresentam algum grau de declínio nessa função cognitiva, não apenas na manifestação de suas demandas, mas também na criação de vínculos sociais que também pode ser prejudicada.

No contexto do declínio cognitivo convergente ao envelhecimento humano, é válido ressaltar que as alterações na atenção, na resolução de problemas, na velocidade de processamento e na memória, no que tange o armazenamento de informações a curto prazo geram efeitos impactantes sobre a linguagem enquanto função cognitiva. Meio aos processos de organização e elaboração da comunicação verbal, indica-se que a linguagem discursiva é uma função integrada ao funcionamento cerebral ao ser concebida mediante a realização de processos conjuntos, como com o raciocínio, o planejamento, armazenamento de informações pela memória e a articulação de informações pelo pensamento reflexivo (Brandão; Parente, 2001).

Aponta-se que a atenção e a memória são funções cognitivas intrinsecamente relacionadas à linguagem e que quando estas passam a apresentar desempenho comprometido, a linguagem é impactada. Em um contexto cotidiano, pode-se ilustrar tais impactos na evocação de palavras necessárias para compor frases em meio aos diálogos, desta maneira, um processo relativo à memória gera implicações para a linguagem ao afetar o léxico verbal dos indivíduos. Alternativamente, pode-se exemplificar o impacto dos declínios cognitivos sobre a linguagem por prejuízos em funções atencionais limitarem o acesso aos estímulos para a interpretação e assim proporcionar condições para a ocorrência de falhas na comunicação.

Ao versar sobre a relação interfacetadas entre as funções de memória e de linguagem, destaca-se que prejuízos da memória afetam negativamente a comunicação verbal ao ser apresentado um pior desempenho da memória de trabalho no contexto da escrita e leitura, sendo manifesta na dificuldade para reter informações ao longo da leitura de um texto e seguir a progressão de ideias propostas. Ainda, há de se reconhecer que estas dificuldades cotidianas podem servir de indicadores para o declínio do funcionamento individual e até serem expressões sintomatológicas de quadros neurodegenerativos em estágios iniciais (Pinto, 1999; Vacari, 2010).

Dentre as diversas consequências do declínio cognitivo sobre a função de linguagem, apontam-se os efeitos sobre os aspectos semânticos e lexicais da linguagem. A redução do léxico verbal e a dificuldade para manter um discurso coeso de forma contínua são eventos recorrentes que podem ser parcialmente justificados pela deterioração da cognição. Entretanto, o vocabulário dos indivíduos tende a permanecer inalterado, sobretudo quando a pessoa idosa realiza práticas de estimulação cognitiva, como o hábito de ler. Isto posto, destaca-se que a diminuição da velocidade de processamento na evocação de conteúdo é um fenômeno evidente no contexto do envelhecimento, porém, é oportuno reafirmar que este não compromete as funções de linguagem semântica e as vivências ao longo do curso de vida condicionam o refinamento desta função cognitiva (Brandão; Parente, 2001).

Verifica-se que a população idosa tende a apresentar alterações lexicais no que tange o ritmo de fala em suas expressões, mesmo que abordando eventos e informações do passado, com expressões, vocábulos e gírias antigas, além de ditados populares antigos, como “de grão em grão a galinha enche o papo”. Dado o dinamismo do meio social e as peculiaridades linguísticas dos diferentes grupos sociais de uma mesma sociedade, ressalta-se que a não atualização do vocabulário e o emprego de termos em desuso pode ocasionar dificuldades para a integração da pessoa idosa em novos contextos por prejudicar a fluência da fala e criar um obstáculo para a continuidade do raciocínio. Contudo, este contraste também pode situar a troca de informações e vivências entre grupos, dispondo a pessoa idosa como o indivíduo a fornecer novos conhecimentos e transmitir a história coletiva (Brandão; Parente, 2001).

Já nas dificuldades do cotidiano também é possível encontrar déficits na compreensão de alguns fonemas, principalmente quando é acrescentado sons externos, mas essa dificuldade está ligada a diminuição da audição. A articulação e a fluência expressiva são as que mostram declínios na linguagem, entretanto, o uso de formas diversas de linguagem pode enriquecer os aspectos semânticos e lexicais. Ainda é possível observar que há processos cognitivos linguísticos mais vulneráveis do que outros, sendo que os processos de compreensão tendem a permanecer preservados, enquanto os relativos à organização e o discurso tendem a apresentar declínios (Brandão; Parente, 2001). Indica-se que outra dificuldade comumente observada na comunicação cotidiana da população idosa é o déficit parcial da audição, gerando um impacto significativo sobre a participação social do indivíduo por agravar o risco de isolamento social e favorecer a vivência de estados afetivos negativos decorrentes da limitação imposta sobre a comunicação. Ainda, é oportuno destacar que por vezes o grupo familiar e amigos compreende erroneamente que a pessoa idosa está desorientada e pouco colaborativa, porém está só não tem acesso ao diálogo e ao contexto apresentado (Fonseca, 2019).

Aprofundando tais aspectos, salienta-se que o comprometimento das capacidades individuais da pessoa idosa condiciona quadros de vulnerabilidade, submetendo os indivíduos a condições precárias no que tange o repertório de alternativa para o enfrentamento de adversidades e o agravamento de riscos de ser acometido por alguma violação. Neste sentido, a vulnerabilidade construída pode ser intensificada pelo isolamento social induzido pela fragilidade e as limitações na comunicação com o indivíduo (Santos *et al.*, 2020).

Além disso, a participação social é um fator protetivo para a integridade individual ao contextualizar a construção de redes de suporte social, de maneira a proporcionar alternativas para a adaptação a novas condições pela organização e disposição de fontes de apoio e equipamentos sociais. A interação com redes de apoio permite a prestação de diferentes formas de suporte, seja o suporte funcional, o acolhimento para amenizar impactos ao bem-estar ou serviços assistenciais no que remete a questões financeiras, de segurança e educacionais. O contato interpessoal subsidia a formação de redes de apoio informais ao formar grupos sociais pautadas em vínculos afetivos e a manutenção das relações familiares, assim, estas fontes de suporte informal possibilitam o auxílio funcional e o suporte emocional. Por sua vez, o suporte formal pode ser observado como serviços de saúde e assistência social, estando dispostos em centros de promoção e atenção à saúde para prestar atendimento especializado (Sant'Ana; D'Elboux, 2019).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao tratar das manifestações cotidianas do envelhecimento humano, foram mencionadas alterações fisiológicas que delineiam as vivências individuais ao longo da vida diária, valendo destacar o declínio cognitivo convergente ao envelhecer. Nesta condição, identificou-se que os prejuízos do processamento cognitivo favorecem a ocorrência de comprometimentos de funções específicas e estas consequentemente geram implicações para as condutas e o enfrentamento de adversidades.

No decorrer do processo natural de envelhecimento, o envelhecimento não patológico da pessoa idosa, tendem a ser evidenciadas declínios do funcionamento cognitivo e estes podem proporcionar mudanças impactantes sobre a vida diária. Dentre estas

alterações, indica-se que os fenômenos associados à linguagem são interfacetadas ao funcionamento de outras funções específicas. Destacou-se que as funções de linguagem tendem a serem mantidas em estado preservado e podem ser refinadas ao longo de todo o desenvolvimento mediante a manutenção de hábitos que estimulem a cognição, como a leitura, porém também há de se reconhecer que o declínio de outras funções cognitivas, como a memória e a velocidade de processamento, exerce efeito sobre a linguagem na totalidade mesmo que esta não seja comprometida. Complementarmente, destaca-se que as funções de linguagem de pessoas idosas podem ter seu desempenho prejudicado por déficits da audição, sendo uma ocorrência comum no contexto do envelhecimento e vivência da velhice.

É oportuno reafirmar a multiplicidade de fatores relevantes sobre o processo de saúde-doença, estando intrinsecamente associados aos fenômenos peculiares dos estágios do desenvolvimento humano. Neste sentido, o envelhecimento humano pode ser entendido sob uma perspectiva de curso de vida como um processo extenso moldado em decorrência da relação com determinantes ambientais e das trajetórias individuais. Isto posto, há de se destacar o impacto que o declínio de desempenho de subsistemas biológicos gera sobre os indivíduos, ilustrado pelos prejuízos da comunicação serem justificados por limitações sensoriais e de compreensão. Assim, as limitações impostas sobre o contato interpessoal podem condicionar o isolamento social ou a demanda por suporte funcional para a realização de atividades cotidianas.

No que remete às contribuições pré-existentes na literatura científica, observou-se a ampla identificação e discussão do declínio cognitivo entre a população idosa, contudo, foi evidente a escassez de investigações acerca das alterações associadas ao envelhecimento que tange a execução de funções de linguagem pontuais. Desta maneira, ressalta-se a proximidade entre as funções de processamento cognitivo e a possibilidade de prejuízos serem compensados por outras funções preservadas.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Lenisa; PARENTE, Maria Alice de Mattos Pimenta. Os Estudos de Linguagem do Idoso neste Último Século. **Estudos Interdisciplinares Sobre O Envelhecimento**, Porto Alegre, v. 3, p. 37-53, 23 jun. 2001. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/RevEnvelhecer/article/view/4668>. Acesso em: 15 de abril de 2024

CABRAL, Juliana Fernandes *et al.* Vulnerabilidade e fatores associados em idosos atendidos pela Estratégia Saúde da Família. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 9, p. 3227-3236, set. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018249.22962017>. Acesso em: 15 de abril de 2024

FONSECA, Ilanna Cibele Delgado. ALTERAÇÕES DA AUDIÇÃO E DA LINGUAGEM EM IDOSOS: revisão integrativa. **Revista Ibero-Americana de Saúde e Envelhecimento**, Évora, v. 5,

n. 1, p. 1708-1726, 2019. Disponível em: https://www.revistas.uevora.pt/index.php/saude_envelhecimento/article/view/316/532. Acesso em: 15 de abril de 2024

FULOP, T. *et al.* Immunology of Aging: the birth of inflammaging. **Clinical Reviews In Allergy & Immunology**, [s.l.], v. 64, n. 2, p. 109-122, 18 set. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s12016-021-08899-6>. Acesso em: 15 de abril de 2024

GAMBURGO, Lilian Juana Levenbach de; MONTEIRO, Maria Inês Bacellar. ENVELHECIMENTO E LINGUAGEM: algumas reflexões sobre aspectos cognitivos na velhice. **Revista Kairós-Gerontologia**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 35-49, jun. 2007. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/2572>. Acesso em: 15 de abril de 2024

IBGE. **Projeções da população**. Rio de Janeiro: IBGE, [202-]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9109-projecao-da-populacao.html?=&t=resultados>. Acesso em: 15 de abril de 2024

KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. Petrópolis: Vozes, 2015.

MORAES, Edgar Nunes de; MORAES, Flávia Lanna de; LIMA, Simone de Paula Pessoa. Características biológicas e psicológicas do envelhecimento. **Revista Médica Minas Gerais**, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 67-79, fev. 2010. Disponível em: <https://rmmg.org/artigo/detalhes/384>. Acesso em: 15 de abril de 2024

OGASSAVARA, Dante *et al.* Concepções e interlocuções das revisões de literatura narrativa: contribuições e aplicabilidade. **Ensino & Pesquisa**, União da Vitória, v. 21, n. 3, p. 8-21, 20 dez. 2023. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/ensinoepesquisa/article/view/7646>. Acesso em: 15 de abril de 2024

OGASSAVARA, Dante *et al.* Dinamismo da subjetividade: interrelações entre o envelhecer e a personalidade. **Psi Unisc**, Santa Cruz do Sul, v. 7, n. 1, p. 236-245, 16 jan. 2023. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/psi/article/view/17945>. Acesso em: 15 de abril de 2024

PINTO, Ana Lucia Fiebrantz. Memória: um desafio à autonomia do idoso. **Família, Saúde e Desenvolvimento**, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 39-48, jan/dez. 1999. Disponível: <https://revistas.ufpr.br/refased/article/view/4874>. Acesso em: 15 de abril de 2024

RODRIGUES, Jussara de Lima; FERREIRA, Fernanda de Oliveira; HAASE, Vitor Geraldi. Perfil do desempenho motor e cognitivo na idade adulta e velhice. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, Juiz de Fora, v. 1, n. 1, p. 20-33, 2008. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202008000100004. Acesso em: 15 de abril de 2024

SANT'ANA, Leila Auxiliadora José de; D'ELBOUX, Maria José. Comparação da rede de suporte social e a expectativa para o cuidado entre idosos em diferentes arranjos domiciliares. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, p. 1-12, jul. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-22562019022.190012>. Acesso em: 15 de abril de 2024

SANTOS, Maria Angélica Bezerra dos *et al.* Fatores associados à violência contra o idoso: uma revisão sistemática da literatura. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 6, p. 2153-2175, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020256.25112018>. Acesso em: 15 de abril de 2024

SILVA, Jéssika Rodrigues Gonçalves da. **Compreensão psicopedagógica do declínio da linguagem e pensamento no idoso**. 2017. 18 f. . Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Psicopedagogia) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/15517?locale=pt_BR. Acesso em: 05 de março de 2024.

LASCA, Valeria Bellini. **Treinamento de memória no envelhecimento normal: um estudo experimental utilizando a técnica de organização**. 2003. 96f. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Programa de Pós - Graduação em Gerontologia. Campinas, 2003. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/Resultado/Listar?guid=1731145248805>. Acesso em: 15 de abril de 2024

TURATO, Egberto Ribeiro. Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. **Revista de Saúde pública**, São Paulo, v. 39, p. 507-514, 2005. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/rsp/2005.v39n3/507-514/pt>. Acesso em: 18 de março de 2024.

VACARI, Marivone Faturi. **Um estudo sobre a memória de trabalho, a consciência fonológica e a escrita em pacientes com Doença de Alzheimer**. 2010. 122 f. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/1974#preview-link0>. Acesso em: 15 de abril de 2024

SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO: VISITANDO ASPECTOS DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DESSA SIMBIOSE

SOCIAL SERVICE AND EDUCATION: VISITING ASPECTS OF THE SCIENTIFIC PRODUCTION OF THIS SYMBIOSIS

José de Ribamar Ribeiro Filho¹, Evânia Maria Oliveira Severiano²

¹ Mestre em Administração pela Universidade Estadual do Ceará (UECE).

² Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

RESUMO

O estudo está direcionado ao objetivo geral de analisar e apreender as perspectivas dos conteúdos pesquisados nacional e internacionalmente sobre Serviço social e educação em uma década com vistas na compreensão dos aspectos que direcionam os estudos e entendimento das características que permeiam tais pesquisas. As dimensões da formação profissional e exercício do trabalho do assistente social foram contempladas na investigação sobre o conteúdo. Trata-se de uma revisão sistemática de literatura, que busca relações e debates para difusão de pesquisas sobre a matéria. Foram apropriados dados das bases Scopus e SciELO Brasil na busca por artigos científicos relacionados com a temática que promoveram a formação de um corpus textual, tendo o mesmo passado por análises com o software Iramuteq. Os resultados observaram pluralidades nos debates em Serviço social e educação, que abrangem tópicos relacionados com a área da saúde (em destaque), encarceramento e uso de drogas/álcool, bem como interdisciplinaridades. Serviço social e educação convergem, com encontros dessa simbiose na natureza da profissão. O Serviço social resulta das relações de reprodução da sociedade, e a educação também incide nessa esfera de reprodução social.

Palavras-chave: Serviço social e educação; exercício profissional; formação; interdisciplinaridade; revisão.

ABSTRACT

The study is aimed at the general objective of analyzing and understanding the perspectives of the researched content nationally and internationally on Social Work and education over in a decade, with a view to comprehending the aspects that guide the studies and understanding the characteristics that permeate such research. The dimensions of professional training and work practice of the social worker were contemplated in the study. This is a systematic literature review, which seeks relationships and debates for the dissemination of research on the subject. Data from Scopus and SciELO Brazil databases were appropriated in the search for scientific papers related to the theme, which promoted the formation of a textual corpus, which was analyzed using the Iramuteq software. The results showed pluralities in the debates in Social Service and Education, covering topics related to health care (prominent), incarceration, and drug/alcohol use, as well as interdisciplinarity. Social Service and Education converge, with encounters of this symbiosis in the nature of the profession. Social Service results from the reproduction relations of the society, and education also affects this sphere of social reproduction.

Keywords: Social service and education; professional practice; training; interdisciplinarity; literature review.

1. INTRODUÇÃO

O serviço social resulta das relações de reprodução da sociedade, e a educação, também incidindo nessa esfera de reprodução social, constrói e dissemina, pelo ensino, a cultura, os valores e os comportamentos que se apresentam no contexto social (Oliveira, 2019). Numa caminhada em conjunto, o Serviço social e a educação promovem complementaridades e produzem intersecções que corroboram para um melhor desenvolvimento da sociedade. O desenvolvimento da ação profissional do assistente social vincula-se com a contenda que visa garantir acesso à educação e sua universalização, o que ratifica o importante papel do assistente social de sempre ter acompanhado, no caso brasileiro, as transformações da sociedade (Bressan, 2018; Piana, 2009). Logo, observa-se um modelo de cumprimento da viabilização da prestação direta de serviços sociais com repasse de bens e serviços relacionados às diversas políticas sociais, papel historicamente desempenhado pelos assistentes sociais (Trindade, 2017).

Presente na educação pré-escolar, na educação básica e nos caminhos até a educação superior, o Serviço social atrela-se aos embates educacionais com vistas nas contribuições para saná-las, como baixo rendimento escolar, baixa frequência e evasão escolar ocasionados por fatores diversos (como econômicos e culturais) e que, como demandas específicas da educação, apresentam a necessidade de intervenções multiprofissionais como do assistente social e das políticas públicas, como em saúde e assistência social que atuam com equipes multidisciplinares e buscam respostas com estratégias adequadas (Coutinho; Souza, 2019). Isso ratifica a importância de o assistente social estar inserido nas políticas educacionais, como prevê a Lei n.º 13.935, que insere o serviço social e a psicologia na educação básica brasileira como mecanismo de ampliação de oportunidades em educação para grupos excluídos (Souza; Rosa, 2020) – e salienta a necessidade de discussões, reflexões e debates sobre a temática, além de suscitar estudos sobre produções acadêmicas relacionadas, contribuições que este estudo busca incidir.

Debates sobre serviço social e educação são vastos e apresentam variados enfoques, sem restrições quanto às dimensões. Debates sobre educação tem ampla importância para a sociedade dentro das possibilidades dos aspectos múltiplos como sobre qualidade de ensino, qualificações para o exercício ou métodos de ensino/aprendizagem, e, ainda assim, outros temas (fenômenos) têm permeado os

Como citar este artigo original:

RIBEIRO FILHO, J.R.; SEVERIANO, E.M.O. Serviço social e educação: visitando aspectos da produção científica dessa simbiose. Revista Diálogos Acadêmicos. Fortaleza, v. 13, n. 02, p. 107-127, abr./jun. 2024.

debates educacionais, abandono escolar, uso de drogas, trabalho infantil, relações de família ou violência doméstica (Schneider; Hernandorena, 2012). Concomitante, os debates em Serviço social observam o exercício profissional e suas expressões (interventiva, investigativa e formativa), suas dimensões constitutivas (teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa) e fundamentalmente as expressões da questão social e suas diversidades: retrocesso no emprego, distribuição regressiva de renda e ampliação da pobreza, que evidenciam desigualdades socioeconômicas, com marcadores de raça, gênero e etnia, atingindo zonas urbanas e rurais, e quedas em níveis de educação (Iamamoto, 2017; Santos; Souza Filho; Backx, 2017). Fenômenos adicionais aos aspectos educacionais e expressões da questão social salientam a convergência de Serviço social e educação. Ademais, o próprio Serviço social abraça a educação no contexto da profissão em diferentes perspectivas.

A temática serviço social e educação comporta uma abrangente literatura que contempla tônicas como: a assistência estudantil (Cavaignac; Costa, 2017; Imperatori, 2017; Santos; Marafon, 2016), a formação em Serviço social e suas diversas peculiaridades (Bolger, 2020; Cavaignac; Lima, 2019; Farage, 2021; Iamamoto, 2014, 2017; Raatikainen; Rauha; Maenpää, 2022), ou tópicos mais amplos, como o exercício e os desafios profissionais (Amaro, 2017; Iamamoto, 2019; Lima, 2020). Estudos de revisão e tessituras da relação Serviço social e educação também são encontrados (Arruda *et al.*, 2020; Dentz; Silva, 2015; Lima *et al.*, 2021). Contudo, revisões com apropriação de registros nacionais e internacionais são escassos. Com vistas em contribuir para a ampliação das pesquisas sobre a matéria O estudo está direcionado ao objetivo geral de analisar e apreender as perspectivas dos conteúdos pesquisados nacional e internacionalmente sobre serviço social e educação em uma década, com interesse na compreensão dos aspectos que direcionam os estudos e das características que permeiam as pesquisas, como por temas que se somam aos de interesse em primeira ordem (serviço social e educação).

Este trabalho, como uma revisão sistemática da literatura, tomando um *corpus* textual constituído a partir de bases de dados (Scopus e SciELO) e de análises com os *softwares* Excel e Iramuteq, procedeu com um exame da produção científica dos últimos dez anos sobre a matéria Serviço social e educação, e os aspectos que a permeia. Além desta introdução, o estudo traz seções de apresentação das suas características metodológicas, resultados e discussão, um breve certame sobre relações interdisciplinares no contexto do Serviço social e a relação com a educação, trazendo, por fim, suas considerações finais.

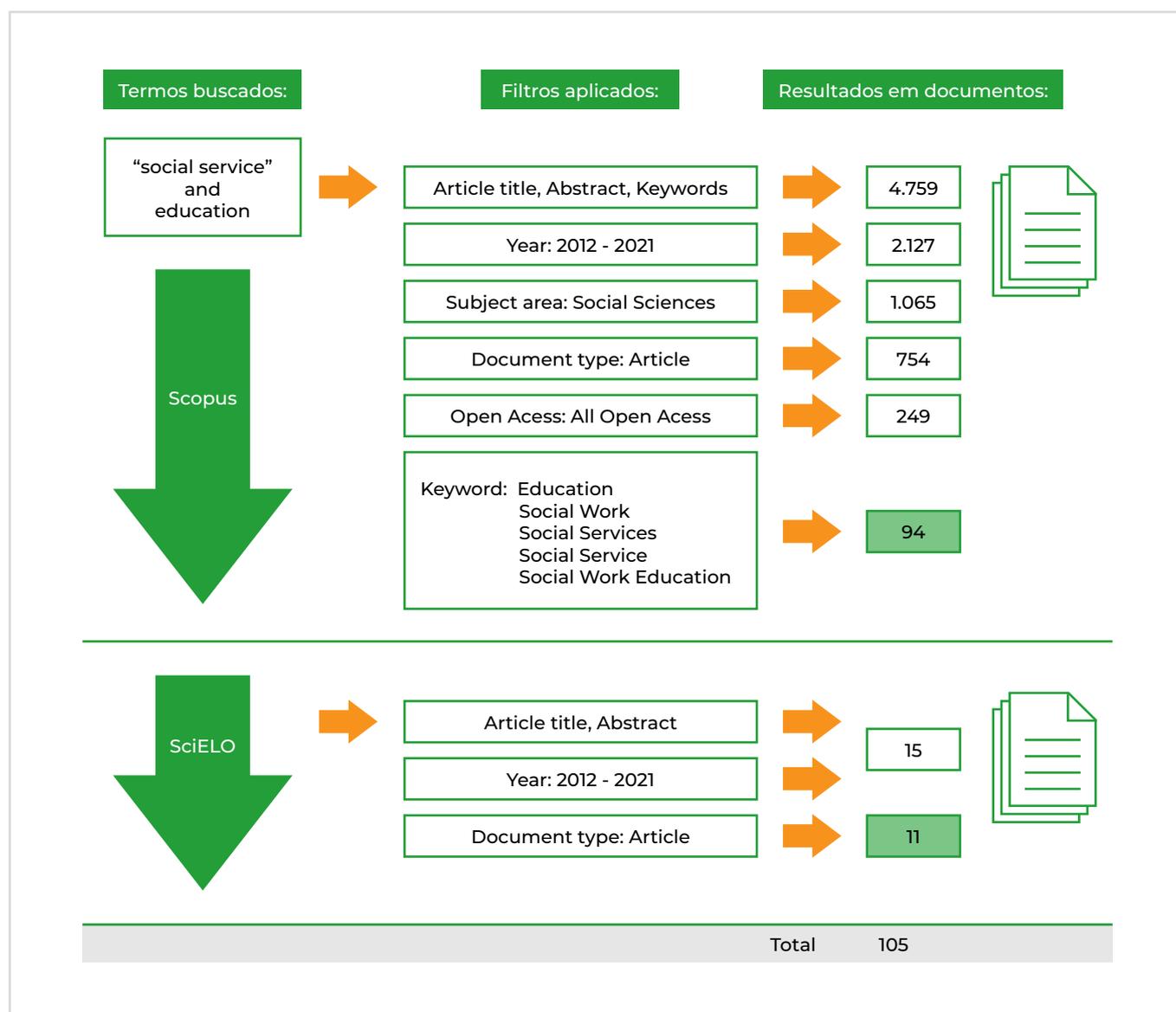
2. METODOLOGIA

Tomando as palavras de Araújo *et al.* (2020), é possível afirmar que a pesquisa no contexto do serviço social tem caráter transformador, não se direcionando apenas para reflexões em si do mundo real, mas construindo conhecimentos diversos sobre também diversas expressões da questão social. Assim, ao buscar estudos diversos sobre serviço social e educação, esta pesquisa também tem o intuito de colaborar com a incorporação de novos conhecimentos a partir de dois construtos tão amplos, incitando ainda o exercício de um olhar curioso e crítico com a pesquisa científica para aquilo que se discute em sala de aula (Nascimento; Lopes, 2015).

Este estudo trata-se de uma revisão sistemática da literatura. A escolha por essa modalidade de investigação científica deu-se por ser um modelo que busca entender e dar

logicidade a um grande *corpus* documental seguindo protocolos específicos e com foco no seu caráter de reprodutibilidade por outros pesquisadores, além de apresentar estratégias de busca em cada base (Galvão; Ricarte, 2019). Dessa forma, a pesquisa apropriou-se das bases Scopus e SciELO Brasil para busca de artigos científicos relacionados com a temática. A base de dados Scopus foi criada no ano de 2004 e é frequentemente considerada um dos maiores bancos de dados com abrangência de revistas científicas, livros e anais, tendo aproximadamente 3 milhões de registros adicionados anualmente, e a base SciELO Brasil (*Scientific Eletronic Library Online*), em um único sistema, agrega um grande conjunto de periódicos nacionais (Cintra, 2018; Singh, 2021). A busca foi realizada em 18 de março de 2022, e seguiu uma rota de parâmetros conforme exposto na Figura 1, para o alcance final de um total de 105 artigos para procedimentos de análise.

Figura 1 – Trilha da reunião de artigos



Fonte: elaboração própria (2022).

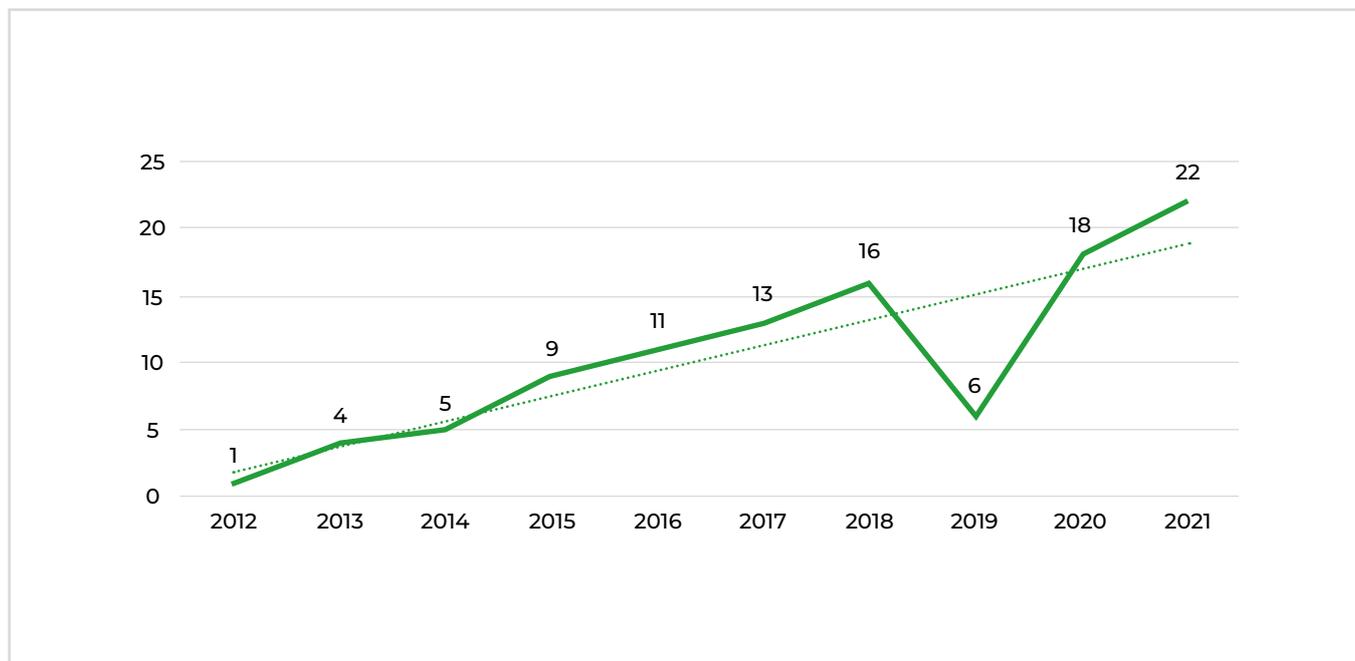
O critério de aplicação dos filtros para a busca dos artigos procurou proporcionar mais especificidades nos achados em relação à temática abordada por esta pesquisa: serviço social e educação. Tal critério iniciou-se com a busca por trabalhos na base Scopus com os termos *social service* e *education*, em títulos, resumos e/ou palavras-chave, sendo mantidos em seguida trabalhos publicados em período específico (*year*), área (*subject área*, no caso ciências sociais), documentos do tipo artigo e com acesso aberto. Foi também especificado um conjunto de palavras-chave (*education, social work, social services, social service* e *social work education*) como filtro final dos trabalhos. Para a base SciELO o procedimento se repetiu com os termos *social service* e *education*, em títulos e resumos, para trabalhos publicados também em período específico e na categoria de artigos. O resultado de 105 estudos apurados compreende um rol de publicações de ambiências nacional e internacional no período de 2012 a 2021, uma década de estudos. Listados os trabalhos, foi realizada uma análise estatística inicial através do *software* Excel.

Uma segunda etapa de análises abraçou o uso do *software* IRaMuTeQ (*Interface de R por les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*) que tem interface com o *software* R e permite que sejam realizadas análises estatísticas sobre corpus textuais a partir de segmentos de texto (Tinti; Barbosa; Lopes, 2021). Foram cumpridas com o *software* as análises de Classificação Hierárquica Descendente (CHD), que faz um cruzamento de unidades textuais por uma análise fatorial de correspondências, e a Análise de Similitude, que possibilita a verificação de ligações entre palavras do corpus textual por meio de grafos (Ratinaud; Marcand, 2012; Tinti; Barbosa; Lopes, 2021). Para isso, foi composto um *corpus* textual com 105 textos — *abstracts* dos artigos resultantes da busca na base Scopus e SciELO traduzidos para a língua portuguesa — em um total de 42 páginas, com abrangência de 635 segmentos de texto para 22.372 palavras.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme pode ser apreciado no Gráfico 1, a produção dos últimos dez anos sobre serviço social e educação desenvolveu-se de forma crescente em número de trabalhos publicados e, conforme a linha de tendência, propensa a manter o quadro de evolução. O ano de 2019 foi a exceção na década (sob a perspectiva de crescimento), pois registrou apenas seis publicações, 5,71% do total de trabalhos do período.

Gráfico 1 – Produção na década



Fonte: elaboração própria (2022).

O ano de 2020 concentrou 18 estudos, 17,14% do total, e o último ano do período, 2021, teve uma concentração de 22 trabalhos, o maior percentual, sendo 20,95% do total e um crescimento de 22,30% em relação ao ano anterior.

Em relação à origem das pesquisas, os Estados Unidos concentraram o maior número de estudos, 22 trabalhos (20,95% do total de 105), muito embora o continente europeu, na soma dos seus representantes de mais destaque, já detenha a maioria dos artigos, 48 trabalhos (45,71% do total). Na lista dos 20 países com mais publicações sobre a temática deste estudo, o Brasil ocupa a terceira colocação com oito publicações (7,62% do todo, com o Reino Unido em segundo, 11 estudos e 10,48% do total), e um conjunto de seis países (África do Sul, Holanda, Alemanha, França, Austrália e Noruega) forma o maior grupo com a mesma quantidade de estudos, três estudos cada, ou cada um, 2,86% do total.

Pertence ao conjunto de publicações dos Estados Unidos o estudo com maior número de citações, Faguet e Sánchez (2014), *Decentralization and access to social services in Colombia* (Descentralização e acesso a serviços sociais na Colômbia), detendo um total de 42 menções. O trabalho tratou-se de um exame do contexto da descentralização de atividades do serviço público em 95% dos municípios da Colômbia, serviços que incluem acesso dos pobres a atividades em prol da saúde, bem como ingresso na educação. Para ambos os acessos aos menos favorecidos, os resultados do estudo mostram aumento de taxas de inclusão com a descentralização dos serviços públicos. Muito embora o estudo apresente positividade nos resultados, se faz necessário mencionar que ações de descentralização podem não representar casos de sucesso conforme a diversidade de contextos da assistência social. Em análise da dimensão do trabalho profissional dos assistentes sociais no Brasil,

por exemplo, Moraes e Schocair (2019) revelam a descentralização de políticas sociais como fator favorável a precarização do mercado de trabalho dos assistentes sociais, verificada em relações de trabalho, espaço de atuação, remuneração e condições de realização do labor. Essa configuração desfavorável, desdobrando-se sobre a relação serviço social e educação, reflete-se tanto no aspecto da formação do assistente social, como em suas contribuições para a área educacional.

Sobre o rol de estudos, o Quadro 1 apresenta uma lista dos estudos com mais citações, os 16 primeiros (estudos com um número mínimo de 10 citações) ranqueados conforme a junção dos textos das bases Scopus e SciELO captados na data da busca dos trabalhos.

Quadro 1 – Publicações mais citadas

	Artigo	Título	Periódico	Citações
1	Faguet e Sánchez (2014)	Decentralization and access to social services in Colombia	Public choice	42
2	Gaete Quezada (2015)	El voluntariado Universitario como ámbito de aprendizaje servicio y emprendimiento social: Un estudio de caso	Última década	41
3	Blankenship <i>et al.</i> (2018)	Mass incarceration, race inequality, and health: Expanding concepts and assessing impacts on well-being	Social Science & Medicine	40
4	Silberman (2013)	Determinantes sociales de la salud en los usuarios de atención sanitaria del Distrito Federal	Revista de la Facultad de Medicina (México)	38
5	McInnes <i>et al.</i> (2015)	Primary care clinical placements: The views of Australian registered nurse mentors and pre-registration nursing students (part 2)	Nurse Education in Practice	20
6	Haasler e Gottschall (2015)	Still a perfect model? The gender impact of vocational training in Germany	Journal of Vocational Education & Training	20

7	Goossen e Austin (2017)	Service User Involvement in UK Social Service Agencies and Social Work Education	Journal of Social Work Education	20
8	Abrams e Mehta (2019)	Changes in depressive symptoms over age among older Americans: Differences by gender, race/ethnicity, education, and birth cohort	SSM-population health	19
9	Van Duijn <i>et al.</i> (2018)	Service integration across sectors in Europe: Literature and practice	International Journal of Integrated Care	18
10	Tremblay <i>et al.</i> (2013)	Defining, illustrating and reflecting on logic analysis with an example from a professional development program	Evaluation and Program Planning	17
11	Raj <i>et al.</i> (2014)	Pilot evaluation of the Making Employment Needs [MEN] Count intervention: Addressing behavioral and structural HIV risks in heterosexual Black men	AIDS care	15
12	Colon-Gonzalez <i>et al.</i> (2015)	Successes, Challenges and Needs Regarding Rural Health Medical Education in Continental Central America: A Literature Review and Narrative Synthesis	Rural and remote health	12
13	Parry, Carney e Williams (2017)	Reducing substance use and risky sexual behaviour among drug users in Durban, South Africa: Assessing the impact of community-level risk-reduction interventions	SAHARA-J: Journal of Social Aspects of HIV/AIDS	11
14	Clouse <i>et al.</i> (2018)	Acceptability and feasibility of a financial incentive intervention to improve retention in HIV care among pregnant women in Johannesburg, South Africa	AIDS care	10
15	Baek e Cho (2018)	Identifying the virtuous circle of humanity education and post-graduate employment: Evidence from a Confucian country	Sustainability	10

16	Allen et al. (2013)	Feasibility of a parenting program to prevent substance use among latino youth: A community-based participatory research study	American Journal of Health Promotion	10
----	------------------------	--	--------------------------------------	----

Fonte: elaboração própria (2022).

A pesquisa Gaete Quezada (2015) obteve a segunda colocação na lista ranqueada com 41 citações. *El voluntariado Universitario como ámbito de aprendizaje servicio y emprendimiento social: Un estudio de caso* (Voluntariado universitário como campo de aprendizado de serviço e empreendedorismo social: um estudo de caso) revela sobre ações de voluntariado de estudantes universitários que promovem benefícios às comunidades, e estímulos à sensibilidade social dos próprios estudantes em relação às mazelas das comunidades menos favorecidas da cidade portuária chilena de Antofagasta. A pesquisa observa conclusivamente a fundamentalidade do voluntariado na formação dos estudantes, bem como na composição dos empreendimentos sociais que ultrapassam as fronteiras da academia e impactam nas comunidades. O trabalho promove articulações com as dimensões de formação do assistente social e do trabalho com as evidências apresentadas por trabalhos de campo. Cabe observar que, conforme disserta Iamamoto (2014, p. 611), o exercício profissional (e sua composição já na academia) “requer ir além das rotinas institucionais para buscar apreender, no movimento da realidade e na aproximação às forças vivas de nosso tempo, tendências e possibilidades [...]”. Um engajamento dos estudantes com as práticas do serviço social em campo com efetividade.

O terceiro trabalho mais citado, muito próximo dos primeiros listados sendo 40 vezes referenciado, Blankenship et al. (2018), *Mass incarceration, race inequality, and health: Expanding concepts and assessing impacts on well-being* (Encarceramento em massa, desigualdade racial e saúde: ampliando conceitos e avaliando impactos no bem-estar) explorou diferenças raciais de encarcerados em massa no estado de Connecticut, EUA. A abordagem tratou de análises de relações entre raça, encarceramento em massa e bem-estar, onde, entre os vários resultados, os autores puderam observar relatos mais propensos de negros quanto aos impactos do encarceramento na educação e abandono escolar, em relação aos brancos. Os autores destacaram em conclusão que experiências de encarceramento, suas variações em relação às raças, têm implicações para intervenções (em Serviço social) que se destinam a abordagens de seus impactos na saúde, no acesso à educação e no bem-estar. Os impactos do encarceramento são extremos, inclusive para os egressos dos sistemas prisionais. São dificultados acessos (como ao trabalho e à educação) que poderiam garantir a não reincidência, mesmo existindo, como no Brasil, programas de assistência social. Sobre dimensão profissional e encarceramento, os profissionais assistentes sociais, em vínculo com o projeto ético-político da profissão, estão incumbidos em participar das lutas sociais e políticas, garantindo e defendendo direitos humanos como processo a ser desenvolvido (e continuado) no sistema carcerário (Brown et al., 2019).

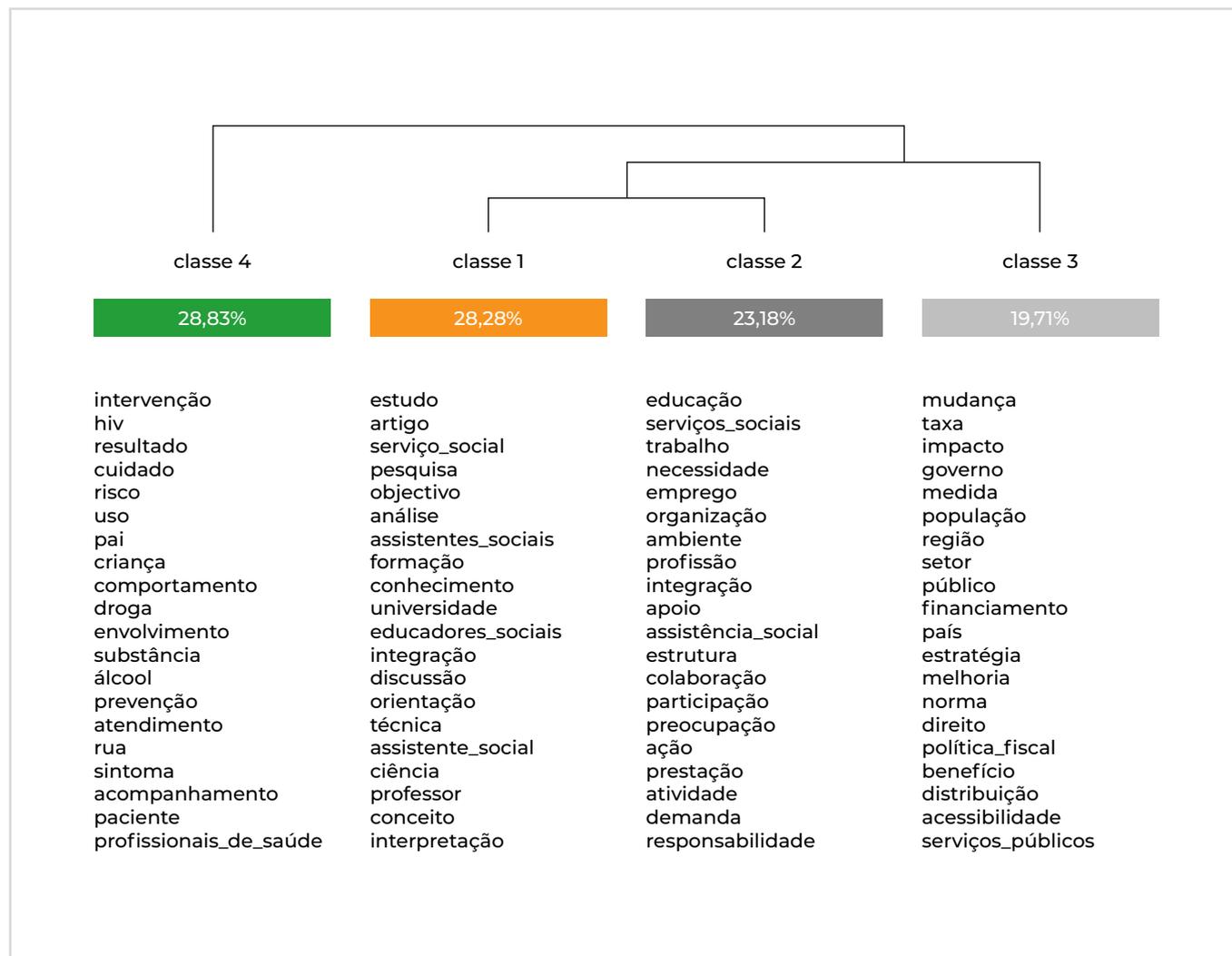
Xavier (2008) já defendia um debate do serviço social sobre delinquência, crimes, criminosos e criminalização, que levam aos processos de encarceramento. O autor faz uma análise da violência e da criminalização sob a perspectiva da observação do assistente social enquanto agente envolvido nas tratativas de resolução de problemas com a violência, seu preparo desde a formação e os resultados que podem ser alcançados com sua atuação. Por certo, como conclui, o assistente social deve desenvolver-se profissionalmente de maneira que possa entender e estender sua formação sem interferências de rotulagens para violência e violentos, crimes e criminosos, carceragem e encarcerados.

Quanto a produção brasileira no conjunto de artigos da amostra, dos oito trabalhos que aparecem, a maior quantidade de citações (oito referências, com os demais: um com três citações; dois com duas citações; dois com apenas uma citação cada, e; um artigo que não apresentou citações) corresponde a duas pesquisas: a primeira Pivetti, Melotti e Bonomo (2017), *An exploration of social representations of the Roma woman in Italy and Brazil: Psychosocial anchoring to emotional reactions* (Uma exploração das representações sociais da mulher cigana na Itália e no Brasil: ancoragem psicossocial às reações emocionais). O estudo utilizou-se de uma amostra de 643 participantes, a grande maioria mulheres (74,3%), estudantes universitários do Brasil e da Itália, para perceber representatividades de mulheres ciganas, onde foram observadas exclusões para esse público relativas ao acesso ao emprego, Serviço social, educação e saúde. Já segunda com oito citações trata-se de Souza, Bonfatti e Santos (2015), *Social participation, surveillance in occupational health, and public service* (Participação social, vigilância em saúde do trabalhador e serviço público) é um ensaio focado em vigilância em saúde no trabalho com especificidade no serviço público federal. Pleiteia a ideia da composição de diálogos e participações dos trabalhadores como fatores educacionais essenciais para se traçar um adequado panorama da vigilância da saúde do trabalhador.

Abordagens que congregam o tema saúde apresentaram-se fortemente no conjunto de artigos analisados. Somente no rol de artigos mais citados, apresentados no Quadro 1, sete trabalhos (43,75%, dos 16 totais) apresentam apreciações ligadas a conteúdos como: saúde de idosos, AIDS e/ou HIV (dois artigos em um periódico especializado no tema — *AIDS care*) ou saúde pública, conjunto acrescentado por outros trabalhos da amostra que relatam assuntos como, por exemplo, a pandemia da COVID-19. Entretanto, outras temáticas têm presença nas abordagens, como: encarceramento, o uso de álcool e/ou drogas, e até o desenvolvimento sustentável. Dessa forma é possível inferir sobre serviço social e educação, no âmbito da pesquisa internacional, prevacente no rol aqui coletado (97 trabalhos, 92,38% do total), como um contexto agregador, promotor de encontros de pluralidades, interdisciplinar sob o aspecto da colaboração de especialistas diversos em função de temáticas comuns (Perez, 2018). As pesquisas relacionam o serviço social e educação expandindo análises sobre atuações, comportamentos, movimentações, políticas, formações, atuação profissional, programas e instituições em ambientes diversos.

Corroborando com a percepção da multiplicidade de temas na amostra de estudos, o resultado da CHD, através do dendrograma caracterizado na Figura 2, proporciona uma visão ampla dos termos contemplados nos estudos. É importante salientar que a análise lexicográfica do corpus textual (42 páginas, 105 textos) gerou 22.372 ocorrências (palavras e formas) e 635 segmentos de texto. Destes, 548 foram classificados pela CHD, um alcance de 86,30% representando uma retenção significativa tendo em vista a defesa de alguns autores sobre um mínimo de 70% para uma análise adequada (Carvalho; Mota; Saab, 2020).

Figura 2 – Classificação Hierárquica Dependente (Dendrograma)



Fonte: elaboração própria, adaptado de IRaMuTeQ (2022).

A CHD produziu quatro classes lexicais divididas em quatro grupos e, sendo observada de cima para baixo, a representação gráfica dendrograma assinala que a classe quatro foi criada inicialmente, dando origem às classes três, um e dois sequencialmente com a hierarquização descendente. A maior representatividade em segmentos de texto está na classe quatro (28,83%, 158 segmentos de 548), seguida das classes um (28,28%, 155 de 548), classe dois (23,18%, 127 de 548) e classe três (19,71%, 108 de 548 segmentos de texto). Abaixo no dendrograma, palavras e formas ativas das quatro classes destacadas principalmente por serem termos com eficiência significativa, que significa o percentual de ocorrência em relação ao total de segmentos de textos na composição das classes. Foi possível ainda observar, mediante a CHD (perfis das classes), a frequência de alguns termos de relevância: saúde (n=95); serviços sociais (n=76); educação (n=68); estudo (n=82); serviço social (n=64); assistentes sociais (n=35); intervenção (n=41); pesquisa (n=61).

As classes foram renomeadas por conveniência proporcionada pela concentração dos termos, e assumiram as terminologias: classe 1 — Serviço social, educação e formação; classe 2 — Serviço social, educação e prática; classe 3 — Serviço social, educação e serviço público, e; classe 4 — Serviço social, educação e saúde. Já os segmentos de texto, por apresentarem as características das classes, favorecem o *corpus* textual quanto à supracitada percepção de multiplicidade de temas, como é possível observar nos exemplos:

- Classe Serviço social, educação e formação — "instituições acadêmicas em todo o mundo estão incorporando a educação interprofissional em seus programas de educação em saúde e serviços sociais em resposta às evidências globais de que isso leva à prática colaborativa interprofissional" (** *artg_5 *abs_5);
- Classe Serviço social, educação e prática — "desde a década de 1990 a prática baseada em evidências se tornou parte do Serviço social fundamentada na noção de que o Serviço social deve ser uma profissão baseada em pesquisa, no entanto estudos recentes mostram que os assistentes sociais lutam para unir a pesquisa e a prática" (** *artg_33 *abs_33);
- Classe Serviço social, educação e serviço público — "... a descentralização melhorou as taxas de matrícula nas escolas públicas e o acesso dos pobres aos serviços públicos de saúde [e] em ambos os setores a melhoria do acesso foi impulsionada pelas contribuições financeiras dos governos locais" (** *artg_89 *abs_89);
- Classe Serviço social, educação e saúde — "esta intervenção educativa [iniciativa educacional conjunta com uso da educação interprofissional] ocorre quando a população de idosos com demência está aumentando (e) os profissionais de saúde e assistência social devem trabalhar em conjunto em contextos cada vez mais complexos" (** *artg_63 *abs_63).

A análise de similitude, segunda rodada de análises com o uso do software IRaMuTeQ, concedeu, por intermédio do grafo ilustrado pela Figura 3, um posicionamento de termos em áreas coloridas (halos), agrupamento de palavras, onde os termos "saúde", "serviços sociais" e "estudo" têm maior centralidade.

¹ Identificação do artigo e abstract aos quais pertence o segmento de texto com grafia em conformidade com a composição (estrutura) do corpus textual exigida pelo software IRaMuTeQ

social, educação e saúde. Os halos sobre “serviços sociais” e sobre “estudo” guardam relação com as classes Serviço social, educação e prática, e Serviço social, educação e formação, respectivamente. Nota-se, então, a conexão entre as dimensões de trabalho profissional e a formação do assistente social. Já os halos secundários, ligados ao halo sobre “saúde” acumulam terminologias que compreendem termos mais gerais de conexão, e, pelo menor número de termos concentrados na análise de similitude na totalidade, verifica-se a menor incidência dos termos da classe três, serviço social, educação e serviço público, exatamente a classe com menor percentual de concentração de termos na CHD, 19,71%. Além disso, a posição convergente do halo sobre “saúde” salienta uma temática que tem apelo significativo na amostra de estudos captada.

Em caráter geral, os resultados obtidos com análises e apreensões de conteúdos de estudos nacionais e internacionais tramitam pela junção de dois construtos, serviço social e educação, com outros significativos, como saúde, e serviço público, implicando em interdisciplinaridades, comentadas a seguir.

4. SERVIÇO SOCIAL, EDUCAÇÃO E RELAÇÕES INTERDISCIPLINARES: TRILHANDO CAMINHOS

A amplitude das ações dos assistentes sociais está ligada a complexidade de seu universo de atuação e, considerando que as dinamicidades das relações sociais vigentes na sociedade são manifestadas pelas condições de circunscrição do trabalho do assistente social, à medida que as expressões da questão social se redimensionam e se reconfiguram promovem reflexões e debates que acompanham mudanças com o intuito de instrumentalizar teórica e metodologicamente o exercício da profissão (Costa; Andrade, 2021; lamamoto, 2014).

Colaborando para esse cenário, destacamos a virtude de mudanças na revisão das bases epistemológicas da formação profissional do assistente social, o encontro com o método da teoria social crítica, a dimensão da contradição e da totalidade, tão necessárias ao processo interventivo na realidade. Cenário favorável a construção do projeto ético político, que entre os princípios que o norteiam encontra-se a “liberdade como valor ético central, compromisso com a autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais, defesa intransigente dos direitos humanos, bem como, a defesa radical da democracia e da cidadania” (Sgorlon; Suguihiro, 2017, p. 2). São princípios que se materializam nas diversas ações cotidianas e espaços de interlocução profissional, no especial encontro e relações entre o Serviço social e a educação, sobretudo frente ao contexto contemporâneo, pleno de desafios, onde os limites da democracia burguesa estão expostos com gradual e permanente desmonte da proteção social brasileira com um “mundo do trabalho” cada vez mais desfavorável ao acesso a direitos protetivos. As expressões da questão social se tornam mais complexas com enlaces das relações de classe, geração, gênero e etnia, conforme assinala Paulo Netto (2001).

Nesse sentido, as evidências da revisão de literatura da presente pesquisa apontam que as relações Serviço social e educação se apresentam em diversos espaços em ações investigativas, interventivas e formativas que revisitam a importância política da dimensão pedagógica do fazer profissional do Serviço social (Abreu, 2016), com efeito, a relação Serviço social e educação no trabalho profissional. A atual direção hegemônica do serviço social

crítico privilegia ações pedagógicas na perspectiva emancipatória dos sujeitos de direitos que buscam as políticas sociais. Observamos o caminhar profissional para o desenvolvimento de uma prática emancipatória, caminhos que podem percorrer o serviço social e a educação em trilhas que se inter cruzam com ações interdisciplinares.

Esse ponto pode ser observado pelo destaque da área da saúde em intersecção com Serviço social e educação, evidenciado por este estudo, e que se traduz por uma área (saúde), como “um grande espaço de inserção para o Serviço social e os programas de residência nessa área tem sido um importante espaço de reflexão do agir profissional, desenvolvendo um papel central na produção bibliográfica” (Eiras *et al.*, 2021, p. 194). As reflexões podem (devem) estar presentes nos espaços pedagógicos da formação do assistente social. Mais que isso, Moraes (2017) faz a defesa de que as reflexões questionadoras da realidade, das relações, dos processos e estruturas sociais devem surgir ao longo da formação profissional do assistente social e manter-se vivas e ativas em sua trajetória de trabalho.

Nesse mirante Freire (2019) aponta a ação pedagógica como sendo essencial ao desenvolvimento da autonomia dos indivíduos, assim, associamos a função pedagógica no trabalho do assistente social com o ato de ensinar, o que exige rigor e aprofundamento teórico-metodológico, exige ética e respeito aos saberes sem preconceito e discriminação, exige criticidade na ação, na prática. Ademais, o espaço educacional é atravessado por expressões da questão social, disciplina onde o assistente social desenvolve seu trabalho e, sendo observado o ambiente das instituições de ensino, para lá os estudantes levam necessidades relacionadas com suas sobrevivências (Nascimento; Barra, 2020).

Assim, cabe destacar a importância das relações Serviço social e educação, trilhando caminhos para a interdisciplinaridade, captura significativa deste estudo, que surge no século XX (após declínio no século XIX) em debate no campo científico dado o fortalecimento de carências de revisão de sobre pressupostos epistemológicos na academia, muito embora já se apresentando na filosofia da antiguidade em forma de ideia fundamental da ciência unificada, uma síntese e integração do conhecimento como valores filosóficos, sociais, educacionais e pessoais, assim como na educação, constando nas abordagens interdisciplinares do currículo e do conhecimento em geral, reivindicando conhecimento da unidade para a construção do conhecimento geral, e, ademais, a educação tem exigência interdisciplinar revestida de aspectos pluridisciplinares e transdisciplinares para cooperações (Araújo *et al.*, 2021; Fazenda, 2021; Galvão; Pasqualucci; Silva, 2014). Desse modo, consonantes com o exposto, Ribeiro e Relvas (2017, p. 229) apresentam um manifesto pela interdisciplinaridade que:

Propõe a eliminação da separação artificial do conhecimento em áreas disciplinares estanques, no pressuposto de que a interdisciplinaridade abrange não apenas o trânsito entre disciplinas, mas também a amplitude necessária para conciliar as diferentes *culturas* das diferentes áreas disciplinares, assumindo-se como uma interdisciplinaridade metodológica, teórica e estrutural.

Não nega, entretanto, a importância da especialização. Destacamos que a educação não se esgota nas instituições educacionais, embora tenha nelas um espaço privilegiado de objetivação, ou seja, de apropriação de conhecimentos e da experiência prática de tornar esse saber como mediação do processo de humanização (Almeida, 2011). A partir dessa dinâmica educacional se instauram as possibilidades de construção de uma educação emancipadora, como tarefa histórica, a ser construída e protagonizada por diversos sujeitos

sociais, dos quais destacamos os profissionais da educação, como o/a assistente social, em parceria com os/as estudantes e suas famílias.

Nessa trajetória de relações do Serviço social com a Educação, destacamos a importância da Lei n.º 13.935 e sua implementação, aprovada em 11 de dezembro de 2019 após algumas décadas de tramitação, dispendo sobre a prestação de serviços de psicologia e de Serviço social nas redes públicas de educação básica no Brasil. A partir dessa Lei, a Educação básica, as escolas passarão a ter a possibilidade de contar com o Serviço social em suas equipes multiprofissionais, para atender às necessidades e prioridades das políticas de educação, contribuindo para adensar ações de enfrentamento das desigualdades sociais tão reproduzidas no espaço das escolas brasileiras. Contudo, as dinâmicas que se instalam após sua promulgação são movimentos de luta para garantir sua regulamentação e implementação, bem como a manutenção do financiamento da educação pública (Costa, 2020).

Figueiredo *et al.* (2023) em escrita no quarto caderno dos Diálogos do Cotidiano com reflexões sobre o trabalho profissional, publicado pelo Conselho Federal de Serviço social (CFESS), ressaltam sobre a importância da presença do profissional assistente social na educação básica, bem como sobre seu desempenho em conjunto com equipes multiprofissionais no âmbito da política de educação. Os autores afirmam que tais ações e papéis podem contribuir para a comunidade escolar e famílias, com a intermediação do desenvolvimento de ações que impactam no processo da aprendizagem, no enfrentamento das questões e desafios do cotidiano das escolas, o que representa forte impacto para uma sociedade acentuadamente marcada pela desigualdade. As dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico operativa possibilitam às/aos profissionais do Serviço social desempenhar seu papel institucional, bem como exercer a função pedagógica, por meio de uma comunicação dialógica, como orientou Paulo Freire em sua vasta produção teórica. Exemplo de orientações quanto às possibilidades de intervenção profissionais estão contidas na nota técnica construída pelo (CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2023), atendendo as solicitações de profissionais na operabilidade do trabalho no cotidiano.

Férriz e Almeida (2019) ressaltam as mudanças na política de educação em seus vários níveis e modalidade com ações de expansão na educação superior e educação profissional e tecnológica através dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dos programas federais acesso e permanência na educação superior: o Programa Universidade para Todos (PROUNI), o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), o Programa de Financiamento Estudantil (FIES). Tais mudanças, associada as movimentações da implementação da Lei 13.935/2019, alteram e ampliam novas requisições aos profissionais do Serviço social para atuarem na execução de programas e projetos, bem como na gestão da política de educação. Desse modo, há uma tendência de intensificar debates e produções teóricas envolvendo a simbiose Política de educação e Serviço social.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa proporcionou uma maior aproximação teórica sobre as relações serviço social e educação. Nessa trilha, destaca-se a função pedagógica no trabalho social desenvolvido em diversos espaços. O resultado de estudos apurados compreende um rol de publicações de ambiência internacional e nacional no período de 2012 a 2021, uma década de estudos. A produção desse período sobre Serviço social e educação desenvolveu-se de

forma crescente em número de trabalhos publicados com a presença de diversas abordagens, como: encarceramento, o uso de álcool e/ou drogas, e até o desenvolvimento sustentável, prevalecendo sobre as relações Serviço social e educação, encontros de pluralidades e interdisciplinaridades de temáticas, onde a saúde tem apresentado destaque.

Assim, destacamos a relevante contribuição da dimensão pedagógica, envolvendo especialmente as relações Serviço social, educação e saúde. Na revisão de literatura dos estudos nacionais, identificamos a apropriação de estudos e pressupostos de Paulo Freire, apropriados pelos profissionais da área. O acesso a esses conteúdos, centrados na teoria social crítica, favoreceu para que uma parcela dos profissionais problematizasse o papel do assistente social na sociedade, sua origem, seu exercício e suas requisições profissionais. Em decorrência, foram auferidas alterações nas concepções adotadas de homem/sociedade e Estado. Evidentemente, investigar o serviço social e a educação, na caminhada conjunta como observado por esta pesquisa, é entender que ambos trafegam fortemente pelos aspectos (pontes fortes e fracos) das dimensões da formação profissional do assistente social e do trabalho profissional em seu exercício pleno, o que corrobora para o entendimento da supracitada problematização e alteração de concepções.

Identificamos que apesar da riqueza da revisão de literatura, é necessário ampliar investigações, aprofundando o debate das relações entre Serviço social e educação, como em torno da relação do uso da metodologia da educação popular no campo das políticas sociais, contribuição com potencialidades inovadoras, tendo ainda a ação pedagógica competentes possibilidades nos processos planejamento, gestão, monitoramento e avaliação das políticas sociais. Contudo, concluímos esse artigo com entusiasmo de avanços importantes quanto a implementação da Lei n.º 13.935/2019, que prevê que as redes públicas de educação básica contarão com serviços da psicologia e do serviço social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação. O objetivo é agregar qualidade ao processo de aprendizado e formação social de estudantes, bem como à convivência escolar e à relação família-escola, integrando as equipes multidisciplinares na condição de profissionais da educação, sendo primordial a compreensão da educação como um processo amplo, que engloba o desenvolvimento em todas as necessidades do ser humano. Portanto, entre os desafios, destaca-se que a educação precisa avançar nas formações em direitos humanos de forma integral, contribuindo para avanços rumo à construção de uma sociedade justa e humana.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. M. **Serviço social e a Organização da Cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. São Paulo: Cortez, 2016.

ALMEIDA, N. L. T. Apontamentos sobre a Política de Educação no Brasil hoje e a inserção dos/as assistentes sociais. *In*: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Subsídios para o debate sobre Serviço social na Educação**. Brasília: CFESS, 2011. 65 p.

ARAÚJO, L. *et al.* Serviço social e pesquisa científica: uma relação vital para a formação profissional. Disponível em: **Revista Katálysis**, v. 23, n. 01, p. 81-89, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02592020v23n1p81>. Acesso em: 17 de maio de 2023.

ARAÚJO, B. O. *et al.* Interdisciplinaridade e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). In: PAIVA, F. S.; DURIGUETTO, M. L. (Orgs.). **O trabalho profissional da psicologia e do serviço social na política de assistência social: questões, tensões e perspectivas**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2021. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/editora/ebook/lancamentos-dos-e-books-2021/>. Acesso em: 23 jun. 2022.

BLANKENSHIP, K. M. *et al.* Mass incarceration, race inequality, and health: Expanding concepts and assessing impacts on well-being. **Social Science & Medicine**, v. 215, p. 45-52, out., 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2018.08.042>. Acesso em: 17 de maio de 2023.

BRESSAN, C. R. Atuação do assistente social no campo educacional: conceitos subsidiadores da intervenção profissional. In: D'ALMEIDA, José Luís; SOUZA, Paula (Orgs.). **Serviço social na escola: contributos para o campo profissional**. Vila Nova de Famalicão, Portugal: Húmus, 2018.

BROWN, M. F. *et al.* A ética do serviço social no sistema carcerário. **Dignidade Re-Vista**, v. 4, n. 7, p. 212-222, jul. 2019. Disponível em: <https://periodicos.puc-rio.br/index.php/dignidaderevista/article/view/898>. Acesso em: 17 de maio de 2023.

CARVALHO, T. S.; MOTA, D. M.; SAAB, F. Utilização do *software* IRaMuTeQ na análise de contribuições da sociedade em processo regulatório conduzido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Visa em debate**, v. 8, n. 1, p. 10-21, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22239/2317-269X.01429>. Acesso em: 17 de maio de 2023.

CINTRA, P. R. A produção científica sobre docência no ensino superior: uma análise bibliométrica da SciELO Brasil. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 23, n. 2, p. 567-585, jul., 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772018000200016>. Acesso em: 17 de maio de 2023.

COSTA, R. M. A. S. Lei nº 13.935, de 2019, e Emenda Constitucional nº 95, de 2016, como paradoxais marcos contemporâneos para a Psicologia Escolar no Brasil. **Mosaico: Estudos de Psicologia**, v. 8, n. 1, p. 13-23, jan./dez., 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/mosaico/article/view/26602/27275>. Acesso em: 17 de maio de 2023.

COSTA, T. R. N. N.; ANDRADE, R. F. C. Formação profissional em Serviço social e ENADE: contradições em questão. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 1-15, jan./dez., 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15448/1677-9509.2021.1.41201>. Acesso em: 17 de maio de 2023.

COUTINHO, K. C.; SOUZA, G. E. Serviço social e Educação: uma interface necessária. In: ENCONTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: DIÁLOGOS E RESISTÊNCIAS NO CENÁRIO EDUCACIONAL BRASILEIRO, 8., São Paulo, SP, 2019. **Anais eletrônicos...** São Paulo, SP: UNICID, 2019. Disponível em: <http://noticias.cruzeirodosuleducacional>.

edu.br/wp-content/uploads/2019/09/REV_FINAL_Anais-VIII-Encontro-de-Pol%C3%ADticas-P%C3%BAblicas-e-Forma%C3%A7%C3%A3o-de-Professores-2019.pdf. Acesso em: 23 set. 2022.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL (Rio Grande do Sul). Nota Técnica N.º 1: Dispõe sobre a inserção, exercício e atribuições profissionais de Assistentes Sociais nas Redes Públicas de Educação Básica no Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: CRESS/RS, 2023. 10 p.

EIRAS, A. A. L. T. S. *et al.* Prática e experiência profissional no serviço social brasileiro: fundamentação teórica, aproximações e diferenças. *Revista Eleuthera*, v. 23, n. 1, p. 180-201, 2021. Disponível em: http://www.scielo.org/co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2011-45322021000100180. Acesso em: 17 de maio de 2023.

FAGUET, J.; SÁNCHEZ, F. Decentralization and access to social services in Colombia. **Public choice**, v. 160, n. 1, p. 227-249, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11127-013-0077-7>. Acesso em: 17 de maio de 2023.

FAZENDA, I. C. A. A aquisição de uma formação interdisciplinar de professores. *In*: FAZENDA, I. C. A. (Org.). **Didática e interdisciplinaridade**. 2021. Reimpressão, Campinas: Editora Papirus, 2021.

FÉRRIZ, A. F. P.; ALMEIDA, N. L. T. O trabalho do/a assistente social na política de educação em tempos de generalismo. *In*: FÉRRIZ, A. F. P.; BARBOSA, M. Q. (Orgs.). **Panorama da inserção do/a assistente social na política de educação**. Salvador: EDUFBA, 2019.

FIGUEIREDO, K. A. *et al.* Serviço social na educação básica: essa luta tem história! *In*: MARQUES M. *et al.* **Diálogos do cotidiano – Assistente social: reflexões sobre o trabalho profissional**. Caderno 4. Brasília: CFESS, 2023.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 59. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

GALVÃO, M. C. B.; RICARTE, I. L. M. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. **LOIGEON: filosofia da informação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 57-73, set.2019/ fev.2020, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.21728/logeion.2019v6n1.p57-73>. Acesso em: 17 de maio de 2023.

GALVÃO, S. F. O. Leite; PASQUALUCCI, L.; SILVA, G. Didática e interdisciplinaridade: uma resenha. **Revista Interdisciplinaridade**, n. 4, p. 71-80, 2014. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/interdisciplinaridade/article/view/19087/14254>. Acesso em: 17 de maio de 2023.

IAMAMOTO, M. V. A formação acadêmico-profissional no Serviço social brasileiro. **Serviço social & Sociedade**, n. 120, p. 609-639, out./dez., 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.001>. Acesso em: 17 de maio de 2023.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 9. ed. São Paulo: Cortez. 2017.

MORAES, C. A. S. Os desafios do novo século à formação em serviço social. *Temporalis*, [S. l.], v. 16, n. 31, p. 105–132, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/12226>. Acesso em: 20 ago. 2022.

MORAES, C. A. S.; SCHOCAIR, G. M. M. Trabalho, mercado de trabalho e autonomia relativa do assistente social. In: ENCONTRO INTERNACIONAL E NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL 7., ENCNTRO NACIONAL 14., Vitória, ES, 2019. **Anais [...]** Vitória, ES: UFES, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/einps/article/view/25774>. Acesso em 28 set. 2022.

NASCIMENTO, S. A.; LOPES, M. S. Monitoria e produção de conhecimento como propulsoras de uma educação para a criticidade. **Revista Diálogos Acadêmicos**, v. 4, n. 2, 2015. Disponível em: <https://revista.unifametro.edu.br/index.php/RDA/article/view/104>. Acesso em: 17 de maio de 2023.

NASCIMENTO, S. S.; BARRA, G. R. S. O exercício profissional do assistente social no espaço educacional: uma contribuição para a afirmação do direito à educação no IFRN. **Revista Serviço social em Perspectiva**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 314–330, 2020. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/article/view/372>. Acesso em: 17 de maio de 2023.

PAULO NETTO, J. Cinco notas a propósito da ‘questão social’. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Temporalis**, n. 3. Brasília: ABEPSS, 2001. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_questao_social-201804131245276705850.pdf. Acesso em: 17 de maio de 2023.

OLIVEIRA, I. P. Serviço social e educação: elementos para o debate sobre o exercício profissional do assistente social. In: SANTOS, P. R. F.; SILVA, Everton Melo da; SANTOS, L. G. G. **Reflexões sobre a sociabilidade burguesa**, São Cristóvão: Editora UFS, 2019.

PEREZ, O. C. O que é Interdisciplinaridade? Definições mais comuns em Artigos Científicos Brasileiros. **Interseções**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 454–472, dez. 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/412/41276444011/html/>. Acesso em: 17 de maio de 2023.

PIANA, M. C. Serviço social e Educação: olhares que se entrecruzam. **Serviço social & Realidade**, Franca, SP, v. 18, n. 2, p. 182–206, 2009. Disponível em: <https://ojs.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/view/136>. Acesso em: 17 de maio de 2023.

PIVETTI, M.; MELOTTI, G.; BONOMO, M. An exploration of social representations of the Roma woman in Italy and Brazil: Psychosocial anchoring to emotional reactions. **International Journal of Intercultural Relations**, v. 58, p. 12–22, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.ijintrel.2017.03.001>. Acesso em: 17 de maio de 2023.

RATINAUD, P.; MARCHAND, P. Application de la méthode ALCESTE à de “gros” corpus et stabilité des “mondes lexicaux”: analyse du “CableGate” avec IRaMuTeQ. **Actes des 11eme Journées internationales d’Analyse statistique des Données Textuelles**, p. 835–844, 2012. Disponível em: <http://lexicometrica.univ-paris3.fr/jadt/jadt2012/Communications/Ratinaud,%20Pierre%20et%20al.%20-%20Application%20de%20la%20methode%20Alceste.pdf>. Acesso em: 17 de maio de 2023.

RIBEIRO, F. M.; RELVAS, J. B. Manifesto pela interdisciplinaridade – Por uma educação transformadora. **Cadernos de Literatura Comparada**, n. 37, v. 12, p. 229-250, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21747/21832242/litcomp37a10>. Acesso em: 17 de maio de 2023.

SANTOS, C. M.; SOUZA FILHO, R.; BACKX, S. A dimensão técnico-operativa do serviço social: questões para reflexão. In: SANTOS, C. M.; BACHX, S.; GUERRA, Y. (Orgs.). **A dimensão técnico-operativa no Serviço social: desafios contemporâneos**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

SCHNEIDER, G. M.; HERNANDORENA, M. C. A. **Serviço social na educação: perspectivas e possibilidades**. Porto Alegre: CMC, 2012.

SGORLON, C. T. S.; SUGUIHIRO, V. L. T. Projeto ético-político do serviço social e seus rebatimentos na profissão. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICAS SOCIAIS, 2., Florianópolis, SC, 2017. **Anais [...]** Florianópolis, SC: UFSC, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/180073>. Acesso em: 20 jul. 2022.

SINGH, V. K. *et al.* The journal coverage of Web of Science, Scopus and Dimensions: a comparative analysis. **Scientometrics**. v. 126, n. 6, p. 5113-5142, may. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11192-021-03948-5>. Acesso em: 17 de maio de 2023.

SOUZA, K. R.; BONFATTI, R. J.; SANTOS, M. B. M. Social participation, surveillance in occupational health, and public service. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 13, p. 261-282, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sip00064>. Acesso em: 17 de maio de 2023.

SOUZA, B. C.; ROSA, C. A. Possibilidades de intervenção do assistente social na educação básica com base na lei n. 13.935-2019. **Brazilian Journal of Policy and Development**, v. 2, n. 3, p. 106-119, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.52367/BRJPD.2675-102X.2020.2.3.106-119>. Acesso em: 17 de maio de 2023.

TINTI, D. S.; BARBOSA, G. C.; LOPES, C. E. O software IRAMUTEQ e a análise de narrativas (auto)biográficas no campo da educação matemática. **Bolema**, Rio Claro, SP, v. 35, n. 69, abr., 2021, p. 479-496. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bolema/a/wLCkrYZgyQSKVCQBccz-gbRn/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 17 de maio de 2023.

TRINDADE, R. L. P. Ações profissionais, procedimentos e instrumentos no trabalho dos assistentes sociais nas políticas sociais. In: SANTOS, C. M.; BACHX, S.; GUERRA, Y. (Orgs.). **A dimensão técnico-operativa no Serviço social: desafios contemporâneos**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

XAVIER, A. A construção do conceito de criminoso na sociedade capitalista: um debate para o Serviço social. **Revista Katálysis**, v. 11, n. 2, dez., 2008, p. 274-282. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/PBSsPwwBsLfts3kFcBtrk5D/?lang=pt>. Acesso em: 17 de maio de 2023.

A REVISTA DIÁLOGOS ACADÊMICOS RECOMENDA A SEUS COLABORADORES QUE ENVIEM SEUS TEXTOS DE ACORDO COM AS NORMAS ABAIXO:

1. Aceitamos a submissão de textos inéditos com um limite máximo de 30.000 caracteres. Os arquivos devem ser enviados através da plataforma da revista, disponível no seguinte link: Plataforma de Submissões da Revista. Para submeter um artigo, é necessário criar um login com a função de autor.
2. O(s) autor(es) devem enviar uma breve nota biobibliográfica que indique onde ensinam e/ou pesquisam, suas áreas de atuação, principais publicações e e-mail, em nota de rodapé na primeira página. Para trabalhos com múltiplos autores, é necessário informar a ordem de apresentação dos autores.
3. Todos os textos devem conter resumo e abstract (com, no máximo, mil caracteres cada), indicando introdução, objetivos, metodologia, resultados, considerações finais, além de palavras-chave e keywords (com, no máximo, cinco palavras cada).
4. O texto deve estar em formato Microsoft Word, fonte Times New Roman tamanho 12 para texto normal e tamanho 10 para as citações longas e notas de rodapé, espaçamento entre linhas 1,5 para texto normal e 1,0 para as citações longas e notas de rodapé; margens: superior e esquerda 3,0 cm, direita e inferior 2,0 cm, em papel A4.
5. As ilustrações devem ter alta resolução (300 dpi) e conter legendas e créditos. Imagens retiradas da Internet não serão aceitas. Apêndices podem ser empregados no caso de listagens extensivas, estatísticas e outros elementos de suporte.
6. Nos casos de trabalhos que envolvam pesquisas com seres humanos ou animais, os autores devem enviar cópia do Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) ou da Comissão de Ética no Uso de Animais (CEUA) no ato da submissão.
7. As referências bibliográficas devem ser inseridas no texto, seguindo o formato (sobrenome do autor, ano, página), conforme as normas atuais da ABNT. Os demais dados da publicação devem ser listados na bibliografia. As notas de rodapé devem ser utilizadas para informações ou esclarecimentos adicionais que não podem ser incluídos no corpo do texto.
8. Dúvidas podem ser encaminhadas ao Editor-chefe da revista através do email: dialogosacademicos@unifametro.edu.br.



revista.unifametro.edu.br